



**UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS LETRAS E ARTES
PÓS-GRADUAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL**

Álison Cleiton de Araújo

**A CENTRALIDADE DO TRABALHO NOS MARCOS DO
CAPITALISMO CONTEMPORANEO**

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Maria Augusta Tavares

JOÃO PESSOA-PB

2010

Álison Cleiton de Araújo

**A CENTRALIDADE DO TRABALHO NOS MARCOS DO
CAPITALISMO CONTEMPORANEO**

Dissertação de mestrado apresentada à Pós-Graduação em Serviço Social do Centro de Ciências Humanas Letras e Artes, da Universidade Federal da Paraíba, sob a orientação da Prof^a. Dr^a. Maria Augusta Tavares

JOÃO PESSOA-PB

2010

A663c *Araújo, Álison Cleiton de.*

A centralidade do trabalho nos marcos do capitalismo contemporâneo/ Álison Cleiton de Araújo.- - João Pessoa : [s.n.], 2010.
130f.

Orientador(a): Maria Augusta Tavares.
Dissertação(Mestrado) – UFPB/CCHLA.

1.Capital. 2.Centralidade-Trabalho. 3.Trabalho-Capitalismo contemporâneo.

UFPB/BC

CDU: 330.14(043)

Álison Cleiton de Araújo

**A CENTRALIDADE DO TRABALHO NOS MARCOS DO
CAPITALISMO CONTEMPORANEO**

Dissertação apresentada como exigência para obtenção do grau de mestre em Serviço Social, à comissão julgadora do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Universidade Federal da Paraíba.

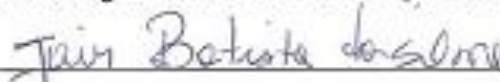
Aprovada em ____/____/____

BANCA EXAMINADORA



Profª. Drª. Maria Augusta Tavares (Orientadora)
Universidade Federal da Paraíba - Centro de Ciências Humanas, Letras
e Arte - Programa de Pós-Graduação em Serviço Social

Profª. Drª. Cláudia Maria Costa Gomes (Examinadora Interna)
Universidade Federal da Paraíba - Centro de Ciências Humanas, Letras
e Arte - Programa de Pós-Graduação em Serviço Social



Prof. Dr. Jair Batista da Silva (Examinador Externo)
Universidade Federal da Paraíba - Centro de Ciências Humanas, Letra
e Arte - Programa de Pós-Graduação em Sociologia

À minha família, pela estóica luta e paciência em
compartilhar as primaveras, assim como os dias de
inverno; pelo amor, carinho e força sempre
dispensados sem pedidos e cobranças.

AGRADECIMENTOS

Muitas foram às pessoas que contribuíram para que este resultado, ora apresentado, fosse possível. De certo, serei negligente e possivelmente estarei sendo omissos diante desta difícil tarefa de apontar aqueles que, de forma contundente foram cúmplices deste processo de reflexão e, principalmente, de amadurecimento teórico.

Primeiro, dirijo a atenção a minha família, pela dedicação e paciência em aturar minhas inconvenientes mudanças de humor e do isolamento necessário para o processo de elaboração deste estudo, abdicando de momentos importantes no âmbito familiar. Em especial, gostaria de agradecer aos meus pais, pois este resultado é parte do amor e carinho de vocês.

À minha orientadora, Maria Augusta Tavares - Guga, pela orientação e contribuições infindáveis; pelas análises teóricas sólidas e verdadeiras; e, de modo particular, pela paciência hercúlea na construção desta dissertação e por ter me proporcionado a descoberta de caminhos teóricos tão fascinantes. Sem dúvida, os acertos aqui expressos são devidos a sua grandiosa maturidade teórica.

Aos meus amigos que sempre acompanharam o meu crescimento, pelo carinho e, especialmente, pelos anos de afeto e atenção, mesmo marcados pela distância e inconstantes contatos; a Mauricélia pela amizade regada de afeto, carinho e embates teóricos; a Uiara, Eyder e Maria Afra, mesmo diante da distância fazem parte deste momento tão especial.

E, por fim, gostaria de agradecer as contribuições significativas dos amigos que em minha trajetória militante e profissional fizeram parte do crescimento teórico e de luta contra o atual cenário de barbárie social.

A Romênia, pela amizade sólida, assim como, pelos anos de militância no âmbito dos espaços da categoria, pela cumplicidade, por ter sido parte inconciliável da minha vida nestes últimos tempos.

A Kely Samara, pelos diversos momentos de discussão, de luta nos espaços da categoria, de encontros, e, sobretudo, pelo laço de carinho que nos une nos consensos e nas ocasiões de confronto.

A Patrícia Karla, Darlânia Leandro e Aline Medeiros pela amizade e estímulo, pelo período tão rico e repleto de afeto e carinho, pelos momentos lúdicos vivenciados, pelas experiências e conhecimentos compartilhados, pela força sempre, sobretudo, no estímulo para construção desta dissertação.

Sebastião, Glaúbia e Daniel, pela coragem em abraçar essa luta coletiva em defesa do projeto ético-político profissional no âmbito do CRESS PB (2008-2011), pelo companheirismo, pelas incontáveis noites de debates profícuos e momentos festivos.

Ao Conselho Tutelar Norte e, em especial, a Betânia Phaelante, pois sem o seu estímulo diverso seria difícil chegar a este resultado. Obrigado pela força e apoio sempre.

À FAFIC, pela oportunidade de construir alicerces importantes na carreira profissional, à direção, funcionários, professores, alunos, e, sobretudo, a Lêda Félix pela atenção e disposição sempre, assim como, pelas correções ortográficas desenvolvidas.

Aos companheiros de sala, pela caminhada percorrida, pelas lutas travadas e pelos debates e reflexões instigantes no mestrado. Este trabalho é parte das análises coletivamente desenvolvidas. Em especial, a Kely, Jaymison e Roberta, pelos diálogos e distrações.

Aos professores, pela contribuição, pelas discussões e pelas reflexões movidas pelo primado de uma formação profissional que apreenda criticamente o real.

RESUMO

A presente dissertação de mestrado, intitulada – A Centralidade do Trabalho nos marcos do Capitalismo Contemporâneo, pretende analisar os contornos que envolvem o trabalho nos marcos do tempo presente. Parte-se das transformações orquestradas no âmbito da organização do trabalho, sobretudo nas últimas décadas do século XX, as quais acarretam uma série de polêmicas em torno do pensamento social: seria o trabalho central na sociabilidade capitalista contemporânea? No intuito de apontar elementos que esclareçam esta indagação, busca-se com este estudo apreender criticamente os nexos estruturantes do debate acerca do fim da centralidade do trabalho, os aspectos que o particularizam, e, em especial, as elaborações teóricas decorrentes da tese do determinismo tecnológico como motor da história. Ao mesmo tempo, são apresentadas as determinações históricas e sociais que fundam o debate sobre a centralidade do trabalho ou a sua invalidade para o período presente, mediante estudo das configurações assumidas pelo trabalho, a partir da década de 1970. Neste percurso, apresenta-se à luz do método crítico-dialético a defesa da tese de centralidade do trabalho, enquanto eterna necessidade humana e, portanto, central nos marcos da sociabilidade contemporânea.

PALAVRAS - CHAVES: CAPITAL, CENTRALIDADE, TRABALHO, MARX.

ABSTRACT

To present master's degree dissertation, entitled - Centralidade of the Work in the marks of the Contemporary Capitalism, intends to analyze the contours that involve the work in the marks of the present time. He/she/you breaks of the transformations orchestrated in the ambit of the organization of the work, above all in the last decades of the century XX, which cart a series of controversies around the social thought: would the central work be in the contemporary capitalist sociability? In the intention of elements that clear this inquiry appearing, it is looked for with this study to apprehend the connections estruturantes of the debate critically concerning the end of the centralidade of the work, the aspects that you/they particularize him, and, especially, the current theoretical elaborations of the thesis of the technological determinism as motor of the history. At the same time, they are presented the historical and social determinations that they found the debate on the centralidade of the work or your invalidade for the present period, by study of the configurations assumed by the work, starting from the decade of 1970. In this course, he/she comes to the light of the method critical-dialético the defense of the thesis of centralidade of the work, while eternal human need and, therefore, central in the sociability contemporary's marks.

WORDS - KEYS: CAPITAL, CENTRALIDADE, WORK, MARX.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	10
CAPÍTULO I - A CENTRALIDADE DO TRABALHO POSTA EM XEQUE:	
RAÍZES HISTÓRICAS DO DEBATE	16
1.1. DO ABSTRATO AO CONCRETO: SIGNIFICADO SÓCIO-HISTÓRICO DA RESIGNAÇÃO DO TRABALHO AO DETERMINISMO TECNOLÓGICO	22
1.2. O AVESSE DO DETERMINISMO TECNOLÓGICO: CONCRETICIDADE DA LUTA DE CLASSES	31
1.3. A CENTRALIDADE DO TRABALHO POSTA À PROVA: ELEMENTOS CONSTITUTIVOS.....	44
1.3.1. AS FORMULAÇÕES SEMINAIS DE ANDRÉ GORZ.....	46
1.3.2. CLAUS OFFE: O FIM DA CENTRALIDADE DO TRABALHO	52
CAPÍTULO II - RUPTURA OU CONTINUIDADE: O TRABALHO NO CAPITALISMO CONTEMPORÂNEO.....	60
2.1. A OFENSIVA DO CAPITAL: ÁPICE DA SUBSUNÇÃO DO TRABALHO	64
2.1.1. A MUNDIALIZAÇÃO DO CAPITAL E O NEOLIBERALISMO: AS IMPLICAÇÕES NA ORGANIZAÇÃO DO TRABALHO	69
2.1.2. O ÁPICE DA SUBSUNÇÃO DO TRABALHO AO CAPITAL	79
CAPÍTULO III - A CENTRALIDADE DO TRABALHO NOS MARCOS CONTEMPORÂNEOS	91
3.1. PRODUÇÃO DE RIQUEZA SOCIAL: A REAFIRMAÇÃO DO TRABALHO ABSTRATO PRODUTIVO	93
3.2. AS EXPRESSÕES DA SUBSUNÇÃO REAL DO TRABALHO AO CAPITAL NO TEMPO PRESENTE	103
CONSIDERAÇÕES FINAIS	119
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	124

INTRODUÇÃO

O propósito desta dissertação, anunciado em seu título, já afirma e defende um posicionamento, qual seja: que o tempo presente encontra-se alicerçado na centralidade do trabalho. Para alguns teóricos marxistas esta assertiva em nada ficaria devendo se nossa referência estivesse fixada no século XIX. Para grande parte do pensamento social contemporâneo apreender o real por meio da centralidade do trabalho, ou dito de outra forma, defender a centralidade do trabalho nos marcos da sociabilidade contemporânea é algo descabido e inconcebível.

Para esses teóricos dos novos tempos (Boaventura de Sousa Santos (1995), Jean-François Lyotard (1979), pautados nas teorias pós-modernas, esta afirmação expressa o pensamento de um autor anacrônico, que não acompanhou as mudanças estruturais da sociedade. Especialmente, diante das transformações societárias vivenciadas nas últimas décadas, com o avanço do determinismo científico e tecnológico na produção; com o fim da grande indústria e, conseqüentemente, do proletariado; com a liberdade do trabalho frente ao processo produtivo-autônomo e empreendedor e, com a concretude do fim das experiências socialistas.

As protoformas do trabalho, pensadas com base na exploração, alienação e apropriação de riqueza produzida, são expressões mais que ultrapassadas diante de um contexto em que o abismo existente entre burguesia e proletários, foi substituído por formas de sociabilidade nas quais todos são diferenciáveis unicamente pela forma de consumo no mercado. Ou seja, um modo de produção no qual o momento predominante supostamente é a circulação. Já que o trabalho nos marcos contemporâneo não possui a conformação da grande indústria, impõem-se inexistir a divisão de classes. Essa lógica permite a conclusão estrategicamente defendida do cancelamento do trabalho como elemento central.

É nesse horizonte que emergem teorias diversas, alicerçadas no fim da centralidade do trabalho, defendendo a tese que evidenciamos a libertação do homem no que diz respeito ao trabalho, sendo o determinismo tecnológico e científico na produção a chave encontrada para o respectivo feito. Suas implicações imediatas são evidentes: tempo livre, redução de horas trabalhadas e liberdade do trabalho.

Se estas afirmações estão corretas, e, portanto não se evidencia a centralidade do trabalho, não evidenciamos a exploração do trabalho abstrato, como explicar os bilhões de indivíduos que para sobreviver necessitam vender sua única mercadoria, ou seja, sua força de trabalho?

A dissertação apresenta elementos que demonstram a contraditoriedade destes argumentos, e indica aspectos que estão substantiados na perspectiva de que o tempo presente está marcado, por um lado, pelo processo de agudização da contradição entre a socialização da produção do conteúdo social da riqueza e por outro, pela apropriação privada da riqueza socialmente produzida.

Ora, o que estamos a defender é que atualmente evidenciamos no mundo dos homens, construtos sociais nos quais a vigência da lei de acumulação capitalista, apreendida por Marx, continua válida para compreender o tempo presente.

Em decorrência, que a sociabilidade capitalista contemporânea encontra acento na exploração da força de trabalho, ou seja, na extração de sobreproduto social. Conseqüentemente, afirma-se que o trabalho é uma categoria central para o mundo dos homens.

Não é novidade que nos últimos tempos, as análises conservadoras e/ou pós-modernas que advogam pela naturalização do sistema capitalista, concebem o fim da sociedade classista – capital e trabalho - e o surgimento de novos atores sociais. Assim, propõem ações de combate à pobreza e à desigualdade social, fundamentadas na perspectiva de que a questão social possui resolutividade/eliminação através do planejamento e da gestão pública.

Marcadamente, problematizações acerca da crise de centralidade do trabalho vêm ganhando evidência nas últimas décadas, como veremos no decorrer da dissertação. Os discursos ora destacados são consubstanciados e reforçados pela pretensa análise de legitimação da sociabilidade capitalista, assentados na nova crise contemporânea do capital, cujas tentativas de superação suscitam o ideário neoliberal, o revigoramento neoconservador no âmbito das lutas sociais, a fragmentação e/ou “esgotamento” da perspectiva revolucionária. Tal concepção conduz à conformação e ao amoldamento dos indivíduos à lógica capitalista, sejam quais forem as suas condições objetivas e subjetivas.

No âmbito dessa discussão, além das conseqüências práticas, devem-se considerar, também, as questões teóricas que, se ignoradas, contribuem para legitimar o *status quo* e distanciar o horizonte revolucionário, ou seja, joga-se a favor

do “esfacelamento da perspectiva de construção coletiva” em prol de outra sociabilidade. Com isso, reafirma-se a capacidade do capital enfrentar por sucessivas vezes as crises e contradições postas pelo processo de acumulação capitalista, destituído de resistências.

Se forem procedentes essas afirmações, principalmente no que diz respeito ao anacronismo da lei geral da acumulação capitalista, à contradição capital e trabalho e a exploração da força de trabalho, como explicar a persistência destes no movimento real? Ao debruçarmos sobre a realidade, é fácil comprovar a incoerência e a ausência de referencialidade empírica dessas teorias, como veremos no transcurso da dissertação.

Afirmar que vivenciamos na égide da centralidade do trabalho, não expressa o anacronismo do pensamento, nem muito menos coloca em uma camisa de força a realidade; mas, ao contrário, atesta que o real aponta que as relações sociais capitalistas são estruturadas na extração de mais-valia, portanto, na exploração e a dominação do trabalho.

Na atualidade, mesmo com todos os avanços tecnológicos, o capital não cancelou a necessidade da exploração da força de trabalho. Embora as condições objetivas vivenciadas e analisadas por Marx, no século XIX, sejam diferentes das que consubstanciam o capitalismo do século XXI, vale ressaltar que só as formas mudaram, porém sua essência é a mesma. O trabalho continua sendo fundante, é o que nos parece e é o que vamos demonstrar, pois defendemos a hipótese de que a centralidade do trabalho, assim como alicerçada no pensamento de Marx, continua absolutamente atual.

Para tanto, o propósito deste estudo é analisar a centralidade do trabalho nos marcos do tempo presente, enquanto práxis fundante do ser social, fundamentada na teoria marxiana. Neste sentido, busca-se apreender as polêmicas existentes acerca da categoria trabalho, tendo a tradição marxista como referência.

Esta análise pauta-se no método materialista histórico-dialético, que permite desvendar para além da aparência das coisas, como ponto axial, os fatos concretos e, portanto, o conhecimento do real na perspectiva de totalidade. Neste sentido, o método está embasado na concepção da centralidade da práxis humana na produção e reprodução da vida social.

Sendo assim, é através das relações de produção material que os homens historicamente estabelecem as condições objetivas e subjetivas de sua existência.

Segundo Marx, “Não é a consciência dos homens que determinam o seu ser, mas, ao contrário, é o seu ser social que determina a sua consciência” (1978, p.130).

Com base nas relações de produção e entendendo que o conhecimento do real só pode ser apreendido em sua totalidade, a história da humanidade pode ser caracterizada por sucessivas formas, maneiras e modos de o homem atender às suas necessidades. Para Marx, essas relações contêm em si um movimento de negação de si, que se constituem nas lutas de classes. Porém, essa dimensão classista não se processa em uma perspectiva aleatória e subjetiva, é produto dos homens na construção de sua própria história, condicionadas por circunstâncias alheias a sua vontade (MARX,1978).

É alicerçado na análise da vida social, a partir do desenvolvimento histórico, econômico e social, em uma perspectiva de totalidade social que buscaremos investigar e analisar nas diferentes formas de desenvolvimento e, de perquirir, a conexão íntima que há entre a categoria trabalho e as repercussões atuais de negação de sua dimensão ontológica, enquanto categoria fundante do ser social, assim como apreender os nexos que configuram o trabalho contemporaneamente.

Nesse sentido, a presente dissertação está estruturada em três capítulos, que medularmente encontram-se organizados pelos núcleos teóricos apresentados por Ruy Braga (2003) e Sérgio Lessa (2007), acerca das determinações sócio-históricas de emergência do debate sobre a crise da centralidade do trabalho, bem como, as configurações que este assume no tempo presente.

No primeiro, intitulado – **A centralidade do Trabalho: Raízes históricas do debate sobre sua negação ontológica**, expomos os referenciais teóricos que fundamentam a crítica à centralidade do trabalho e os fundamentos históricos e teóricos da resignação do trabalho ao determinismo tecnológico e científico. Assim como, são apontadas as análises que apostam no determinismo tecnológico como motor da história e, sobretudo, as reflexões desenvolvidas pela escola da regulação.

Contrapondo-nos a essa lógica, desenvolvemos uma reflexão crítica acerca dos argumentos que o determinismo tecnológico e científico no processo produtivo anularia a centralidade do trabalho. Em sendo assim, reafirma-se a tese marxista de que o desenvolvimento histórico é produto da luta de classes, é reflexo da complexa contradição do sistema produtor de mercadorias que se funda na relação inconciliável e antagônica da socialização da produção e a apropriação privada da riqueza. Com base nos alicerces das análises que originam as teorias de crise da

centralidade do trabalho, passamos a abordar suas formulações seminais, tendo como foco de reflexão crítica os pensamentos de André Gorz (1982) e Claus Offe (1995).

No segundo capítulo - **Ruptura ou Continuidade: O trabalho no capitalismo contemporâneo**, examinamos as transformações societárias, a partir da década de 1970 até os dias atuais. Em especial, trazemos ao debate a polêmica sobre a ruptura ou continuidade do modelo taylorista/fordista no toyotismo. Nesse intuito, abordamos a ofensiva do capital para responder à crise estrutural, pautada na reestruturação produtiva, mundialização do capital e neoliberalismo.

Encerramos esse capítulo, abordando o caráter restauracionista que o capital impõe à lógica da acumulação do capitalista, aprofundando ainda mais a subsunção do trabalho ao capital.

O terceiro capítulo – **A centralidade do Trabalho nos marcos contemporâneos**, em contraposição às análises do fim do trabalho no mundo dos homens, procura apreender criticamente o processo em curso, apresentando os nexos estruturantes da centralidade do trabalho. Nesse sentido, destaca-se que vivemos sob a égide do sistema capitalista, ou seja, tem-se a produção de riqueza social através do trabalho abstrato produtivo, em outras palavras, da exploração da força de trabalho. E, para encerrar, aborda as expressões da subsunção real do trabalho ao capital no tempo presente, destacando os aspectos que conformam a organização do trabalho nos últimos anos.

Não poderíamos finalizar esta nota introdutória, sem destacar a relevância desta dissertação para o Serviço Social. Entendemos que a prática profissional do Serviço Social só encontra solidez e base efetivamente crítica, ao passo que busca desvendar as requisições profissionais para além do imediatismo, em sendo assim, procurando analisá-las nas mediações existentes entre as demandas cotidianas e a totalidade social.

Nesse sentido, para apreender criticamente as determinações histórico-sociais que incidem no cotidiano profissional, necessariamente, é indispensável ter-se como referência a análise do modo de produção vigente, ou seja, o sistema capitalista e suas protoformas, dentre estas, as configurações do trabalho.

Nada mais estranho para a profissão, no contexto atual de barbárie social, que o negligenciamento das questões econômicas, embora esse aspecto seja algo flagrante no decurso histórico da profissão no país. Refletir sobre as

configurações que assume a profissão na contemporaneidade, nos remete a ter uma leitura da realidade social como campo contraditório, permeado por um feixe de mediações histórico-sociais, que são atravessadas pela contradição capital-trabalho. É no interior desta que se gesta a questão social, sendo as suas múltiplas refrações alvo privilegiado da intervenção profissional.

Nessa direção, capturar as configurações que assume a questão social, mas principalmente, as suas determinações históricas, dentre elas a produção social nos marcos da sociabilidade capitalista é algo mais que necessário para o Serviço Social, torna-se indispensável.

Por fim, faz-se necessário apontar que não temos a pretensão de apresentar verdades absolutas, mas nos propomos a compreender e suscitar reflexões sobre o tema em pauta, em sintonia com a teoria marxista, cuja prevalência ontológica significa, sobretudo, estar referenciado no real.

1 A CENTRALIDADE DO TRABALHO POSTA EM XEQUE: RAÍZES HISTÓRICAS DO DEBATE

Nas últimas décadas, as transformações na vida cotidiana apontam para a construção de um conjunto de nexos sociais, econômicos, políticos e culturais que desenham um mundo pleno de fenômenos novos. Nessa direção, o pensamento social contemporâneo tem dedicado esforços teóricos na busca de compreender os significados que portam essas modificações tão contundentes para a vida social.

As raízes históricas destas transformações societárias estão assentadas nas respostas implementadas pela sociabilidade capitalista, diante da crise estrutural do capital na década de 1970, mediante o novo padrão produtivo que combina flexibilidade e rigidez, o fim do Estado de proteção social e a construção de novas formas de dominação em detrimento do esgotamento nos moldes do compromisso fordista.

Para alguns teóricos, as mudanças decorrentes da reestruturação produtiva do capital são tão significativas que as referências analíticas e categoriais utilizadas para apreender o real tornaram-se anacrônicas ou não possibilitam expressar a dinamicidade das relações sociais.

Neste sentido, novas expressões emergem, reivindicando a atualização dos marcos teórico-metodológicos vigentes. Com base nessas reflexões, categorias e análises são erguidas como centrais. Para alguns, vivemos na égide da sociedade do consumo (BAUDRILLARD, 2007); para outros, na sociedade informática (SHAFF, 1990). Ainda há quem afirme uma revolução informacional (LOJKINE, 1995) ou que esta é a sociedade da comunicação e da linguagem (HABERMAS, 1987).

Nessa mesma direção, outros entendem que a cotidianidade é expressão de uma fantasmagórica realidade líquida (BAUMAM, 2001), fluída e gelatinosa, consubstanciada pela perda da realidade e a construção de uma hiper-realidade, centrada na sociedade da espetacularização, da descartabilidade, da reificação da aparência, do consenso e do individualismo - do culto ao eu¹.

¹ Assim como, trazem uma crítica: TEIXIERA, Francisco; FREDERICO, Celso. *Marx no século XXI*. São Paulo, Cortez, 2008.

Evoca-se assim o fim da razão e da materialidade. As relações sociais são pautadas em novos paradigmas, com base em representações sociais que se particularizam pelo consumo, pela forma de vestir, alimentar, pela música, ou seja, pelos estilos de vida. O pertencimento social não é referenciado pela classe social, mas novas formas de enraizamento são criadas.

Emergem grupos, tribos, turmas que se diferenciam pela mobilidade e temporalidade das relações estabelecidas com o enfoque na subjetividade do ser. Surgem os emos, punks, clubbers e diversas designações que se avolumam no sentido de designar as representações sociais contemporâneas.

Precisamente para deter as nossas atenções na referência categorial em questão – a organização do trabalho – as modificações são vistas contundentemente em todas as latitudes do globo terrestre, de modo que, para a parcela significativa de teóricos, a reestruturação produtiva, implementada no final do século XX, modificou a lógica padronizada, especializada, verticalizada e cronometrada do taylorismo/fordismo para a produção flexível, com base no avanço tecnológico.

Em consequência, despontam algumas análises, segundo as quais o avanço das forças produtivas, o processo de automação, informatização e robotização teria proporcionado um salto qualitativo no âmbito do processo produtivo, decretando a liberdade do homem ao trabalho.

As consequências práticas dessas mudanças resultariam em conclusões tais como o desaparecimento do trabalho (MÉDA, 1995), perda da centralidade da categoria trabalho (OFFE, 1989), fim do trabalho (RIFKIN, 1995), adeus ao proletariado (GORZ, 1987); desaparecimento da distinção entre proletariado e assalariado em geral (MALLET, 1963; BELLEVILLE, 1963)².

Enquanto refrações dessas análises, têm-se a libertação do homem do trabalho, cancela-se a contradição entre capitalistas e trabalhadores, e a luta de classes é uma referência que não cabe mais nos novos tempos.

No mesmo sentido, apresentam-se a autonomia do trabalho, as modernas formas de trabalho centradas em arranjos produtivos que se pautam nas potencialidades locais. Aposta-se em processos autogestionários e no

² Referências indicadas em: LESSA, Sérgio. Trabalho e proletariado no capitalismo contemporâneo. São Paulo, Cortez, 2007.

empoderamento do trabalhador, que é apresentado com forte espírito empreendedor. Ou, ainda, agrega-se à figura do trabalhador a concepção de que este constitui um colaborador ou parceiro, um associado no processo de trabalho, no qual o crescimento da empresa está atrelado ao desempenho individual dos seus empregados.

A face inversa dessas análises multifacetadas do real apresenta-se como elemento fundante de uma forma massificadora, em que a negação ou a descartabilidade da categoria trabalho, como elemento fundante da vida social, implica uma interpretação do real, cujas consequências práticas e teóricas merecem ser analisadas.

As referências histórico-concretas que norteiam tais aspirações teóricas buscam, em grande medida, explicar as raízes e consequências das transformações societárias registradas, principalmente, nas últimas décadas do século XX até o marco do tempo presente.

Não por acaso, os acontecimentos nessa quadra histórica possibilitaram mudanças profundas em todas as esferas da vida social. Dentre essas, sem menoscar a devida importância das diversas práxis e mediações sociais, tornam-se fundamentais as implicações no campo das relações de produção.

Supostamente, em face dessas mudanças no âmbito da organização do trabalho, defende-se uma modificação plena do processo de trabalho, via potencialização do avanço tecnológico das forças produtivas, com base na automatização, robótica, microeletrônica e informatização do processo produtivo, injetando um novo fôlego para a acumulação do capital.

Para complementar este cenário visualizado pelo trabalho nos últimos tempos, pode-se aqui esboçar a redução drástica do emprego com direitos trabalhistas, o crescimento da informalidade, a afirmação de um trabalho pautado na constante fluidez do mercado, subcontratação através das terceirizações, redução e flexibilização dos salários e o desemprego estrutural.

Frente a essas mudanças, alguns cientistas sociais atestam que as alterações são tão significativas e inovadoras no âmbito do trabalho que este perdeu sua centralidade no mundo dos homens.

Categorias marxistas como trabalho e suas formas concretas na sociabilidade capitalista: trabalho abstrato, trabalho produtivo e improdutivo, classes sociais,

trabalhador e proletariado, indubitavelmente deveriam ser revistas por sua natureza anacrônica e fadadas a recordações apologéticas do passado.

Destarte, a partir de tais modificações sumariamente abordadas, a centralidade do trabalho ganha evidência e constitui um campo polêmico de controvérsias e análises expressas por novos e/ou velhos referenciais analíticos.

Com base nesse contexto de transformações na produção e reprodução social, a partir da década de 1950, emergem e proliferam-se, com enorme aceitabilidade no campo do pensamento social, as formulações de negação da sociedade do trabalho.

De forma diversa, dentre uma série de questionamentos, registram-se com maior ênfase as seguintes indagações: é o trabalho, hoje, eixo central e estruturante da organização da vida social? Diante das transformações postas na organização do trabalho em meados do século XX, e suas expressões, como: flexibilização, terceirização, subcontratação, desemprego estrutural, crise do assalariamento, ampliação das atividades no campo dos serviços, crescimento exponencial do trabalho informal e redefinição das classes sociais, teríamos a incontestável invalidação do trabalho enquanto categoria fundante do ser social e, por conseguinte, da lei do valor expressa pela tradição marxista? E, no plano político, a classe operária ainda seria, na atualidade, o sujeito histórico da superação do sistema capitalista?³

Tais questionamentos foram alvo de inúmeras problematizações que, durante as últimas décadas, vêm engrossando um caldo de análises com naturezas diversas. Se dificilmente podemos unificar os resultados de pesquisas desses cientistas sociais em construtos teóricos com similitudes e identificações que os

³ As elaborações de maior relevo permeando esse debate encontram-se de acordo com o professor Sérgio Lessa (2007) agrupados em dois momentos históricos muito precisos, o primeiro decorrente do impacto da ascensão e crise do Estado de Bem-Estar e do Fordismo e o segundo, nos anos 1990 sob o impacto da reestruturação produtiva, neoliberalismo, pós-modernismo e do fim do bloco soviético, fato este que o possibilitou concluir que teríamos respectivamente dois adeuses ao proletariado e o trabalho. O primeiro influenciado pelas análises advindas da década de 1950, alicerçadas nas teses de Serge Mallet (1963), Pierre Belleville (1963), Pierre Naville (1963), Braverman (1974), André Gorz (1980) dentre outros. O segundo adeus ao proletariado, com as teses de Claus Offe, Piore e Sabel (1984), Adam Schaff (1985), Bottomore (1992), Jean Lojkin (1992), Jürgen Habermas enquanto principais expoentes. Especificamente, no que diz respeito às reflexões acerca da invalidação da lei do valor expressa pela tradição marxista nos tempos atuais, encontramos suas formulações seminais em Claus Offe. Em se tratando da negação da classe operária enquanto sujeito histórico da superação do sistema capitalista, André Gorz, Poulantzas, Nagel e Lojkin. Buscaremos apresentar os elementos axiais com maior ou menor proeminência de algumas dessas teses no transcurso do trabalho.

homogeneizassem⁴ em suas conclusões, sem dúvida pode-se traçar uma particularidade que unifique as causas subjacentes das suas análises. Trata-se da tese, segundo a qual, no marco de meados do século XX aos dias atuais, ocorreram modificações contundentes no âmbito do trabalho, provocadas pelo avanço tecnológico e científico - propulsor do desenvolvimento das relações de produção e das classes sociais.

Na verdade, a introdução da automatização e a informatização possibilitaram uma mudança central nas classes sociais, levando alguns pesquisadores a vaticinar a extinção da classe operária; outros a diluí-la no conjunto dos assalariados, assim como cancelar o trabalho vivo em detrimento da ampliação do incremento da tecnologia, como determinante na acumulação capitalista.

As conclusões e caminhos teóricos trilhados por uma parcela significativa do pensamento social, no século XX, possibilitaram redefinir um conjunto teórico de categorias que, em linhas gerais, partem da necessidade de repensar a teoria de Marx, ou de reformular categorias que não estariam bem definidas no pensador alemão.

De modo geral, o debate em questão centra-se nas reflexões sobre o fato de que o movimento real e a sua apreensão, teoricamente, não devem mais contar com a centralidade do trabalho. E, por sua vez, o capital diante de tais transformações, incorpora novos incrementos ao processo de produção e valorização do capital.

Esse fato não é episódico, porém, atualmente, sustenta-se que o processo de valorização do capital encontraria assento nos ciclos de financeirização da economia, na valorização a partir do circuito fechado da especulação empresarial-financeira, como produtor de sobrevalor e com total afastamento da produção dos meios de subsistência e dos meios de produção.

Se estas afirmações tão difundidas nos dias atuais estão corretas, por que o capital não cancelou sua vinculação orgânica com a produção, ou seja, com as diversas formas de trabalho produtivo?

⁴Embora estas teses acerca da organização do trabalho possuam latitudes diversas, algumas conexões podem ser identificadas no que diz respeito às estruturais conceituais que estas se aportam: as teses que defendem que o avanço tecnológico provocou uma alteração substancial nas classes, eliminando a distinção entre proletariado e assalariados (Serge Mallet e Pierre Belleville, Pirre Naville e André Gorz); Para Negri, Lazzarato e Hardt teríamos o trabalho imaterial em cena. Dentre outras perspectivas, o debate sobre o trabalho produtivo e improdutivo (Poulantzas, Nagel e Lojkine); e, do trabalho manual e intelectual (Mallet e Belleville).

Em particular, se na quadra histórica presente, a centralidade do trabalho atingiu seu fim ontológico, enquanto intercâmbio orgânico do homem com a natureza como eterna necessidade, por que o capital continua insistindo em dispor de todo o tempo do trabalho? Por que reafirma a produção da mais-valia, em formas sociais diversas, alicerçadas no trabalho abstrato produtivo? Por que transforma os trabalhadores em pequenos empresários (como se os mesmos fossem personificações do capital) ou em prestadores de serviço e continua acumulando capital através do seu trabalho?

Vale ressaltar que o presente estudo funda-se na investigação dos alicerces estruturantes desses argumentos. Perquirir possíveis repostas às questões ora apresentadas constitui a chave heurística para compreender as transformações na organização do trabalho. Tais repostas, no nosso entender, só podem ser encontradas quando priorizada a suspensão da imediatez do cotidiano, na interconexão das mediações postas com a totalidade social e na incessante aproximação com o real, enquanto síntese de múltiplas determinações (MARX, 1978).

Para tanto, a análise ora apresentada orienta-se, inicialmente, pela indubitável questão que se coloca como objeto desta pesquisa, segundo a qual o progresso tecnológico e sua incorporação na produção capitalista invalidariam o trabalho como atividade central para o mundo dos homens, e cancelariam os antagonismos de classe.

As reflexões propostas pelos teóricos do pós-fordismo afirmam que as causas prioritárias desses acontecimentos encontram-se fincadas na abrupta ruptura do fordismo e sua substituição pelo toyotismo. No arcabouço dessa mudança do padrão produtivo são encontradas justificativas para anular o trabalho enquanto elemento fundante da existência social.

Seguramente, o trato teórico dessa questão permeia a atenção do pensamento social contemporâneo e, para tanto, buscaremos atingir seus nexos centrais, sobretudo, desmistificar as contradições presentes neste debate, *superar o reducionismo economicista que a tudo reifica e naturaliza*⁵ para, posteriormente, investigar-se as reconfigurações assumidas pela organização do trabalho na contemporaneidade.

⁵ BRAGA, Ruy. A restauração do Capital: Um estudo sobre a Crise Contemporânea. São Paulo: Xamã, 1996.

1.1. DO ABSTRATO AO CONCRETO: SIGNIFICADO SÓCIO-HISTÓRICO DA RESIGNAÇÃO DO TRABALHO AO DETERMINISMO TECNOLÓGICO

No plano da reflexão teórica, as análises de afirmação do capitalismo se tornam algo mais que evidente nos últimos tempos. Em um contexto onde o fetichismo da mercadoria atinge seu ápice e as contradições do capital são devastadoramente vivenciadas pela classe trabalhadora, necessariamente uma cultura da crise⁶ é acionada para reafirmar tais processos sociais.

As reflexões até aqui apresentadas apontam para o entendimento de que as relações contraditórias de subsunção real do trabalho ao capital são apagadas pelo determinismo da técnica na produção e seus reflexos na reprodução social.

As marcas da exploração do trabalho são camufladas por um pretenso ar de inovação e superação, propostas pelo discurso das revoluções tecnológicas. Apregoa-se a autonomia do trabalho face às suas novas expressões: o trabalhador autônomo e o empreendedor individual, através de cooperativas, associações, organizações comunitárias, arranjos produtivos locais, dentre outras designações.

A caduca luta de classes, a consciência de classe, as resistências e contestações são esvaziadas de seu conteúdo essencial e histórico – a contradição entre a socialização do trabalho e a apropriação privada da riqueza socialmente produzida – pela igualdade formal de capitalistas e trabalhadores distintos unicamente pelo papel que desempenham no mercado.

Esvaziado, formal e explicitamente, o trabalho perde seu caráter de centralidade. Digam-se, as revoluções tecnológicas e científicas teriam a capacidade e a função histórica de cancelar o trabalho enquanto eterna necessidade do homem,

⁶ Por cultura da crise entende-se que diante das crises do capital erguem-se sobre a sociabilidade capitalista uma cultura de legitimação deste sistema, de naturalização e impossibilidade de construção de uma racionalidade para além do que é imposto pelo capital. Apresenta-se a ênfase no imediato, a reafirmação do status quo, a aceitabilidade e conformação das bases fundante do processo de exploração por parte do capital. A cultura da crise recicla os alicerces da hegemonia do capital. Para o capital é extremamente necessário uma cultura que reproduza as balizas de submissão e aceitabilidade inquestionável para com a sociabilidade capitalista, qual seja, a produção e consumo. A cultura da crise reafirma a indispensabilidade do credo praticado pela realização do capital: produção, circulação e consumo. Sobretudo, no que diz respeito ao consumo. Em momentos de crise, como avistados nos dias atuais, os dirigentes políticos e representantes do grande capital através de mecanismos diversos convocam os indivíduos ao consumo, ávidos para a concretização do ciclo do capital.

e, em consequência, a sociabilidade seria regida pelas benesses proporcionadas pelas pactuações através e, por meio, do sistema capitalista – modo dito ideal e insuperável.

Na busca por respostas que vislumbrem apreender o significado sócio-histórico dessas transformações societárias, uma tese muito forte se enraíza na direção ora apresentada, que o progresso tecnológico e científico mudara substancialmente a vida social.

A tese do determinismo tecnológico advoga a construção de novos paradigmas avistados diante da incorporação da automação, da microeletrônica e da robótica para citar seus aspectos principais. Surgem, desse novo cenário, paradigmas explicativos da nova ordem que atestam o fim da modernidade (Pós modernismo), ou a construção de um novo pacto social (Pós-fordismo ou neofordismo), como também, o fim da centralidade do trabalho. Em razão disso, é que se torna importante investigar os tênues fios que sustentam historicamente essas defesas.

De forma inquestionável, a todos os cantos é alardeada a existência de uma nova fase em que o determinismo tecnológico e científico constitui o motor da história. Nas últimas décadas do século XX, teríamos uma súbita ruptura da produção padronizada, sincronizada e fortemente centralizada, com o operário especializado trabalhando em linhas de montagem, denominado de taylorismo/fordismo pela substituição da produção flexível. Isso significa a plena modificação da gestão do trabalho, agora calcado em plantas industriais flexíveis, ordenadas em processos de controle e gerência, modernos e adaptáveis, com base no trabalhador polivalente e plenamente qualificado.

Com o intuito de apresentar as mediações histórico-sociais e políticas que envolvem essa polêmica, os esforços teóricos com este fim não são poucos e as conclusões são múltiplas. Seguramente, ao se tratar desse tema, as reflexões apresentadas por um grupo de cientistas sociais, denominado de Escola Regulacionista, tornam-se mais do que evidentes, diante da recorrente referência às suas análises nas últimas décadas.

A escola da regulação⁷ compreende que o período histórico que marca o pós-guerra (1945-1975) particulariza-se pela construção de um compromisso social que

⁷ A escola da regulação, com forte expressão na corrente parisiense é composta por politécnicos e estão inseridos no âmbito da alta administração do Estado, são expoentes desta corrente M. Aglietta, Robert Boyer, Alain Lipietz, Jacques Mistral, dentre outros. Assim como destaca Braga sobre suas

anularia os conflitos entre o capital e trabalho, através da organização produtiva com base no taylorismo/fordismo e na regulação por parte do Estado – protoformas da relação salarial. Através de um conjunto de medidas políticas e institucionais materializadas na proteção social, a classe trabalhadora teria assistido ao fim da luta de classes.

Isso decorreria do exaurimento do compromisso fordista/keynesiano, ocorrido por volta das décadas de 1960/1970, acarretando uma crise estrutural do capital. Ao se debruçar sobre a crise do modelo taylorista/fordista, a escola regulacionista situa suas causas no esgotamento da forma social de dominação de classe inaugurado pelo fordismo.

Conseqüentemente, dá-se a construção de um novo consenso social em que o capital e o trabalho reconciliam-se com o objetivo de reorganizar as bases do processo de trabalho e valorização do capital.

As idéias regulacionistas são inspiradas na lógica de construção de estágios de regulação⁸ do capitalismo, através de consensos possíveis entre classes ontologicamente antagônicas. Teríamos assim a efetivação de pactos sociais entre capitalistas e trabalhadores que contribuiriam para o progresso do capitalismo, dentre esses, o assalariamento.

Nessa concepção, o amálgama que dissipa as contradições de classe encontra-se no assalariamento. A vida social distingue-se pelo caráter de pertencimento e inserção ou não na sociedade salarial. Sendo assim, para a referida corrente, o modo de regulação do capital que marca o pós-guerra no século XX é caracterizado pelo modelo taylorismo/fordismo que possui os respectivos significados analíticos:

Pode-se definir o taylorismo como o conjunto das relações de produção internas ao processo de trabalho que tendem a acelerar a cadência dos ciclos de gestos sobre os postos de trabalho e a diminuir a porosidade da jornada de trabalho. Estas relações exprimem-se por princípios gerais de organização do trabalho que

origens: “Seu grupo fundador pertence a uma nova geração de tecnocratas reformistas que, impregnados pelo marxismo ocidental dos anos 1960, colocam-se o problema, nos locais institucionais ligados ao aparelho central do Estado, de saber como a reprodução da relação capital/trabalho é historicamente realizada e regulada” (2003, p. 32-33).

⁸ Por regulação segundo a Escola Regulacionista entende: “Um modo de regulação é um conjunto de mediações que mantêm as distorções produzidas pela acumulação do capital nos limites compatíveis em relação à coesão social no seio das nações” (BRAGA 2003, p. 16, apud AGLIETTA 1997)

reduzem o grau de autonomia dos trabalhadores e os submetem a uma vigilância e a um controle permanente da execução da norma de rendimento (AGLIETTA, 1997, p.135 apud BRAGA, 2003, p. 50).

A escola regulacionista atribui ao taylorismo a capacidade de organização do conjunto das relações de produção que materializa o regime de acumulação, a materialização desta nova gestão do trabalho foi historicamente denominado de fordismo, sendo este capaz de gerir a reprodução global da força de trabalho assalariada:

O fordismo representa um novo estágio da regulação do capitalismo, o do regime de acumulação intensiva, no qual a classe capitalista busca gerir a reprodução global da força de trabalho assalariada por meio da íntima articulação das relações de produção e mercantis mediante as quais os trabalhadores assalariados adquirem seus meios de consumo. O fordismo é, pois, o princípio de uma articulação do processo de produção e do modo de consumo, que instaura a produção em massa, chave da universalização do trabalho assalariado (AGLIETTA, 1997 p.93-94 apud BRAGA, 2003, p. 17).

Pelo exposto, o fordismo seria o regime de acumulação gerido pela íntima relação da produção em massa e a reprodução da força de trabalho assalariada. O estrangulamento desta relação, nos idos da década de 1960/1970, foi uma dentre as causas que provocaram a crise do desenvolvimento capitalista, interpretada enquanto crise da regulação salarial.

As respostas apresentadas pelos regulacionistas com vistas à superação da crise apontam para a construção de um novo compromisso social que superasse os desequilíbrios e sequelas do modelo anterior, objetivando um novo regime produtivo com a potencialização da produtividade e, conseqüentemente, com a ampliação dos lucros – o Pós-Fordismo.

Resumidamente podemos destacar que, para a Escola da Regulação, as estratégias destinadas à superação das crises do capital encontram-se assentadas no próprio sistema, e que as respostas para os ciclos de crise ancoram em novos regimes de acumulação, pactuados entre capitalistas e trabalhadores que forjariam compromissos sociais erguidos com base nas relações salariais.

Os trabalhadores e os capitalistas abandonariam os confrontos e resistências que os conformam historicamente – a luta de classes – e se dedicariam à construção de consensos com garantias formais que beneficiariam a ambos.

Para os regulacionistas, à relação salarial é a base que estrutura as modificações da socialização do trabalho com a plena exorcização da exploração, garantida pela ampliação do poder de compra por parte dos trabalhadores em consonância com os salários adquiridos.

Essa relação salarial inaugura o fim da luta de classes, já que as pactuações entre capitalistas e trabalhadores possibilitaram a garantia de interesses coletivos para as classes, não havendo o acirramento entre ambas. E, nesse ínterim, emerge a constituição da sociedade salarial (CASTEL, 2008).

A citada sociedade salarial estrutura-se na lógica do trabalho assalariado, e a inserção dos indivíduos na sociedade está diretamente vinculada à venda da força de trabalho. Este fato possibilita a construção da identidade social e da integração comunitária, enfim, é a condição de assalariado que determina o reconhecimento social aos indivíduos.

Vale ressaltar que a relação salarial adquire diversas configurações, desde sua origem até as particularidades que assume no período descrito pelo fordismo. De acordo com Castel (2008), essas configurações foram possíveis diante de cinco condições objetivas, quais sejam: uma nítida separação entre os que trabalham efetiva e regularmente e os inativos ou os semi-ativos do mercado de trabalho; a fixação do trabalhador em seu posto de trabalho e a racionalização do processo de trabalho no quadro de uma gestão exata do tempo, recortada e regulamentada; o acesso, por intermédio dos salários, a novas normas de consumos operários, através do qual o próprio operário se torna usuário da produção de massa; participação na propriedade social e nos serviços públicos, tais como a saúde, higiene, moradia e instrução; e, por fim, a inscrição em um direito do trabalho que reconhece o trabalhador como membro de um coletivo, dotado de estatuto social, além da dimensão puramente individual do contrato de trabalho.

Ergue-se, sob essas condições, a constituição da sociedade salarial, concebida como uma forte estrutura político-jurídica, capaz de garantir, institucionalmente, uma harmonia social com base na evicção de espaços de participação que cristalizam o compromisso regulacionista.

Gradativamente, o operariado assume uma nova conformação nos marcos da sociedade salarial, com a modificação de sua missão de sujeito revolucionário pelo fim do sistema capitalista. Nos marcos do fordismo, essa missão teria uma feição diferenciada. A ampliação da condição de assalariamento transfigura os interesses, antes divergentes, em um pacto consagrado por trabalhadores e capitalistas.

Seria, portanto, possível caracterizar o lugar que a condição operária ocupa na sociedade da década de [19]30 por uma relativa integração na subordinação. Os fatores de pertencimento foram sublinhados: seguros sociais, direito do trabalho, ganhos salariais, acesso ao consumo de massa, relativa participação na propriedade social e até mesmo no lazer. O traço comum dessas conquistas é que contribuíram para estabilizar a condição operária, instaurando uma distância em relação à imediatez da necessidade (CASTEL, 2008, p. 444).

Em consequência, edifica-se a tese do fim da luta de classes: o propulsor da história seria a relação salarial. O desenvolvimento capitalista teria sua processualidade histórica estruturada nos diferentes regimes de acumulação, pautados nas conformações do salário.

Ao assalariamento, é atribuída a superação da figura do operariado com as características e perfil imputados por Marx. E, através de novos fatores de pertencimento social, sublinhados pela efetivação de condições objetivas de reprodução social dos trabalhadores que não se reduz mais à satisfação das necessidades básicas, ergue-se a sociedade salarial.

Segundo Braga, *“da lógica contraditória das relações capitalistas de produção, passamos aos conflitos distributivistas no interior de um Estado regulador, legitimado pelas figuras do bem-estar social”* (2003, p.145).

Nesta direção, Castel irá reforçar este argumento, destacando,

Desemboca num modelo de sociedade que não é mais atravessado por um conflito central entre assalariados e não-assalariados, isto é, entre proletários e burgueses, trabalho e capital. A “nova sociedade”, para retornar um slogan do início da década de [19]70 e que pretendia ser a tradução política dessa mudança, é organizada principalmente em torno da concorrência entre diferentes pólos de atividades salariais (...). Sociedade em que, de contraponto, a

condição de assalariado se torna modelo privilegiado de identificação (2008, p.465-466).

Para a plena efetivação da sociedade salarial, faz-se necessário um conjunto formal de mediações, um sistema estruturado que possibilite a devida harmonia social, e isso só é possível através de um órgão de regulação - o Estado Salarial.

O Estado Salarial teria como objetivo último a lógica de regulador dos conflitos e disfunções presentes, possibilitando o progresso do capital e a ampliação do acesso dos trabalhadores ao provimento de suas necessidades sociais, com elevação dos salários e um rol de políticas de seguridade social.

Nesse sentido, sua forma de abrangência impunha uma dinâmica ao sistema capitalista que o particularizaria de outras épocas, devido a sua capacidade de,

(...) estimular o progresso, ao conter a pauperização com base na difusão de um princípio de investimento social capaz de oferecer os meios pelos quais o salariado pudesse reproduzir-se autonomamente. Do valor, passamos aos valores: solidariedade, fraternidade, responsabilidade. Assim, o Estado salarial acabaria por legitimar-se, na medida em que obteria êxito em fazer respeitar o direito de todo cidadão a uma renda mínima de inserção (RMI). A pauperização que descaracteriza a sociedade salarial seria exterior ao regime, quase um acidente produzido pelo mau funcionamento das mediações sociais (AGLIETTA, 1997; LIPIETZ, 1998) (BRAGA, 2003, p. 82).

A legitimação social do Estado seria regida pelas relações de assalariamento e pela sua atuação em prover um quadro mínimo de garantias que possibilitassem melhores condições de vida e trabalho para os proletários. Essa aquiescência funda-se na sociedade salarial e na natureza do Estado de contribuir para a restauração do progresso social.

A sociedade salarial teria no “estado de crescimento” seu alicerce, devido a imbricação dos interesses da sociedade privada e da propriedade social, diante do desenvolvimento econômico, posto de um lado, e o Estado de proteção social, de outro.

A intervenção de um Estado Social garantidor de proteção social, condutor da economia e equilibrador dos conflitos e crises funda uma sociabilidade que dissipa

aporias entre trabalhadores e capitalistas. Ao contrário, supera seus nexos ontológicos e cimenta uma relação pacificadora no plano da subjetividade do trabalhador.

A partir da década de 1960/1970 o regime de dominação do capital, sob o pilar do fordismo combinado à garantia de políticas sociais compensatórias, impressas por um Estado de Bem Estar Social mostra sua insustentabilidade enquanto modelo para o capital.

Devido o gradativo desajuste do compromisso fordista anunciado pelo esfacelamento da regulação social, mediante o descompasso existente entre produção e consumo, a queda das taxas de crescimento e o aumento exponencial do desemprego evidenciam as refrações da crise do fordismo.

Para a Escola da Regulação,

A crise é reduzida à “rigidez” do planejamento burocrático, à incapacidade de se responder rapidamente aos desfuncionamentos normativos. A modificação do sistema das formas é colocada em marcha por intermédio de crises localizadas. Longe da reprodução coerente de conjunto, os “encaixes” vão-se desfazendo em ritmo acelerado. O laço específico que estabelece o fordismo, entre o processo de trabalho mecanizado e o consumo estritamente privado, originaria um rápido crescimento do custo do consumo coletivo: “Tal fenômeno obstaculiza o crescimento da mais-valia relativa, até o ponto de inverter seu sentido de evolução a partir do momento em que a crise do fordismo manifesta-se por colocar em questão a organização do trabalho. Por tal razão assistimos, a partir de meados dos anos [19]60, a uma verdadeira explosão daquilo que veio a ficar conhecido como custos sociais do crescimento” (AGLIETTA, 1997, p. 141) (BRAGA, 2003, p. 103).

Assim sendo, diante da explosão dos custos sociais do crescimento, teríamos a crise do fordismo e a necessária reorganização do trabalho, no sentido de garantir a relação salarial com a ruptura das formas taylorizadas/ fordistas pelo pós-fordismo.

Em resposta à crise da relação salarial, Aglietta (1997) propõe o erguimento de um novo padrão de acumulação, no qual o processo produtivo teria que ser organizado com base num sistema de informação computadorizado que corrigisse os desequilíbrios da cadeia de produção; a hierarquia organizacional do processo de trabalho deveria ser drasticamente reduzida; os conflitos na esfera da produção

seriam isolados e eliminados; e o funcionamento dos sindicatos paralisado, criando um sindicalismo integrado às empresas; e, por fim, a transformação massiva do trabalho improdutivo em trabalho produtor de mais-valia (TEXEIRA, 2010).

Para os regulacionistas, o pós-fordismo seria um novo regime de organização do trabalho, pautado na produção flexível, com total ruptura aos ideais fordistas. Em substituição ao trabalho rígido, ter-se-ia a especialização flexível; e ao operariado do chão de fábrica, inflexível e sindicalizado, o trabalhador atomizado, flexível e dessindicalizado.

O pós-fordismo tem sua essência na especialização flexível. Esse modelo de organização do trabalho está materializado nas experiências nipônicas, em especial, nas fábricas da Toyota. As estratégias e mecanismos criados abririam um novo estágio ao capitalismo com grandes expectativas de produtividade e reprodução do capital, sob a vigência de práticas novas: a automação, Just-in-time, Kanban⁹ e produção seriada.

As marcas apresentadas pelo toyotismo, para a organização do trabalho, são situadas: na produção sem estoque e de adequação ao mercado; no trabalhador polivalente; no controle de qualidade; e na terceirização da força de trabalho.

Para tais aspirações, os regulacionistas analisam que a modificação do perfil do trabalhador, abandonando seus antigos valores fordistas, era indispensável. Mudanças substantivas na construção de um novo perfil eram fundamentais e a cultura do trabalhador imposta pelo período fordista precisava ser substituída por uma nova racionalidade, tem-se uma nova racionalidade imposta ao trabalhador:

Segundo os quais acreditava que [1] seu salário é pago por seu chefe; [2] que ele é uma mera peça de uma engrenagem maior, e que, por isso, [3] sua melhor estratégia é a de não fazer nada sem que mandem fazer. Este trabalhador, agora, precisa convencer-se de que [1] seu salário é pago por seus clientes; [2] que toda e qualquer tarefa é importante; portanto [3] nada de empurrar os problemas para os outros; pois [4] pertence a uma equipe, o que faz com que seu sucesso ou fracasso dependam de todos; [5] que deverão conscientizar-se de que ninguém sabe o que acontecerá amanhã, o que exige uma constante e permanente aprendizagem, para

⁹ “A produção sustenta-se na existência do estoque mínimo. O melhor aproveitamento possível do tempo de produção (incluindo-se também o transporte, o controle de qualidade e o estoque), é garantido pelo Just-in-time. O kanban, placas que são utilizadas para a reposição de estoques, e o kanban é a senha utilizada que alude à necessidade de reposição das peças/produtos. Daí o fato de, em sua origem, o kanban estar associado ao modelo de funcionamento dos supermercados, que repõem os produtos, nas prateleiras, depois da venda” (ANTUNES, 2007, p.34).

acompanhar as mudanças inesperadas e abruptas do mercado (TEIXEIRA, 2010, p. 12).

A tarefa urgente para o capital partia do pressuposto de redefinir os eixos estruturantes do regime de dominação. Os tencionamentos de classe envidados nessa processualidade histórica impõem ao capital o esfacelamento dos focos de resistência e de luta da classe trabalhadora, que se transformaram em uma preocupação urgente. As investidas contra os sindicatos tornaram-se uma necessidade para o capital. O arcabouço do estatuto da proteção social foi destituído em nome de um único compromisso: a defesa dos interesses capitalistas.

Na contramão dessa visão reducionista e mecanicista, de plena eliminação dos anseios e perspectivas de luta de classes, que camufla e busca apagar a contradição capital e trabalho, proposta pela escola da regulação, serão analisadas as determinações concretas desse cenário de crise do taylorismo/fordismo. Na mesma direção, pretende-se identificar os vínculos de continuidade e ruptura existentes entre as formas de organização do trabalho - fordismo e toyotismo.

1.2. O AVESSO DO DETERMINISMO TECNOLÓGICO: CONCRETICIDADE DA LUTA DE CLASSES

Diante dos elementos aqui expostos sobre a escola regulacionista, pode-se concluir que:

Sinteticamente, a Teoria da Regulação apresenta, desde as origens, sua vocação: representar, do ponto de vista teórico, o suposto destino dos trabalhadores em colaborar inevitavelmente com a burguesia. Por intermédio do reprodutivismo teórico, as determinações políticas da classe trabalhadora são sacrificadas no altar das “necessidades sistêmicas” capitalistas. O formalismo da análise expulsa, progressivamente, as referências aos antagonismos sociais, eliminando a contradição: a relação salarial assume o espaço da luta de classes (BRAGA, 2003, p. 228).

Ao nos reportarmos às considerações apresentadas pela escola regulacionista, uma célebre passagem da obra de Marx se faz presente, no sentido de contradizer

as argumentações até aqui analisadas: *“Os homens fazem sua própria história, mas não a fazem como querem; não a fazem sob circunstâncias de sua escolha e sim sob aquelas com que se defrontam diretamente, legadas e transmitidas do passado”* (MARX, 1978, p. 329).

Embora as defesas regulacionistas jorrem no sentido de afirmar a liberdade do trabalhador frente ao processo de trabalho, na sua essência afirmam que os homens não fazem sua própria história, mas cabe ao determinismo tecnológico ser o motor dela. Os homens são coadjuvantes neste processo reificado pelo domínio do capital. As circunstâncias de sua escolha são ofertadas num balcão de negócios, nos quais capitalistas e trabalhadores, contratualmente, apresentam seus compromissos e responsabilidades em nome do progresso social.

Essa análise demonstra ser ilusória e abstrata quando a confrontamos com o concreto – o real. Em substituição à sociabilidade capitalista sem contradições, pleiteada pelos regulacionistas, tem-se a nua e crua realidade do abismo existente entre as classes sociais e o antagonismo inconciliável com que se defrontam, sobretudo na vida daqueles que necessitam vender a única mercadoria de que dispõem – a força de trabalho.

Para além de pensarmos na ótica do determinismo tecnológico, alicerçamos suas causas subjacentes na processualidade histórica atravessada pela luta de classes.

Se, por um lado, as particularidades da crise do capital radicam nas determinações históricas próprias da crise do modelo taylorismo-fordismo; por outro, elas não se esgotam unilateralmente neste, mas é produto de complexas contradições nas relações sociais que, conjuntamente, possibilitaram a crise estrutural do capital no último quartel do século XX.

O período de 1950 a 1970 é marcado pelo ápice do desenvolvimento do modelo taylorismo-fordismo enquanto organização do trabalho, sustentado pelo paradigma de um Estado de proteção social que balizou o pós-guerra. A concretude desse modelo foi encetada com a precípua missão de reverter à estagnação e restabelecer os ciclos de valorização do capital.

Ao se analisar o modelo taylorismo-fordismo, parece correta a seguinte observação de Braverman:

Torna-se necessário um completo e pormenorizado esboço dos princípios do taylorismo ao nosso histórico, não pelo que ele é popularmente conhecido – cronômetro, aceleração, etc. – mas porque além dessas trivialidades reside uma teoria que nada mais é que a explícita verbalização do modo capitalista de produção (1987, p.83).

A lógica do taylorismo não se resume à sistematização de técnicas e procedimentos no processo produtivo, mas representa a verbalização explícita do modelo de trabalho no tempo histórico marcado pela monopolização do capital. Já a sua materialização, de forma lapidar, encontra-se na experiência do fordismo.

Ao taylorismo/fordismo é atribuída a responsabilidade pela racionalidade gerencial científica, com o objetivo de impulsionar uma maior produtividade do trabalho com baixos custos para a produção capitalista.

É característico dessa fase o coroamento da utilização da ciência e da produção, fato que possibilitou uma revolução no gerenciamento do trabalho. A partir das idéias e experiências de Taylor, tem-se, então, a racionalidade gerencial que é amplamente difundida e incorporada aos diversos processos de trabalho.

Taylor sistematizou e construiu um arcabouço de iniciativas e práticas historicamente desenvolvidas no âmbito do processo produtivo, introduzindo o controle gerencial rígido na gestão do trabalho. Nesse norte, Braverman (1987) destaca o princípio que imprime essa rigidez à dissociação da gestão de trabalho das especialidades dos trabalhadores, estando a gerência responsável pela lógica da organização do trabalho e cabendo ao trabalhador, exclusivamente, a execução¹⁰.

¹⁰ Clara exemplificação da rigidez da gerência científica de Taylor é caracterizada por esta análise do referido autor ao tratar sobre o perfil do trabalhador e a gestão do trabalho a ser desempenhado: "Cronometramos e estudamos cuidadosamente os 75 carregadores, durante 3 a 4 dias, ao fim dos quais separamos quatro homens que pareciam ser fisicamente capazes de carregar barras de ferros na proporção de 47 toneladas por dia. Foi feito, então, o estudo apurado de cada um destes homens: investigamos seu passado, tanto quanto possível, e fizemos um inquérito completo a respeito do caráter, dos hábitos e ambições de cada um. Finalmente dos quatro, escolhemos um, como o mais apto para começar. Era um pequeno holandês, vindo da Pensilvânia. (...) Soubemos que com o seu salário de U\$ 1,15 dólar por dia, ele tinha conseguido comprar um terreno e se empenhava em construir uma casinha própria (...) Uma pessoa com quem conversamos, disse-nos a respeito dele: Um centavo parece-lhe tão grande como uma roda de carroça. Chamaremos esse homem de Schmidt. (...) Schmidt começou a trabalhar. Durante todo o dia e a intervalos regulares, o homem que o orientava com um relógio na mão lhe dizia: Agora, levante o lingote e ande. sente-se e descansa. Agora, ande, agora, descansa, etc. Ele trabalhava e descansava quando mandado, e as 5 ½ da tarde tinha colocado no vagão 47 ½ toneladas. Praticamente nunca falhou, trabalhando neste ritmo e

A separação entre concepção e execução, ou seja, a dissociação do trabalho mental e manual reforçada por Taylor pela lógica da incapacidade do trabalhador em analisar a gestão do trabalho, possibilita a perda, por parte do trabalhador, do controle sobre os instrumentos de trabalho, sobre seu próprio trabalho, como também sobre o modo como o executa. Esses aspectos abordados potencializam a desqualificação e alienação do trabalhador; ampliando as barreiras que separam o trabalho manual do intelectual, os quais, indiscutivelmente, opõem-se efetivamente como inimigos.

Porém, é nos marcos da indústria Ford¹¹ que essa modificação gerencial e científica foi expandida, constituindo o modelo de organização do trabalho e se espalhando por todos os ramos da produção.

Como nos adverte Gounet (1999), não é episódico os modelos de organização no processo produtivo terem surgido nas indústrias automobilistas, e, ao analisá-los, é indistintamente obrigatório apreender o desenvolvimento e importância dessas indústrias para a valorização do capital.

Segundo o referido autor, esse ramo de produção absorve um conjunto de sistema e serviços, tendo um peso considerável na economia de seus países (um carro possui aproximadamente vinte mil peças), o que leva ao acirramento dos estados nacionais diante da possibilidade concreta de ampliação das plantas industriais do país, criação de empregos diretos e indiretos, potencialização da acumulação do capital por parte das empresas e Estado.

O fordismo ocasionou transformações na organização do trabalho com base na produção em massa, possibilitando reduzir os custos da mercadoria produzida e, conseqüentemente, do seu valor; instituem o parcelamento das tarefas desenvolvidas na produção, provocando a desqualificação dos operários; criou uma linha de montagem, permitindo a esses operários realizarem suas operações com a racionalidade de tempo necessário e redução do tempo desperdiçado; acresce-se a automatização das fábricas e a integração vertical no controle direto da produção (GOUNET, 1999).

fazendo a tarefa, que lhe foi determinada. (...) Assim, ele recebeu salários 60% mais elevado do que eram pagos a outros homens que não trabalhavam no sistema tarefa (TAYLOR, 1963, p.42 a 45)."

¹¹ A primeira década do Século XX (1913) registra uma mudança significativa na organização do trabalho, Henry Ford ao modificar o regime trabalho inspirado nas idéias e métodos do taylorismo cria o fordismo. A racionalização científica na produção automobilística das fábricas Ford irá produzir em larga escala veículos (sobretudo, modelo T) com preços acessíveis para um consumo em massa.

Nessa direção, mudanças substanciais envolveram as relações de produção e suas refrações nas condições de trabalho da classe operária. Assim como destaca Gambino,

O operário é privado mesmo do direito de palavra, visto que – e, neste disciplinamento, o fordismo é o potenciador do taylorismo – recebe não tanto ordens verbais diretas de um superior, quanto uma elevação pré-ordenada do ritmo produtivo da maquinaria; a comunicação e o contato com os seus pares é minimizada e ele, em todo caso, deve simplesmente agir por reações monótonas aos impulsos de um sistema produtivo totalitário (2000, p.35).

A natureza da produção capitalista, nos moldes do taylorismo/fordismo, expressa-se no trabalho demasiadamente desqualificado, preso ao discurso da especialização e da potencialização do consumo em massa. A receita utilizada para esse fim foi possível através do aumento dos salários diretos que, por sua vez, agregaram o consumo de massas e a produção em larga escala.

Decorre, ainda, a construção de uma relação salarial beneficiadora dos grupos monopolistas transnacionais, sob a égide de um massivo processo de investidas do capital na fragmentação das lutas da classe operária, com base na institucionalização dessas lutas.

Diferentemente das reflexões regulacionistas, o processo de adesão e cooptação dos trabalhadores à cadência imposta pela racionalidade científica da produção não é produto de acordos tácitos estabelecidos, mas reflete a velha luta de classes. Assim como nos adverte Vakaloulis,

Esta imagem compacta da expropriação total do saber-fazer operário pela gerência, “oculta” a resistência dos explorados (a crítica foi prática, antes de ser teórica), e a defasagem entre trabalho prescrito e trabalho real, efeito irreduzível da atividade sinérgica do trabalhador coletivo que se constitui na divisão social do trabalho, construindo em grande parte, o saber e saber-fazer de sua própria força produtiva. A constituição do trabalhador coletivo não é um processo técnico ou ergonômico, mas representa o efeito do engajamento dos agentes do processo de produção nas estratégias de competição entre si e de concorrência em relação às forças capitalistas (2000, p. 49 -50).

Retirar o caráter antagônico das lutas de classe que marcam essa processualidade histórica do fordismo, bem como atribuir-lhe a construção de consensos possíveis é cair no “canto da sereia” proposto pelos regulacionistas. Estes advogam o discurso da regularidade dos ciclos de valorização do capital, através do ajustamento e ordenação do processo de trabalho, com base na sociedade salarial.

Dessa forma, afloram as manifestações de organização da luta operária, canalizadas nas ramificações sindicais e partidárias. E, em detrimento dos limites impostos pela contradição capital e trabalho, pactuações foram celebradas no sentido de acertar um ritmo de produção que possibilitasse a ampliação demasiada da produtividade do trabalho. Também foram garantidas melhorias de vida e de trabalho, representadas por salários reais condizentes com tais aspirações nos países desenvolvidos, embora à custa da pauperização e exploração dos países de desenvolvimento tardio.

Vale salientar que a temporalidade histórica que marca o modelo taylorista/fordista é fruto de um complexo processo de causalidades e condicionalidades de caráter contraditório que possuem, em si mesmo, a explicação dos elementos nos quais se particularizam sua emersão, desenvolvimento e crise.

A segunda metade do século XX registra uma modificação tecnológica e gerencial no processo de (re)produção e acumulação capitalista. O cenário internacional vê-se mergulhado pela superprodução e pelo tendencial processo de não absorção e realização da produção que vinha se tendo na segunda metade do século XX.

A economia estadunidense, que duplicara a cada dois anos do conflito mundial, enfrentava uma situação instável no imediato pós-guerra. Em primeiro lugar, porque não havia a mesma escala de consumo destrutivo promovido pela guerra. Tanques, aviões, armamentos, fardas, remédios, rações alimentícias, combustíveis, etc., etc. eram produtos que, do dia para a noite, tiveram suas demandas reduzidas. Em segundo lugar, porque a frugalidade e o ascetismo pregados durante o “esforço de guerra” como um meio de economizar “em casa” para disponibilizar mais recursos aos pracinhas no “campo de combate”, promovera hábitos de consumo centrados no combate ao desperdício e ao consumo supérfluos. (...) terceiro lugar, porque a volta dos soldados à vida civil constituía uma massa de trabalhadores aos quais não havia empregos. O desemprego era um empecilho a mais para o aumento do consumo (LESSA, 2007, p.280).

Com a Europa e o Japão arrasados com a guerra, qualquer abalo existente no hemisfério norte, sobretudo nos Estados Unidos, provocaria um colapso de proporções globais. Tal circunstância, de forma efetiva, levou este último país a uma série de conflitos armados, no intuito de manter as bases de acumulação sólidas, com estímulo ao desenvolvimento do complexo industrial-militar, além de ter financiado a reconstrução dos países destruídos pela guerra através do Plano Marshall. Estas estratégias, porém, não atingiram os objetivos esperados, o que ocasionou a necessidade da:

(...) organização de um mercado capaz de um consumo cada vez mais elevado, principalmente nos Estados Unidos. E para atender a esta necessidade de um mercado interno “pujante” que o *American Way of Life* é elevado a modelo do futuro da humanidade (LESSA, 2007, p.281).

Assim sendo, a produção em massa generaliza-se. O objetivo principal a ser atingido constitui-se na diminuição do preço final da mercadoria, impondo o restabelecimento do consumo que, por sua vez, possibilitaria o desenvolvimento sem fronteiras da produção capitalista. Para a concretização desse esquema de rotação do capital, fez-se necessário uma população ávida a consumir, com um poder aquisitivo equivalente à ampliação da produção.

Para um consumo da mesma magnitude, a produção em massa possuiu seu pilar no desenvolvimento tecnológico e científico. Bens e serviços restritos, em tempos anteriores, foram largamente produzidos com acessos popularizados. Artigos de luxo tornaram-se padrão de consumo para a grande massa da população, a exemplo do televisor, geladeira, telefone e lavadoras de roupas dentre milhares de produtos.

Este desenvolvimento tecnológico e científico, analisado por Hobsbawn, (1995) provocou três acontecimentos efetivos: o primeiro, no que diz respeito à transformação absoluta da vida cotidiana no mundo rico e mesmo, em menor proporção, no mundo pobre, deu-se com a socialização de produtos que ampliavam o leque de possibilidades de atendimento de necessidades, as quais, paralelamente,

tornaram-se mais complexas. Em segundo lugar, a pesquisa e o desenvolvimento passaram a ser fundamentais para o crescimento econômico. E, por fim, as novas tecnologias eram, esmagadoramente, de capital intensivo e exigiam pouca mão-de-obra.

Porém, os efeitos desse último acontecimento não foram imediatamente sentidos pois apenas nas décadas seguintes pode-se observar suas refrações. Inversamente, o conjunto dessas transformações produziu um aumento de solvência da força de trabalho, mesmo em países de desenvolvimento tardio.

Em todos os países avançados, com exceção dos EUA, os reservatórios de mão-de-obra preenchidos durante a depressão pré-guerra e a desmobilização do pós-guerra se esvaziaram, novos contingentes de mão-de-obra foram atraídos da zona rural e da imigração estrangeira, e mulheres casadas, até então mantidas fora do mercado de trabalho, entraram nele em número crescente (HOBBSAWN, 1995, p. 262).

Diante dessa realidade, um conjunto de medidas que assegurassem o consumo foi instalado: seguro desemprego, efetivação de políticas públicas – expressões do chamado Estado de Bem-Estar Social. Em pouco tempo, as grandes potências mundiais se formaram - EUA, Europa, Japão.

Todavia, como nos apresenta Lessa,

O gargalo continuava sendo o fato de a produção aumentar mais aceleradamente que o consumo, situação agravada pela saturação do mercado de vários produtos chaves, como o de automóveis. Era, pois, necessário encontrar uma nova fonte de financiamento para o sistema. Essa válvula de escape foram às transnacionais (2007, p. 283)

Consequentemente, a partir da década de 1950 ramificam-se as transnacionais norte-americanas, européias e nipônicas por todos os recantos do globo, sobretudo nos países com ampliada força de trabalho e matérias-primas em abundância, engessados em processos devastadores de implementação do desenvolvimento capitalista que, deliberadamente, se efetivou em vias ditatoriais.

Contudo, embora este sistema, por aproximadamente três décadas, tenha conseguido expandir-se de forma generalizada e provocar ondas longas e expansivas de crescimento do capital, no período de 1960/1970, esse modelo apresenta dificuldades de movimentar a acumulação capitalista.

Como consequência desse impasse, nos países monopolistas emergia, de forma crescente, um elevado número de desemprego, concomitante à queda do poder de compra dos trabalhadores e a elevados picos inflacionários. Diante dos ritmos exigidos no modelo taylorista-fordista de exploração do trabalho, gradativamente a classe operária acirra conflitos de classe, em especial, nas indústrias automobilísticas, a exemplo da: Renault, Fiat e Volkswagen (BRAGA, 1996).

Além desses acontecimentos, na década de 1970, crises do petróleo são anunciadas. A partir de 1973, a limitação da distribuição do petróleo árabe gerou a elevação de preço do barril, afetando, por conseguinte, as relações econômicas com os países de forte poder monopolizador.

Assim, a partir da década de 1960, eclodiam em todos os poros da vida social movimentos contestatórios que refletiam as contradições próprias do estágio imperialista. Abalos econômico-sociais e políticos são percebidos neste período e se alastram até os dias atuais, configurando-se como uma crise estrutural do capital.

Se houve um momento, nos anos de ouro posteriores a 1945, que correspondeu ao levante mundial simultâneo com que os revolucionários sonhavam após 1917, foi sem dúvida 1968, quando os estudantes se rebelaram desde os EUA e o México, no Ocidente, até a Polônia, Tchecoslováquia e Iugoslávia, socialistas, em grande parte estimulados pela extraordinária irrupção de maio de 1968 em Paris, epicentro de um levante estudantil continental (HOBBSAWM, 1995, p. 292- 293).

Segundo Ruy Braga, os elementos que caracterizam a crise estrutural do capital nas últimas décadas encontram-se fincados nas contradições gestadas no enfrentamento dos países imperialistas contra o coletivismo de Estado, que ganhou fôlego no pós-guerra e protagonizou o período identificado como Guerra Fria,

São contradições internas à própria lógica da expansão das bases sociais e materiais do mecanismo de acumulação de tipo intensivo com especificidades nos diferentes países imperialistas; contradições entre esses países; e contradições envolvendo a estrutura de domínio do imperialismo ocidental e o elenco dos países do chamado Terceiro Mundo, sobretudo, os países produtores de petróleo, países produtores de matérias-primas, países em curso de industrialização e países de interesse estratégico (BRAGA, 1996, p.173).

Nesse contexto, registra-se a dificuldade de acumulação capitalista nos moldes fordista, diante da incapacidade de assegurar as suas bases fundantes de produção e valorização do capital. Na verdade, a produção fordista não possuía, bem como, no desenvolvimento do capitalismo nunca possuiu, condições objetivas para sustentar o trabalho assalariado, como a única forma de inserção social e acesso à renda e, ainda, de proporcionar a estabilidade social. Ora, a impossibilidade de sustentação do provimento das necessidades sociais com base no modelo fordista-keynesiano (HARVEY, 2005), traduz a própria essência do capitalismo, na qual o *movimento do capital é insaciável* (Marx, 1984). Neste movimento é inconcebível o atendimento às necessidades sociais, assim como, estabelecer controles e/ou restrições ao processo de valorização do capital.

A inspiração do fordismo e o ideário keynesiano gradativamente perdem o caráter, de modo particular, de dominação capitalista pautada no controle do poder do trabalho, como força motriz do desenvolvimento capitalista, esgotando o atendimento das demandas da classe trabalhadora (HOLLOWAY; PELÁEZ, 1998).

Esse modo particular de dominação, visto em meados do século XX, cumpriu a tarefa histórica de adesão dos trabalhadores à nova lógica¹² do capital e o seu amoldamento às amarras impostas, mesmo diante de muitas lutas travadas pelo movimento operário.

O percurso inscrito pelo último quartel do século XIX e a concretude do período que vigorou o taylorismo/fordismo projetou, no terreno sócio-histórico, a resistência e

¹² De acordo com Alain Bihr, uma série de fatores contribuiu diretamente para este processo: a terrível experiência da “grande depressão” dos anos trinta, as lutas resolutas do proletariado para impor reformas da relação salarial tão essenciais quanto a instituição de um salário mínimo, a conclusão de acordos coletivos, a introdução dos primeiros elementos de salário indireto (seguros saúde e velhice); a vitória de forças políticas (o bloco rooseveltiano nos Estados Unidos, a social-democracia na Europa sententrional, a Frente Popular na França) sustentadas eleitoralmente pelo proletariado e capazes de impor reformas de estrutura como essas; o contexto de ampliação e de aprofundamento da democracia política ligada à luta vitoriosa contra o fascismo; enfim, os imperativos econômicos e sociais da reconstrução do período pós-guerra, acompanhada de uma nova onda de lutas operárias (1998, p.42).

a luta da classe trabalhadora, diante do aprofundamento das contradições da fase monopolista do capital.

Os caminhos trilhados pelo movimento operário transitaram por diversas estratégias, desde as experiências anarco-sindicalistas ou do tipo leninista até as estratégias reformistas de inspiração social-democrata.

O movimento operário, no período que encobre o taylorismo/fordismo, assumiu hegemonicamente a face das estratégias social-democratas. Este modelo de organização propõe ações que venham dirimir os gargalos do sistema capitalista, por meio deste e não com base em sua superação. De acordo com Bihr, as estratégias social-democratas que assumem o movimento operário têm como particularidade:

Economicismo (com seus corolários: o produtivismo e o cientificismo), estatismo (com sua sombra quase inevitável projetada, que é o nacionalismo), e finalmente progressismo (sendo o progresso geralmente assimilado, de um lado, ao crescimento das forças produtivas, de outro, à influência do Estado sobre a economia e a sociedade) (1998, p. 25).

No final da década de 1960 e limiar de 1970, exauria-se a confiabilidade, o ambiente monetário internacional estável e, por fim, a existência de estados dotados de condições objetivas para assegurar o denominado pacto fordista-keynesiano.

Diante de tais elementos, novas formas de produção e consumo se fazem necessárias para a reoxigenação do capital, impondo-lhe um novo regime de produção e valorização.

Segundo Braga,

A reação do capital assume um aspecto essencialmente restauracionista. A principal tarefa das classes dominantes passa a ser a de erigir contratendências para retardar as conseqüências da tendência à queda da taxa de lucros. Nesse processo, deve-se intensificar os métodos de trabalho, modificar as formas de vida operária, multiplicar o desenvolvimento das forças produtivas e, principalmente, engendrar as bases políticas e sociais de uma iniciativa que permita às classes dominantes apresentarem seus

interesses particulares como universais, isto é, válidos para todas as classes (1996, p. 175)

Evidencia-se, dessa forma, um complexo processo de tensionamentos das contradições próprias da sociabilidade capitalista na década de 1960/1970, modificando as relações de produção no intuito de restabelecer a acumulação capitalista.

Com a crise do modelo fordista e do esfacelamento dos Estados de Bem Estar Social da política Keynesiana, o capital encontra novas formas de assentar seu processo de acumulação. Na medida em que o modelo de acumulação, centrado no taylorismo/fordismo e na lógica keynesiana, vai sendo amplamente substituído pelo padrão toyotista, o capital provoca transformações societárias que encetam reconfigurações na estrutura da acumulação.

As respostas encontradas pelo capital para restabelecer os ciclos de valorização ancoram-se na mundialização do capital, na reestruturação produtiva e no paradigma neoliberal¹³. Utilizando o termo de Braga (1996), o que se vê com essas modificações é a restauração do capital. Em resposta à crise e aos tensionamentos da luta de classes, são implementadas mudanças estruturais dos padrões de produção, e esta, complexamente imbricada com as formas tayloristas, assume os métodos da acumulação flexível, sob a marca da informalidade do trabalho.

Essas respostas, longe de romperem com a forma de acumulação anteriormente proposta pelo capital, reafirmam, com outra face, o traço historicamente marcante que o trabalho abstrato adquire no capitalismo contemporâneo, aprofundando a subsunção real do trabalho ao capital.

No que diz respeito à organização do trabalho, as mudanças registradas vão ser redirecionadas para as estratégias e experiências advindas do Japão. Devido às dificuldades sócio-espaciais das estratégias fordistas no Japão, as indústrias automobilistas, objetivando a competitividade, adaptaram um modelo próprio de organização entre as décadas de 1950 a 1970, com a produção do tempo justo criado nas fábricas da Toyota.

¹³ Trataremos especificamente dos elementos aqui apresentados no próximo capítulo, como a mundialização do capital, o paradigma neoliberal e a reestruturação produtiva irão conformar um complexo processo de organização do trabalho.

Essa estratégia nipônica tem como princípios: produção demandada pelo consumo; combate a todo e qualquer desperdício; produção diversificada para uma demanda diversa; flexibilização do aparato produtivo e do trabalhador; trabalhador polivalente; subcontratação e terceirização; introdução do Just-in-time e kanban. Esta última, que foi amplamente difundida, ficou conhecida por Toyotismo.

De acordo com Gounet, podemos definir o Toyotismo como *“Um sistema de organização da produção baseado em uma resposta imediata as variações da demanda e que exige, portanto, uma organização flexível do trabalho (inclusive dos trabalhadores) e integrada”* (1999, p. 29).

Paralelamente, têm-se as experiências advindas da Terceira Itália, bem como outras da Suécia, do Vale do Silício nos Estados Unidos, de regiões da Alemanha, entre tantas que se apresentaram com as designações: kalmarianismo, neofordismo, neotaylorismo e pós-fordismo para expressarem as modificações ocorridas nos locais de trabalho (ANTUNES, 2007).

O cenário histórico que possibilitou tais modificações é marcado nas décadas de 1970/1980 pela égide do capital financeiro transnacionalizado, caracterizado por Chesnais (1996) de mundialização do capital e pela adoção do neoliberalismo. É nesse rol de transformações que se evidencia a reestruturação produtiva.

Destrói-se, no campo da organização do trabalho, a perspectiva única do taylorismo/fordismo, e introduz-se a flexibilização como eixo axial propulsor da nova acumulação do capital. No plano social, gradativamente, cai por terra a perspectiva de um Estado protetor de garantias de um elenco de direitos sociais; enquanto que, no plano ideológico, com a derrota dos países do Leste europeu e o fim da União Soviética, atesta-se as dificuldades de construção de alternativas que confrontem com a sociabilidade capitalista.

A implementação desse receituário restauracionista do domínio do capital, através da reestruturação produtiva, mundialização do capital e neoliberalismo, impôs aos trabalhadores uma amarga dose de destituição do pleno emprego, o fim dos aumentos de salários, a desproteção social e a fragmentação dos anseios de construção de outra sociabilidade.

É com base nesses elementos – no tocante à crise do regime de dominação do capital, na década de 1970, e às respostas restauracionistas – que se fundamenta a defesa de que as novas conformações implementadas pelo capital vaticinam a negação da centralidade do trabalho.

O trabalho, nos marcos das relações sociais contemporâneas, em especial, na transição do século XX aos dias atuais, teria perdido a sua dimensão ontológica para o mundo dos homens. Nessa direção, torna-se importante apresentar mesmo que pontualmente, em suas linhas mais gerais, alguns argumentos e posicionamentos que negam o trabalho e evocam novos construtos teóricos para explicar o real.

1.3. A CENTRALIDADE DO TRABALHO POSTA À PROVA: ELEMENTOS CONSTITUTIVOS

As modificações engendradas na organização do trabalho; a derrocada das experiências socialistas; as crises do movimento operário e sindical e o distanciamento da tradição marxista para explicar a dinâmica dos novos fenômenos, são alguns dos argumentos mais evocados para caracterizar a evicção, no plano teórico-analítico, de análises que advogam pelo esfacelamento, destituição e negação do trabalho enquanto elemento central na vida dos homens.

Se, por um lado, os fatores e análises defendidas pelos teóricos do fim da centralidade do trabalho colocam em evidencia as conseqüências advindas pelas transformações societárias ocorridas no último quartel do século XX. Por outro, suas análises ultrapassam a dimensão do real ao afirmarem o fim do trabalho enquanto elemento central para a vida social.

Nesse sentido, muito se vem produzindo, contrapondo-se ao legado marxista da centralidade do trabalho. Dentre essas produções, um grupo de teóricos, representado, sobretudo, por Robert Kurz, apresenta análises que apontam para uma crise na dimensão do trabalho abstrato.

Todavia, para a grande maioria dos teóricos, a crise encontra-se na dimensão concreta, útil do trabalho (André Gorz (1982), Claus Offe (1984) Jürgen Habermas (1987), entre outros).

Respeitadas as particularidades do pensamento de cada um desses autores, é comum a todos contestar a perspectiva marxiana, partindo da premissa de que a vida social seria muito mais do que as implicações postas pela esfera do trabalho, e

este, tal como pensado por Karl Marx, não daria conta de explicar a base material dos fenômenos sociais.

As refrações da crise estrutural do capital conformariam uma nova conjuntura que traz consigo novas relações sociais, nas quais a centralidade do trabalho não constitui a base fundante da vida social.

Com a perda da centralidade do trabalho, consequências políticas são pontuadas com muito fôlego por esses teóricos. A ausência de referencialidade à teoria do valor-trabalho implica diretamente na defesa da sociabilidade capitalista enquanto modelo universal e intransponível, com exceção de Andre Gorz.

Com isso, destitui-se a classe operária enquanto sujeito histórico, e, por fim, determina-se o anacronismo das teorias marxistas, diante da redução do número de operários, do crescimento exponencial dos serviços e da impossibilidade de materialidade da mensuração do valor, com base no tempo socialmente necessário para a produção nas atuais formas de organização do trabalho.

Dentro desse contexto, concordamos com Teixeira e Frederico ao afirmarem:

A crítica dos teóricos do fim da sociedade do trabalho é importante, porque ela suscita a necessidade de reler Marx à luz das novas exigências históricas do presente. Com mais razão ainda, se se considerar que elas apresentam evidências históricas, que mostram que o capitalismo não é mais o mesmo das páginas de O capital. Só isso é suficiente para dar-lhes ouvidos (2008, p. 50).

Isso significa que os argumentos e análises, hoje apresentadas por teóricos que se coadunam na defesa do fim da sociedade do trabalho, são expressões das mudanças ocorridas no sistema capitalista do século XIX até os dias atuais.

As colocações ofertadas por esses teóricos impõem a necessidade de se repensar as categorias marxianas à luz da processualidade histórica, já que, para o próprio Marx as bases econômicas da vida social são históricas e transitórias, e ainda demonstram o desafio de apreender os contornos e mutações que o real apresenta na quadra histórica presente.

Não obstante, entendemos que este transcurso histórico, diante do caráter contraditório e dialético que move a totalidade social, apresenta uma configuração

diferenciada das análises presentes nas páginas de *O Capital*, sobretudo no plano da reprodução social.

No entanto, a essência apresentada em *O Capital*, na qual o mundo dos homens é assentado nas bases da socialização da exploração do trabalho assalariado e na apropriação privada da riqueza socialmente produzida continua válida para os dias atuais.

O elemento movente do sistema capitalista continua sendo a extração e expropriação da mais-valia, que só acontecem através da exploração da força de trabalho que, atualmente, absorve formas atualizadas e antigas de subsunção do trabalho ao capital.

Nesse sentido, buscaremos apresentar as principais idéias das formulações dos teóricos acerca do fim da centralidade do trabalho, traçando um paralelo com as exigências teóricas presentes, no que diz respeito às categorias marxianas.

Nesse percurso, enfatizaremos prioritariamente as elaborações seminais de André Gorz (1982) e Claus Offe (1995), pela importância e repercussão de suas obras, assim como pelas limitações que permeiam esse trabalho e os objetivos propostos.

A escolha que privilegia os dois autores insere-se na lógica proposta por Lessa (2007), ao apontar dois momentos históricos das formulações que pregam o adeus ao proletariado. Um primeiro momento que se estrutura nas transformações nos processos de trabalho e no consumo dos países imperialistas, nos anos 1950/1960, do qual André Gorz é uma das expressões teóricas.

Parafraseando Lessa (2007), o “segundo adeus ao proletariado” tem como contexto histórico a crise da década de 1970, os rebatimentos da reestruturação produtiva, o esfacelamento dos estados de bem-estar social e a queda do bloco soviético. Representativo dessa fase, o autor Claus Offe (1995) destaca-se pela recusa à centralidade do trabalho, o que se torna objeto desta análise, como veremos a seguir.

1.3.1. AS FORMULAÇÕES SEMINAIS DE ANDRÉ GORZ

No plano do pensamento social contemporâneo, André Gorz sinaliza, pelo menos desde a década de 1950, a referência do fim da centralidade do trabalho e,

conseqüentemente do proletariado, sobretudo após o lançamento de sua famosa obra: *Adeus ao proletariado* (1980).

Decerto que, anteriormente à sua significativa obra, as idéias gorzianas já expressavam uma tendência de cancelamento do trabalho e de questionamento sobre o caráter imputado ao proletariado de sujeito histórico da revolução, pelo marxismo¹⁴.

Na década de 1950, fortemente influenciado pelo existencialismo sartreano e pelo marxismo, Gorz publica a obra *Historia y Enajenación* (1959), na qual busca encontrar respostas, em Marx, sobre o papel histórico que este atribui ao proletariado. As conclusões do referido autor caminham no sentido de defender que o proletariado não teria um elemento que o diferenciase das outras classes. Nessa obra, Gorz inicia o caminho teórico que o levará, mais tarde, a vaticinar o adeus ao proletariado.

Em 1964, divulga *Estratégia Operária e Neocapitalismo*, onde destaca que o caráter impulsionador da revolução proletária seria a condição de sobrevivência dessa classe colocada em xeque. Contudo, diante das políticas de Welfare State e de proteção social na Europa, a possibilidade de uma revolução operária estaria fadada ao fracasso. As conclusões imediatas pautam-se na anulação da luta pelo socialismo e na sacralização do sistema capitalista.

Na década de 1970, as obras desse autor sofreram um recorte sobre a dimensão ecológica, quando é lançado um livro intitulado: *Ecology as Politics* (1975), alterado e editado em 1977 com o título: *Ecologia e Libertad*. Nesta obra, Gorz analisa o crescimento industrial que estaria provocando uma crise de superacumulação. Com a ampliação das inovações tecnológicas e diminuição do trabalho vivo, implicações efetivas na condição dos trabalhadores são evidenciadas, com a queda do nível de salário e a desqualificação do trabalho. A solução estaria na diminuição do crescimento econômico e de consumo.

Sumariamente, da década de 1950 a 1980, as análises de André Gorz apontam para um nítido contorno de afastamento à tradição marxista, como referência para explicar o real, e que se afirmou em *Adeus ao proletariado*.

¹⁴ A referência as questões apresentadas acerca dos antecedentes das obras de Gorz são tributadas a tese de doutoramento de Sergio Alfredo Massen Prieb com o tema: *A Redução do trabalho vivo e a tese do fim da centralidade do trabalho em Schaff e Gorz: uma crítica marxista* pela UNICAMP em 2002.

Suas reflexões são contundentemente complexas ao pautar-se nas transformações ocorridas no plano europeu; referência utilizada para o entendimento do trabalho em sua totalidade, incorrendo em equívocos que marcam efetivamente o conjunto de suas obras.

A título de exemplificação, lembramos a sua análise sobre a impossibilidade de revolução proletária, devido as políticas do *welfare state*. Esta, nem de longe, apreende as condições objetivas e subjetivas do fim da luta de classes, pois enquanto o “compromisso fordista” foi implementado em países desenvolvidos, majoritariamente no território europeu, uma profunda destituição de direitos e exploração da força de trabalho era evidenciada na periferia do sistema capitalista, em especial, na América Latina.

Nos marcos da década de 1980, período assinalado por um profundo movimento teórico de reafirmação das bases restauracionistas do capital, estruturadora de uma cultura da crise, Gorz publica *Adeus ao proletariado* (1980), a obra de maior referência e polêmica do autor.

Em *Adeus ao proletariado*, Gorz expõe claramente uma crítica a Marx e tenta desconstruir a categoria que tem centralidade na tradição marxista, o trabalho. De acordo com esse autor, é caduca a centralidade do conflito entre capital e trabalho. “Outros tipos de antagonismo vieram sobrepor-se à contradição entre trabalho humano e capital, que assim se relativizou”¹⁵.

Segundo Gorz, não podemos, hoje, considerar a vida social na égide do trabalho, visto que este não possui a mesma conformação estabelecida pelas reflexões de Marx no século XIX, devido as reconfigurações no processo de trabalho advindas das crises vivenciadas pelo capital.

As formulações ora apresentadas levam Gorz a destacar que as mudanças ocorridas após a crise do capital afetaram o trabalho, assim como o trabalhador. Dessa forma, o antigo operariado qualificado, oprimido por longas jornadas de trabalho, privado de condições adequadas de trabalho e de vida e com péssimos salários é substituído pelo trabalhador especializado.

Emerge o trabalhador especializado, que domina parcela do processo de trabalho, detentor de um conjunto de conhecimentos que o gabaritam a

¹⁵ GORZ, André. A nova agenda. In: Depois da queda: o futuro do comunismo e o futuro do socialismo. Rio de Janeiro. Paz e Terra, 1992, p.238.

desempenhar funções cada vez mais complexas, tornando opaco o processo de produção.

Gorz acrescenta que a perda de materialidade do trabalho é vista através do assalariado que exerce tarefas administrativas, especialmente no âmbito dos serviços (bancos, lojas, transporte, correios, assistência e educação).

Em seguida, ele tematiza acerca do fim do proletariado, ou seja, defende que o proletariado, na atualidade, não possui mais o caráter de sujeito histórico proposto por Marx,¹⁶ enquanto classe revolucionária, e que realizaria a destituição da sociabilidade capitalista e a construção do socialismo/comunismo.

As reconfigurações na gestão do trabalho, segundo André Gorz, produziram transformações contundentes, sendo necessário repensar antigas categorias de análise, sobretudo o papel do proletariado. Sendo assim, faz-se necessário ultrapassar a visão do antagonismo:

[...] É preciso atuar também em outros níveis e em outras frentes, talvez de importância igual e, por vezes, até maior. Sendo assim, a análise tradicional de classes já não pode solucionar a questão relativa ao sujeito que decidirá o conflito básico e levará a transformação socialista (GORZ, apud TEIXEIRA, 2008, p.51).

Para Gorz, a classe trabalhadora diferencia-se do trabalhador descrito por Marx no século XIX. Lessa, analisando o pensamento de Gorz sobre o papel histórico do proletariado, destaca,

Como o proletariado é o resultado histórico do desenvolvimento das forças produtivas burguesas, seu ser e sua realização de classe estariam vinculados organicamente ao modo de produção capitalista. Isto impediria o movimento operário de ter como objetivo “existencial” (Gorz, 1987:47) a “autonomia”. Enquanto integrante da sociedade burguesa, cada proletário busca individualmente uma saída para sua situação particular, o que “solapa a capacidade que teria o proletariado, se todos os membros se unissem, de enxotar a

¹⁶ Karl Marx, Prefácio da 2ª Edição - O Capital: Crítica da economia política: livro I; São Paulo: Nova Cultural, 1996. p. 137: À medida que tal crítica representa, além disso, uma classe, ela só pode representar a classe cuja missão histórica é a derrubada do modo de produção capitalista e a abolição final das classes — o proletariado.

burguesia do poder e de pôr fim à sociedade de classes (Gorz, 1987:47) (2007, p.49).

Nessa direção, Lessa afirma que, diferentemente de outros teóricos que vaticinaram a impossibilidade de revolução, Gorz aponta que esta é possível e o sujeito histórico de sua concretude constitui-se na “não classe” dos “não trabalhadores”.

A não-classe-de-não-trabalhadores seriam aqueles indivíduos expulsos do mercado formal de assalariamento; os empregos como atividade provisória, acidental e contingente; os desempregados e os trabalhadores em tempo parcial e temporário. Assim sendo, esses não estão inseridos no processo de produção, mas em formas diversas de trabalho, ocasionadas pela revolução microeletrônica (GORZ, 1987).

E as conclusões do autor apontam para o fato de que a emersão desses sujeitos históricos está intimamente ligada à crise e a dissolução do capitalismo através de técnicas produtivas novas e das relações sociais de produção do sistema capitalista.

Do ponto de vista de Gorz, o processo revolucionário ocorrerá por meio de uma rede de relações de tipo novo no interior do capitalismo, conquistando, ao lado e sobre o agenciamento dos aparelhos, espaços crescentes de autonomia.

Contrariamente, Lessa aponta os limites teóricos e práticos da tese apontada por Gorz:

Como isto seria possível se, como diz Gorz, o desenvolvimento das forças produtivas capitalistas não faz mais do que desenvolver o próprio capitalismo? De onde poderia surgir este espaço a ser conquistado se, segundo o próprio autor, do desenvolvimento capitalista teria surgido apenas e tão somente mais e mais capitalismo? Segundo as teses do próprio Gorz, não haveria qualquer espaço de autonomia na base material da sociedade capitalista a ser conquistado. Restaria, apenas, a esfera da subjetividade, e é exatamente neste sentido que evolui sua proposta (2007, p. 51).

Dentre as te//ses defendidas por Andre Gorz, acresce-se a lógica de que a sociedade alicerça-se em uma dualidade, caracterizada por duas racionalidades:

Tentei ilustrar, em outro lugar, o que poderia ser essa organização dualista do espaço social numa esfera da heteronomia subordinada aos objetivos da esfera da autonomia. A primeira garante a produção programada, planificada, de tudo o que é necessário à vida dos indivíduos e ao funcionamento da sociedade, o mais eficazmente possível e, por conseguinte, com o menor consumo de esforços e de recursos. Na segunda, os indivíduos produzem de forma autônoma, fora do mercado, sozinhos ou livremente associados, mas de acordo com os desejos, os gostos e a fantasia de cada um (GORZ, 1982, p.117).

Ao analisar a redução do tempo de trabalho no capitalismo contemporâneo, Gorz destaca que o espaço social centra-se numa dimensão dual alicerçada na heteronomia, devido a racionalidade econômica, e ainda na autonomia, produto do tempo livre, fora do âmbito do trabalho, proporcionando ao homem a liberdade do trabalho.

As análises que Gorz desenvolve postulam uma possível flexibilidade nas relações de produção e sociais, a tal ponto que o trabalhador teria condições reais de exercer a autonomia e a liberdade. Porém, negligencia as necessidades e condições da classe trabalhadora na sociabilidade capitalista, insignificantes diante do processo de valorização do capital. Sendo assim, a autonomia e a liberdade no sistema capitalista, por parte dos trabalhadores, são inalcançáveis e indiscutivelmente opostas às bases constitutivas do sistema capitalista.

As condições objetivas encontradas, hoje, no processo de trabalho demonstram a insustentabilidade dessa concepção apresentada por Gorz, como mais pormenorizadamente iremos tratar no desenvolvimento desta pesquisa, uma vez que: o trabalhador não usufrui tempo livre, nem exerce a liberdade e autonomia em uma segunda esfera de racionalidade.

Ao contrário, ele é submetido cotidianamente à expropriação de sua força de trabalho, condicionado por trabalhos flexíveis, que ora aumentam as jornadas de trabalho, ora as reduzem, baixando também os salários, o que os torna insuficientes para a mera obtenção das condições mínimas de sobrevivência. Para o trabalhador, o tempo livre, a liberdade e a autonomia são demonstrações claras da busca

devastadora por outras atividades, também precarizadas e complementares à reprodução da sua força de trabalho.

Nesse sentido, percebe-se, na análise de Gorz, que trabalho e emprego são sinônimos. Diante da diminuição drástica dos empregos formais, decreta-se o fim do trabalho, portanto justifica-se o adeus ao proletariado. A acumulação flexível possibilitou modificações no processo de trabalho, introduzindo e reatualizando novas formas de atividades, bem como reduzindo empregos formais e fomentando a proliferação dos trabalhos informais e precarizados. Esses fenômenos, no entanto, não permitem afirmar o fim do trabalho, dado que a mudança na forma não alterou o conteúdo nem a relação capitalista.

1.3.2. CLAUS OFFE: O FIM DA CENTRALIDADE DO TRABALHO

No que diz respeito a Claus Offe, suas análises estruturam-se nas transformações ocorridas nas últimas décadas do século XX, no declínio das ocupações do setor secundário, no desemprego estrutural, no avanço da racionalidade técnica e na diminuição do emprego assalariado. Para Offe, os aspectos aqui abordados permitem afirmar a crise na perspectiva da centralidade do trabalho e, desta forma, algumas questões norteadoras são necessárias para perceber essas transformações:

Existem indicações de uma diminuição no poder determinante objetivo do trabalho, da produção e da compra em relação às condições sociais e ao desenvolvimento social como um todo? A sociedade está objetivamente menos configurada pelo fato do trabalho? A esfera da produção e do trabalho está perdendo sua capacidade de determinar a estrutura e o desenvolvimento da sociedade mais ampla? É possível dizer, apesar do fato de uma parte esmagadora da população depender do salário, que o trabalho se tornou menos importante tanto para os indivíduos quanto para coletividade? Podemos então, falar de uma “implosão” da Categoria trabalho? (1995, p. 174-175).

A esses questionamentos é o próprio Claus Offe que responde. Segundo ele, a realidade atual não confirma a centralidade do trabalho, devido o caráter heterogêneo que o absorve a partir das transformações implementadas após a crise do taylorismo/fordismo.

Esses sintomas de grande e crescente heterogeneidade tomam duvidosa a persistência de qualquer relevância sensível do trabalho remunerado dependente, enquanto tal, na percepção dos interesses sociais, na autoconsciência, no comportamento organizacional e político dos trabalhadores. Não seria mais apropriado concluir que o trabalho teria se tornado “abstrato”, no sentido de considerá-lo tão-só como categoria de estatística social descritiva, e não mais como categoria analítica para a explicação de estruturas, conflitos e ações sociais? (OFFE, 1989, p.20).

As análises de Offe remetem a uma crise da sociedade do trabalho na década de 1970, sobretudo por causa da crise do mercado de trabalho, muito justificado pela redução do trabalho remunerado formal. Este fator resultaria na perda de sua qualidade subjetiva de centro organizador das atividades humanas (OFFE, 1989).

Suas reflexões apontam para uma simbiose entre trabalho e emprego, o que torna clara e límpida a confusão teórica por ele proposta. Não há em sua obra uma distinção entre essas duas dimensões. O emprego, forma histórica do trabalho abstrato assumida nos marcos do sistema capitalista, é dado por Offe como trabalho, em sua dimensão ontológica. Daí a conclusão que a redução dos níveis de emprego justificaria a imediata análise do fim da centralidade do trabalho, enquanto centro organizador das atividades humanas.

Assim como Gorz, discutindo as transformações na gestão do trabalho, Claus Offe conclui que a centralidade do trabalho não se constitui na categoria analítica adequada para analisar as mudanças advindas do sistema capitalista, sobretudo o crescimento exponencial do setor de serviços, em detrimento da produção.

Neste sentido, Offe, no seu artigo – *Trabalho: a categoria sociológica chave?* – destaca que a racionalidade moderna centrou suas análises nas categorias trabalho e sociedade burguesa, em especial, Marx, Durkheim e Weber. A seu ver, isso se deve ao fato de os referidos teóricos terem vivenciado a emersão e o

desenvolvimento do capitalismo em sua fase concorrencial, de modo particular, o processo de industrialização.

Para Offe, embora de forma distinta, esses teóricos dedicaram as suas análises às transformações sociais daquela época. Tais análises se contrapõem para refletir sobre esse processo, mas são eles que corporificam a dimensão intelectual da racionalidade moderna, centrados na categoria trabalho (OFFE, 1995).

Porém, diante das reconfigurações societárias que se iniciam no final do século XX, orquestradas pela reestruturação produtiva e por seus nexos estruturantes (flexibilização, terceirização, precarização do trabalho, entre outros), as análises referenciadas em Marx não se sustentariam diante de tais modificações no processo de trabalho, provocando aquilo que Offe destaca como crise da sociedade do trabalho.

Para Offe, a homogeneização na esfera da vida social, calcada no expressivo processo de produção no setor industrial, vista por Marx no século XIX, é atualmente inconsistente. Essa constatação funda-se na perspectiva de que atualmente há uma heterogeneidade do trabalho assalariado, em especial motivada, de modo especial, pelo crescimento exponencial do setor de serviços e pela redução do trabalho no setor industrial.

Sendo assim, diante dessa heterogeneidade e expansão relativa do trabalho assalariado dependente, tem-se, concomitantemente, a sua diferenciação interna, destoante da concepção clássica da divisão do trabalho. Considera-se, agora, a *“segmentação do mercado de trabalho, a polarização das qualificações dos trabalhadores, assim como a transformação econômica, organizacional e técnica das condições de trabalho”* (OFFE, 1995, p.176).

Estas diferenciações internas provocaram mudanças significativas no processo de constituição das identidades e associações coletivas dos trabalhadores associados.

Assim enfatiza Offe:

A diferenciação interna contínua da coletividade dos trabalhadores assalariados, assim como a erosão dos alicerces culturais e políticos de uma identidade coletiva centrada no trabalho, ampliaram esses dilemas das formas de trabalho assalariado contemporâneas a ponto de o fato social do trabalho assalariado ou da dependência com relação ao salário não serem mais o foco de intenção coletiva e de

divisão social e política. No que diz respeito aos conteúdos objetivo e subjetivo da experiência, muitas atividades assalariadas nada mais têm em comum a não ser o nome trabalho (1995, p. 177).

Destaca-se, a partir dessas reflexões, que a organização do trabalho pauta-se em um crescimento exponencial do setor serviços, o que leva a concluir que neste setor não há a possibilidade de aplicação da lei do valor proposta por Marx. Assim, o setor serviços é incompatível com a mensuração do trabalho alicerçado no tempo socialmente necessário para o processo de produção, da forma como é estabelecido no setor industrial.

Dessa forma, seria impossível, hoje, pensar a lei do valor em Marx para comensurar o tempo de trabalho social necessário para a produção, bem como ter um produto do trabalho – a mercadoria, já que se evidencia um expressivo avanço do setor serviços, multifacetado e pautado em uma diversidade de ramificações.

Contrariamente, Marx demonstra que no modo de produção especificamente capitalista o processo de expropriação do sobreproduto social, ou seja, do trabalho não pago, assim denominado de mais-valia, ocorre efetivamente no setor da produção, o que não exclui a exploração no setor serviços.

Diversas passagens na obra de Marx, sobretudo em *O Capital*, deixam claro que a obtenção de mais-valia também se processa no setor serviços. Marx, de forma contundente, analisa as configurações do trabalho produtivo e do trabalho improdutivo, e destaca a esse respeito:

Trabalho produtivo não é senão expressão sucinta que designa a relação integral e o modo pelo qual se apresentam a força de trabalho e o trabalho no processo capitalista de produção. Por conseguinte, se falamos de trabalho produtivo, falamos, pois, de trabalho socialmente determinado, de trabalho que implica relação nitidamente determinada entre o comprador e o vendedor de trabalho. O trabalho produtivo troca-se diretamente por dinheiro enquanto capital, isto é, por dinheiro que em si é capital, que está destinado a funcionar como capital, e que como capital se contrapõe à força de trabalho (2004, p. 163).

Diante dessa constatação, podemos afirmar que, para Marx, trabalho produtivo é trabalho gerador de mais- valia – *apenas é produtivo o trabalhador que produz*

*mais-valia para o capitalista ou serve à autovalorização do capital*¹⁷. No tocante ao processo de trabalho é consumo produtivo da capacidade de trabalho pelo capital.

Nessa relação contraditória, o trabalho produtivo conforme se destaca anteriormente na citação, é trabalho assalariado, porém, nem toda atividade assalariada é trabalho produtivo.

Acresce-se a este fato que o trabalho produtivo não se encontra restrito ao processo de produção, mas se insere em outras atividades, a exemplo do setor de serviços. Faz-se necessário apresentar estes conceitos para avançarmos na discussão que é polêmica aberta dentro do pensamento social contemporâneo.

Para Marx:

A produção capitalista não é apenas produção de mercadoria, é essencialmente produção de mais-valia. O trabalhador produz não para si, mas para o capital. Não basta, portanto, que produza em geral. Ele tem de produzir mais-valia. Apenas é produtivo o trabalhador que produz mais-valia para o capitalista ou serve a autovalorização do capital. (...) O conceito de trabalho produtivo, portanto, não encerra de modo algum apenas uma relação entre a atividade e efeito útil, entre trabalhador e produto do trabalho, mas também uma relação de produção especificamente social, formada historicamente, a qual marca o trabalhador como meio direto de valorização do capital. Ser trabalhador produtivo não é, portanto, sorte, mas azar (1984, p. 105-106).

Nessa direção e buscando desenvolver uma análise interpretativa das obras de Marx, Lessa destaca que para este autor o trabalho produtivo pauta-se em algumas condições históricas. A primeira delas diz respeito à relação na qual o “trabalhador” que, antes “controla[va] a si mesmo”, passará a ser “controlado”. A segunda refere-se à manutenção da “oposição como inimigos” do trabalho manual com o trabalho intelectual. E, por fim, a terceira condição histórica é a ampliação do conceito de trabalho produtivo, contendo outras atividades além da transformação da natureza. Mas ao mesmo tempo em que há a ampliação conceitual, tem-se um estreitamento – o trabalho produtivo é aquele que produz mais-valia ou serve à valorização do capital (LESSA, 2007).

Sendo assim, ao tratar da relação do trabalho produtivo e do setor de serviços, Marx nos traz a seguinte contribuição:

¹⁷ MARX, K. **O capital**: crítica da economia política. São Paulo: Abril Cultural, 1985. L.I , v. 2, p. 105.

Quando se compra o trabalho para consumi-lo como valor de uso, como serviço – e não para colocá-lo como fator vivo em lugar do valor do capital variável e incorporá-lo ao processo de capitalista de produção – o trabalho não é trabalho produtivo e o trabalhador assalariado não é trabalhador produtivo. Seu trabalho é consumido por causa de seu valor de uso, não como trabalho que gera valores de troca; consome-se-o improdutivo, não produtivamente. O capitalista, pois, não se defronta com o trabalho como capitalista, como representante do capital; troca seu dinheiro por esse trabalho na condição de renda, não como capital. O consumo desse trabalho não equivale a $D - M - D'$, mas a $M - D - M$ (o último é o trabalho ou o próprio serviço). O dinheiro funciona aqui como meio de circulação, não como capital (2004, p. 159).

Para Marx, quando este trabalhador é utilizado por um capitalista para realizar um trabalho, com o objetivo de gerar sobreproduto social, de gerar trabalho não-pago que é mediado pela relação de assalariamento, tem-se a constituição do trabalho e do trabalhador produtivo.

De acordo com Marx:

Se for permitido escolher um exemplo fora da esfera da produção material, então um mestre-escola é um trabalhador produtivo se ele não apenas trabalha a cabeça das crianças, mas extenua a si mesmo para enriquecer o empresário. O fato de que este último tenha investido seu capital numa fábrica de ensinar, em vez de numa fábrica de salsichas, não altera nada na relação (1984, p.105-106).

Porém cabe uma ressalva nas abordagens até aqui apresentadas, a mais-valia como já observada tanto possui acento na esfera da produção, no que diz respeito a sua criação de valor, assim como no setor de serviços, no tocante a valorização do capital. Mas, a criação do valor está circunscrita exclusivamente ao âmbito da produção.

Ora, no setor de serviço, não temos a criação de valor, em nenhum momento evidencia-se a externalização de um átomo de riqueza social a mais já existente. Na verdade, o que se observa é a apropriação pelo capitalista da exploração por meio do trabalho no âmbito dos serviços, que lhe possibilita apropriar-se de parte da massa global da mais-valia produzida anteriormente na produção material.

Portanto, a categoria tempo de trabalho socialmente necessário não se aplica unicamente à produção material da riqueza, mas também aos serviços. Estes,

dependendo da sua função social, produzem ou valorizam o capital, derrubando a tese defendida por Claus Offe.

Em suma, esses dois autores, tanto Gorz quanto Offe, se posicionam a favor da negação da categoria trabalho, por compreenderem que o sistema capitalista superou suas constantes crises. Para além deste fator, no que diz respeito à Offe tem-se que no atual estágio do capitalismo não se averigua mais uma relação antagônica entre capital e trabalho, sem a existência de conflitos e resistências, ou seja, decreta-se o fim da luta de classes (TEIXEIRA, 2008; IASI, 2006).

Entretanto, essas concepções que legitimam e reproduzem o ideário hegemônico burguês não se constituem enquanto naturais, estáticas e imutáveis assim como pretendem afirmar. Pelo contrário, as concepções abordadas partem de premissas legitimadoras da ordem vigente e reafirmam o atual estágio de expropriação do sobreproduto social, produzido essencialmente pela classe trabalhadora.

Da perspectiva que nos orienta, após dois séculos das análises desenvolvidas por Marx, nos leva a sinalizar que a vida social permanece fundada na expropriação do sobreproduto social produzido pela classe trabalhadora.

As transformações destacadas, anteriormente, no processo produtivo, longe de determinarem o fim do trabalho, expressam a barbárie vivenciada hoje na sociabilidade capitalista, reafirmando o trabalho como único processo capaz de alimentar a acumulação capitalista.

A produção do capital só é possível através do processo de extração da mais-valia e do trabalho vivo. A ampliação dos serviços, o crescimento exponencial do trabalho informal e a redução do trabalho formal não descredenciam as categorias marxianas, ao contrário, expressam e validam a análise desenvolvida, centrada na totalidade da vida social e pensada na perspectiva histórica e dialética.

Esses elementos coadunam-se em um processo complexo e contraditório que, possibilitaram a plena restauração do capital no plano de reestabelecimento dos ciclos de acumulação. Se as afirmativas aqui desenvolvidas estão corretas, tratar os elementos que particularizam a quadra histórica desde as últimas décadas do século XX, reveste-se de uma tarefa árdua, mas necessária.

O passo que se segue é abordar as conexões presentes na organização do trabalho, em uma totalidade social, marcada pela mundialização do capital, pela reestruturação produtiva e pelo neoliberalismo. Analisar as bases histórico-concretas

que permeiam o trabalho na atualidade, suas linhas de ruptura e continuidade com os processos de trabalho que marcam o desenvolvimento capitalista são alvos prioritários para desvendar as configurações que o trabalho assume contemporaneamente.

2. RUPTURA OU CONTINUIDADE: O TRABALHO NO CAPITALISMO CONTEMPORÂNEO

O significado sócio-histórico e, principalmente político, das arguições apresentadas acerca da ênfase no determinismo tecnológico como motor da história e suas implicações teóricas – fim da centralidade do trabalho na vida social contemporânea – indica o sentido da afirmação ideológica de naturalização do domínio do capital.

Tais afirmações, tão difundidas nas últimas décadas, cancelam a referência ao trabalho como elemento central no mundo dos homens. Porém, se tais aspirações teóricas representam as manifestações do real, por que o capital não cancelou sua vinculação orgânica com a produção, ou seja, com as diversas formas de trabalho produtivo?

Esta questão é emblemática e desafia a nossa atenção neste trabalho. Não se constitui em uma fácil tarefa apresentar os nexos estruturantes do movimento real e apreender as determinações sócio-históricas que perfazem as reconfigurações do trabalho no capitalismo contemporâneo, buscando desvendar os elementos constitutivos que afirmam ou desautorizam a referida indagação. Mas uma primeira conclusão já podemos aqui sinalizar: as referências teóricas e os procedimentos metodológicos utilizados pelos teóricos do fim da centralidade do trabalho não dão conta de expressar o real, porque se assim o fosse, o capital já teria, neste atual estágio do seu desenvolvimento, cancelado a produção do mundo dos homens.

Nesse percurso, as respostas não se apresentam na superficialidade e imediatez do cotidiano, mas nas conexões íntimas entre as expressões vivenciadas pelo trabalho e o campo de mediações que possibilitam aproximarmos das leis tendenciais, postas pela totalidade social.

Esse campo de mediações assenta-se nas transformações societárias, vistas, na década de 1970, pela dinâmica contraditória do capital, na busca pela apropriação privada da riqueza socialmente produzida nos marcos de uma sociabilidade onde a monopolização do capital é apresentada como algo imutável e natural.

Refletir sobre essa problemática na atualidade, confronta-nos com o ápice da subsunção do trabalho ao capital, momento histórico marcado pelo poderio e

reificação extrema do capital, que resulta na descartabilidade da vida humana, no simulacro do consumo e na destrutividade da vida social, dentre outros malefícios que já não se restringem à periferia do mundo, como anteriormente, mas que atingem a sua totalidade.

Como a nossa referência fundamental é o trabalho, eterna necessidade do homem, pode-se dizer que a generalização desse cenário devastador pode ser vista a olho nu, face aos rebatimentos sobre a materialidade da vida de quem só dispõe da mercadoria força de trabalho. As transformações societárias implicaram uma mudança estrutural nas formas de extração da mais-valia, devido a uma ampliação massiva da introdução da tecnologia no processo produtivo, em articulação com modalidades de extração de mais-valia absoluta que, em alguns casos, remonta às formas pretéritas do capitalismo.

Em consequência, ocorre uma mudança significativa da produção rígida do taylorismo/fordismo para a acumulação flexível (HARVEY, 2005), de modo que o capital encontra formas e cria estratégias cada vez mais potencializadoras de extração de mais-valia, encobertas por um espírito de inovação e criatividade, mas que, em sua essência, traduzem modelos reatualizados de organizações do trabalho, historicamente desenvolvidos, a exemplo da cooperação simples.

Diferentemente de períodos anteriores da processualidade histórica do capital, a fase contemporânea absorve várias formas de organização do trabalho, sob o comando da flexibilização como elemento indispensável para a concretização dos objetivos do capital em valorização do valor. Essas formas de produção de mercadorias,

(...) expressam, antes de mais nada, a necessidade imanente do capital, isto é: de transformar a produção da riqueza cada vez mais independente do tempo de trabalho empregado em sua produção. É essa necessidade que rege a passagem de uma forma de produção de mercadoria para outra, mais avançada e adequada às exigências da valorização do valor (MELO 2010, p.16 apud TEXEIRA, 2007, p.43).

Diante de tais mudanças, a acumulação capitalista vem extraíndo mais-valia através de formas de trabalho precarizadas, parciais, subcontratadas, temporárias, informais e pautadas em baixos salários, graças ao desemprego estrutural. Acresce-

se, ainda, a produção de riqueza através de produtores independentes de mercadorias, sob o pretensso discurso da liberdade do trabalho.

Nessa relação, potencia-se o que é próprio e inerente à produção capitalista, onera-se o trabalhador em formas ampliadas de extração de mais- valia e defende-se os interesses dos capitalistas com crescimento exponencial da acumulação de capital. Em síntese, consolida-se a liberdade do capital.

A investida do capital sob o trabalho assume uma feição diferenciada nas últimas décadas: dilui gradativamente o trabalho estável, portador de proteção social, e expande o credo econômico e ideológico da informalidade, centrado nas formas parciais ou part-time, terceirizadas e subcontratadas (ANTUNES, 2007). As condições objetivas que possibilitam a materialização desses fenômenos consubstanciam o aumento significativo do exército industrial de reserva.

Nesse contexto, as investidas teóricas que se apresentam para explicar as transformações ocorridas são diversas. Sumariamente podemos aqui expressar que, dentre as interpretações correntes, emergem duas análises para apreender o referido processo: Na primeira, de que são representativos Aglietta (1974), Boyer (1986), Coriat (1991), Lipietz (1982), Gorz (1982), Offe (1995), dentre outros, compreendem que as transformações registradas são caracterizadas pela abrupta ruptura do modelo taylorista/fordista, que dá lugar à produção flexível, que assume outras denominações como pós-fordismo, neofordismo e outras, das quais partem, em grande maioria, as conclusões do fim da centralidade do trabalho¹⁸.

Já a outra vertente, da qual compartilham, Holloway e Peláez (1998), Vakaloulis (2000), Lessa (2007) dentre outros, analisam que atualmente tem-se um processo complexo de acumulação capitalista, no qual continuidade e mudança são as formas que traduzem a organização do trabalho. Tendo como princípio o máximo de acumulação, o capital alterna a exploração da mais-valia absoluta e relativa, através de formas diferenciadas que as articulam.

A compreensão/apreensão desse processo inscreve-se nas determinações sócio-históricas presentes no desenvolvimento capitalista, sobretudo nas últimas décadas, diante da restauração do capital (BRAGA, 1996) face à crise estrutural evidenciada na década de 1970. (A estas, acresce-se a diminuição efetiva do consumo, a queda da taxa de lucro, as mobilizações e lutas sociais ocasionadas

¹⁸ Elementos que tratamos anteriormente ao debruçarmos sobre o determinismo tecnológico e científico.

pelas seqüelas e gargalos dos anos dourados do capital, assim como a ênfase ao capital financeiro como base da acumulação capitalista).

É expressão desse momento histórico a monopolização do capital. O longo século XX (ARRIGUI, 1996), marcado pela hegemonia americana, traz à tona o aprofundamento de uma nova fase do capitalismo, denominada monopolista, com o processo de monopolização do capital e concretização da centralização e concentração do capital.

De acordo com Marx (1984), a lei da acumulação capitalista é alicerçada na busca pela valorização do capital, na *“aplicação de mais-valia como capital ou retransformação de mais-valia em capital”* (Idem, p.163). O intuito do capitalista é ampliar seu capital constantemente. Para tanto, a exploração da força de trabalho é *condition sine qua non* para a acumulação capitalista, ou seja, para a extração da mais-valia. Soma-se, a crescente produtividade do trabalho e a magnitude do capital investido (NETTO e BRAZ, 2006).

Nesse processo de acumulação, o capital tende a concentrar-se e a centralizar-se, o que agudiza as contradições entre capital e trabalho. Ou seja, ao passo que há a monopolização do capital evidencia-se a generalização da exploração da força de trabalho em patamares cada vez maiores, por meio de processos de trabalhos precarizados, flexíveis e desumanos.

Assim, se a acumulação se apresenta, por um lado, como concentração crescente dos meios de produção e do comando sobre o trabalho, por outro lado ela aparece como repulsão recíproca entre muitos capitais individuais. (...) O capital pode crescer aqui numa mão até formar massas grandiosas, porque acolá ele é retirado de muitas mãos individuais (MARX, 1984, p.196-197).

De forma combinada, centralização e concentração do capital, acrescidos da exploração do trabalho, consubstanciam a lei absoluta geral da acumulação capitalista.

Quanto maiores a riqueza social, o capital em funcionamento, o volume e a energia de seu crescimento, portanto também a grandeza absoluta do proletariado e a força produtiva de seu trabalho, tanto maior o exército industrial de reserva. A força de trabalho disponível é desenvolvida pelas mesmas causas que a força expansiva do

capital. A grandeza proporcional do exército industrial de reserva cresce, portanto, com as potências da riqueza. Mas quanto maior esse exército de reserva em relação ao exército ativo de trabalhadores, tanto mais maciça a superpopulação consolidada, cuja miséria está em razão inversa do suplício de seu trabalho. Quanto maior, finalmente, a camada lazarenta da classe trabalhadora e o exército industrial de reserva, tanto maior o pauperismo oficial (MARX, 1984, p.209).

Com o desenvolvimento capitalista, essa conjunção entre concentração e centralização do capital, de forma combinada e indissociável, é marca presente nas últimas décadas do século XIX, atingindo assim a conhecida fase de monopolização do capital.

O aprofundamento deste cenário ocorre a partir do século XX, com um devastador processo de controle de mercados e proliferação do receituário de apropriação privada da riqueza socialmente produzida em bases proporcionalmente ampliadas. Porém, com o usufruto de um seleto grupo de capitalistas, elemento que contribuirá para a crise estrutural do capital. Nessa mesma direção, soma-se a crise do *welfare state* nos principais países capitalistas e a quebra da proteção social e do pleno emprego.

Diante destes elementos tem-se, a partir da década de 1970, a restauração do capital inspirada em um conjunto de iniciativas que visavam o restabelecimento da acumulação capitalista. As respostas apresentadas pelo capital possibilitaram a constituição de transformações societárias, plasmadas em três direções muito nítidas e significativas: a reestruturação produtiva, a mundialização do capital e o paradigma neoliberal.

O conjunto de fatores que particulariza a crise na década de 1970, para além de representar mais uma crise do capital, expressa os seus limites estruturais. É o que trataremos a seguir.

2.1. A OFENSIVA DO CAPITAL: ÁPICE DA SUBSUNÇÃO DO TRABALHO

O ambiente político, econômico, social e cultural, pós-década de 1970, assume a essência e a aparência de uma crise estrutural de sociabilidade, protagonizada pelos limites intransponíveis do capital.

Diante da crise estrutural na década de 1970, o capital encontrou estrategicamente uma forma efetiva de restaurar as bases propulsoras da acumulação. Para tanto, três fatores conjuntamente foram predominantes no sentido de garanti-la: a reestruturação produtiva, a mundialização do capital e o paradigma neoliberal.

O primeiro elemento diz respeito à produção capitalista diante da crise de organização do trabalho, centrado no taylorismo-fordismo, cuja reorganização tornava-se urgente. Em substituição, era necessária uma produção que possibilitasse a “plena liberdade” do trabalhador e do trabalho, no que diz respeito a relação contratual e de proteção, regida por direitos e obrigações para o capital.

Paralelamente, havia a necessidade de uma produção que ampliasse os lucros e, inversamente, reduzisse gastos no processo produtivo. Para tanto, a produção de mercadorias deveria ampliar seu arco de abrangência, constituindo-se em uma produção mundializada, com gerência e execução distintamente separadas. Essa produção é movida pela tendência imposta pela mundialização do capital, na qual, aos centros capitalistas cabe a gerência, planejamento e design da produção e, aos países periféricos, dotados de abundante força de trabalho, em sua grande parte precarizada, tem-se a generalização das plantas industriais e processo produtivo, imprimindo uma relação de desenvolvimento desigual e combinado (LOWY, 1998).

Não se torna difícil comprovar a veracidade desta afirmação: muitos dos produtos mundialmente vendidos, sob a marca de empresas norte americanas, entre outras nacionalidades, têm a sua produção realizada no outro lado do planeta, a parte sul do globo terrestre.

É o caso do *iphone*, um aparelho que agrega inúmeros aplicativos e funções em um único instrumento comunicativo. O grupo empresarial que projetou e criou a mercadoria é a *APPLE*, mega transnacional do ramo de telecomunicações e entretenimento que constitui um dos mais importantes grupos deste ramo em nível mundial.

A produção é realizada na província de Shnzlen, na China Continental, principal região industrial do mundo. A produção é terceirizada pelo grupo industrial - gigante tecnológico taiwanês – Foxconn. A este, somam-se outros lugares que agregam a planta industrial desta empresa: Taiwan, Cingapura, Filipinas, Malásia, Tailândia e República Tcheca, assim como, o próprio EUA.

O processo produtivo é centrado em métodos tayloristas¹⁹, e existe um forte militarismo na execução das atividades. Isso se soma a amplas jornadas de trabalho, em média de 12 horas diárias, sem contar a elasticidade que ainda pode ser garantida através das horas extras, prática comum nessas empresas. Com um salário-base mensal de 900 yuans, cerca de R\$ 200 reais, em pólos que representam verdadeiras cidades, milhares de trabalhadores são explorados. Essas condições objetivas de trabalho vêm impondo uma dinâmica que está afetando a condição básica de reprodução social desses trabalhadores.

Na esfera da produção, a Foxconn possui uma série de pequenas empresas e/ou arranjos produtivos locais que desenvolvem trabalho distintos para a produção dos equipamentos tecnológicos. A organização gerencial da mega transnacional adiciona formas clássicas da grande indústria, como também absorve modelos que apelam ao familiarismo e à cooperação simples.

As consequências dessa forma de organização do trabalho são múltiplas. Dentre tantos outros fatores, identifica-se: a intoxicação dos trabalhadores de materiais químicos (*n*-hexano), utilizados na produção dos equipamentos; trabalho forçado - “escravo”- de imigrantes obrigados a pagamento de dívidas; e o trabalho infantil em diversas plantas industriais do grupo supramencionado. Acresce-se que, em algumas indústrias, evidencia-se a redução do valor pago como salário e do número de horas trabalhadas, o que atinge níveis desumanos, chegando, em alguns casos, a jornadas de 15 horas diárias²⁰.

Como vimos, a gerência e a administração localizam-se nos Estados Unidos, enquanto a produção encontra-se em diversas partes do mundo, sobretudo, na Ásia. A distribuição e consumo dá-se em todos os recantos, através de um poderoso mecanismo midiático em torno da mercadoria, fazendo com que a sua compra seja não apenas necessária, mas indispensável.

Em contrapartida, a maçã – “fruto proibido” –, marca publicitária da empresa *Apple*, conquista um grande número de consumidores, ao tempo em que os lucros decorrentes são vorazmente devorados pelos donos do capital que, no primeiro

¹⁹ Indicativo de que o atual padrão produtivo coexiste com o taylorismo e, por vezes, como taylorismo-fordismo, desde que essa coexistência implique valorização do capital.

²⁰ As referências sobre a empresa *APPLE* estão referenciadas no site: PACTO NACIONAL PELA ERRADICAÇÃO DO TRABALHO ESCRAVO, 2010

trimestre de 2010, atingiram o equivalente a US\$ 904 milhões, ou US\$ 1,01 por ação, aproximadamente o dobro do rendimento no mesmo período em 2009²¹.

Esses aspectos representam claramente a conformação que a produção capitalista assume nas últimas décadas, sobretudo devido à mundialização do capital e ao paradigma neoliberal que, juntos, interagem, restabelecendo as bases de acumulação do capital.

Na ordem do dia, no cenário da mundialização do capital, a produção se transnacionaliza, em larga medida as mercadorias dos grandes grupos monopolistas são comercializados em praticamente todos os recantos do globo terrestre, concomitantemente, tem-se o agudecimento da centralização e concentração do capital.

Acresce, a proliferação do ideário neoliberal, por meio de suas medidas conhecidas de desestruturação e à desregulamentação dos estados nacionais, sobretudo nos países de desenvolvimento tardio, a exemplo da América latina e África. Na agenda neoliberal, algumas prioridades são aplicadas dentre elas o desmonte dos direitos sociais e a transferência do provimento das necessidades sociais através do mercado.

No que diz respeito às condições de trabalho, vemos o trabalhador sendo explorado ao máximo possível, inserido em amplas jornadas de trabalho e baixos salários, intermediados por precários processos de terceirizações. A lógica imposta é tão perversa que dificilmente um trabalhador terceirizado poderá usufruir de um produto da Apple, pelas condições degradantes que o capital lhe impõe.

Assim como a *Apple*, um seleto grupo de grandes empresas que agregam fusões, aquisições e ramificações produtivas, apostando nas terceirizações, vem acumulando títulos e índices extraordinários de acúmulo do capital.

Contudo, a relação capital-trabalho, que tem a marca da mundialização, traveste-se de uma imagem representativa de inovações, de benefícios coletivos e de conquistas para todos, a exemplo da velha promessa liberal. Inversamente, a realidade nega tudo isso. A materialização do fim capitalista exige, cada vez mais, a exploração e a expropriação da força de trabalho, em patamares mais perversos e degradantes.

²¹ Folha de São Paulo, 08/06/2010 – <http://www1.folha.uol.com.br/foiha/dinheiro>, acesso em: 10/09/2010

Assim sendo, diante do presente quadro, é coerente fazer referência à atualidade do pensamento de Marx, ao tratar sobre o trabalho estranhado:

O trabalhador se torna mais pobre quanto mais riqueza produz, quanto mais a sua produção aumenta em poder e extensão. O trabalhador se torna uma mercadoria tão mais barata quanto mais mercadorias cria. Com a *valorização* do mundo das coisas (*Sachenwelt*) aumenta em proporção direta a *desvalorização* do mundo dos homens (*Menschenwelt*). O trabalho não produz somente mercadorias; ele produz a si mesmo e ao trabalhador como uma *mercadoria*, e isto na medida em que produz, de fato, mercadorias em geral. (...) quanto mais o trabalhador produz, menos tem para consumir, que quanto mais valores cria, mais sem-valor e indigno ele se torna; quanto mais bem formado o seu produto, tanto mais deformado ele fica; quanto mais civilizado seu objeto, mais bárbaro o trabalhador; que quanto mais poderoso o trabalho, mais impotente o trabalhador se torna; quanto mais rico de espírito o trabalho, mais pobre de espírito e servo da natureza se torna o trabalhador (MARX, 2009, p. 80-82).

Não é devaneio esboçar elos comparativos entre os trechos expostos por Marx no século XIX, e a realidade dos trabalhadores na atualidade, a exemplo do caso Apple, como foi apresentado. Vale salientar que quanto mais a produção é mundializada, quanto mais o objeto é aperfeiçoado, quanto mais riqueza vem se produzindo, proporcionalmente mais pobreza vem se generalizando, ou seja, tem-se mais apropriação privada da riqueza socialmente produzida.

Desta forma, tratar sobre as mutações na organização produtiva nos dias atuais e de suas determinações sócio-históricas, perfaz apreender os elementos constitutivos das implicações da mundialização do capital sob a égide do neoliberalismo para o trabalho. Sem a referencialidade a essas condicionantes históricas, perde-se o campo de mediações que configura a totalidade social na contemporaneidade, como veremos na sequência desta discussão.

2.1.1. A MUNDIALIZAÇÃO DO CAPITAL E O NELIBERALISMO: AS IMPLICAÇÕES NA ORGANIZAÇÃO DO TRABALHO

A mundialização do capital expressa o modo de estruturação da economia, pautado na generalização do domínio do capital em todas as esferas da vida social. O tempo presente atesta o caráter destrutivo que a generalização desse sistema produtor de mercadorias vem provocando historicamente, sobretudo diante da generalização das desigualdades sociais e os limites da própria natureza (MESZAROS, 2000). Vivemos um período em que todas as relações estão postas no balcão a serem negociadas, em nome da acumulação e da rentabilidade do capital.

De acordo com Chesnais, entende – se que,

A expressão “mundialização do capital” é a que corresponde mais exatamente à substância do termo inglês “globalização”, que traduz a capacidade estratégica de todo grande grupo oligopolista, voltado para a produção manufatureira ou para as principais atividades de serviços, de adotar, por conta própria, um enfoque e conduta “globais”. O mesmo vale, na esfera financeira, para as chamadas operações de arbitragem. A integração internacional dos mercados financeiros resulta, sim, da liberalização e desregulamentação que levaram à abertura dos mercados nacionais e permitiram sua interligação em tempo real (1996, p.17).

Essa nova etapa do capitalismo pauta-se no regime de acumulação predominantemente financeiro. Segundo Chesnais, esse regime é caracterizado por dois fenômenos:

O primeiro é a reaparição maciça, junto ao salário e ao lucro e, ao mesmo tempo, fazendo pagar acréscimos de impostos, das receitas resultantes da propriedade de títulos de dívidas e de ações. O segundo é o papel representado pelos mercados financeiros na determinação das principais grandezas macroeconômicas (consumo, investimento e emprego) (2001, p.10).

Na trajetória histórica do sistema metabólico do capital, principalmente, no limiar da busca de romper com os limites impostos pelo seu próprio desenvolvimento, tem-se a generalização e a predominância das formas mais concentradas do capital.

Com base no Capital Financeiro, ou seja, no capital-dinheiro, altamente concentrado, este adquire vida própria diante do capital produtivo, com novas modalidades de acumulação capitalista. Observa-se, em escala planetária, o acirramento da centralização do capital através das instituições financeiras – bancos e fundos de investimentos; assim como a gradual concentração do capital em grupos transnacionais, decorrentes das fusões e aquisições de empresas, bancos e indústrias.

De acordo com Husson (2006), podemos caracterizar a mundialização do capital pelo aumento significativo dos movimentos de troca, especialmente os movimentos de investimento pautados na internacionalização e na concentração do capital e das trocas, junto a empresas transnacionais e suas filiais.

Soma-se a esse aspecto, a globalização da produção, ou seja, uma produção mundializada que responde a comandos restritos, advindos dos centros de decisão do grande capital. Com isso, são estruturadas as bases da mundialização financeira, proporcionando a fluidez dos capitais e formas mais aguçadas de rentabilidade.

E, por fim, merece ser citada a perda relativa de autonomia dos Estados, sobretudo diante dos programas de ajustes estruturais empregados pela lógica neoliberal, cancelados pela pretensa dívida externa dos países de desenvolvimento tardio, em especial, aqueles localizados no hemisfério Sul, a exemplo da América Latina e África.

Essas relações de investimento produtivo e financeiro transnacional manifestam o caráter de domínio que os grupos industriais transnacionais possuem nos marcos contemporâneos. Além desses, entram em cena novas instituições que, além do seu poderio no mercado financeiro, irão se sobrepor ao papel dos bancos, hegemonizando o sistema contemporâneo de finanças, como as companhias de seguros, os fundos de aposentadoria por capitalização e as sociedades financeiras de investimento financeiro coletivo (CHESNAIS, 1996).

Alastra-se o domínio do capital financeiro diante dessas transformações contemporâneas, em especial, pelo capital fictício e as transferências de riqueza para a esfera financeira, através da dívida pública e das políticas monetárias,

representando 20% do orçamento dos países transferidos, anualmente, para o âmbito financeiro (CHESNAIS, 1996). É nesse sentido que o capitalismo contemporâneo pauta-se na financeirização da economia, diante da busca por valorização do capital.

O grau de centralização e concentração do capital proporcionou a interpenetração entre capitais de diferentes nacionalidades, assim como o surgimento de oligopólios mundiais, entendidos enquanto espaço de rivalidade, com forte dependência mútua dos poucos grupos que detêm o domínio de grande parte dos ramos da economia mundial. O objetivo último constitui-se na potencialização da produção e na apropriação da mais-valia, ou seja, na acumulação ampliada do capital.

Para Teixeira,

O mundo todo já se tornou uma grande comunidade produtora de mercadorias. Não há mais áreas virgens a serem exploradas ou convertidas em produtoras de mercadorias. Portanto, o que está em jogo nesta fase não é mais a criação de mercados e sua incorporação às malhas da divisão social capitalista da produção. O que está em jogo é a racionalização desses mercados, no sentido de potencializar a produção e a apropriação da mais-valia (2002, p. 88).

Deve-se ressaltar que a internacionalização do capital implicou o movimento de condensação e centralização do poder entre poucos países que constituem o epicentro da concentração da riqueza socialmente produzida, enquanto se tem uma marginalização dos países ditos em desenvolvimento, adensando-se o processo de desigualdade, tanto entre países, como no interior dos mesmos.

Os mecanismos apresentados possibilitam, enquanto efeito endêmico, a profunda interdependência entre as economias nacionais, acarretando um complexo sistema de dependência entre os estados nacionais e os grupos monopólicos que possuem abertura de mercado e poder em todos os quadrantes do mundo.

A centralização e concentração do capital, elementos centrais da mundialização do capital, vêm modificando de forma contundente todos os quadrantes da vida social. Para Chesnais (2001), esse movimento em curso conseqüentemente, provoca uma homogeneização de certos objetos de consumo e de modos de dominação ideológica, por meio das tecnologias e da mídia.

Contudo, isso não quer dizer que tal movimento gera igualdade. Ao contrário, ele potencializa uma completa heterogeneidade e desigualdade das economias na busca de rentabilidade e de valorização do capital, provocando a polarização da riqueza em um pólo social e espacial - a região Norte do globo terrestre, enquanto na região Sul reina a polarização da pobreza e da miséria.

As determinações histórico-concretas que possibilitaram o desenvolvimento da mundialização do capital é produto de uma dupla dimensão:

O primeiro pode ser caracterizado com a mais longa fase de acumulação ininterrupta do capital que o capitalismo conheceu desde 1914. O segundo diz respeito às políticas de liberalização, de privatização, de desregulamentação e de desmantelamento de conquistas sociais e democráticas, que foram aplicadas desde o início da década de 1980, sob o impulso dos governos Thatcher e Reagan (CHESNAIS, 1996, p. 34).

Destarte, para a concretude dos planos do capital, uma ideologia propulsora da liberdade do mercado é acionada. E, reservadas às particularidades históricas, emerge uma redefinição/reconfiguração do liberalismo do século XVIII sendo invocado o neoliberalismo. Consequentemente, embora não exista uma linha de continuidade, as bases estruturais do liberalismo são reatualizadas e aprofundadas em prol do revigoreamento do livre trânsito do capital, sem amarras e controle (TAVARES, 2009).

As raízes históricas do neoliberalismo encontram-se fincadas nas reações contestatórias do controle do mercado,

O neoliberalismo nasceu logo depois da II Guerra Mundial, na região da Europa e da América do Norte onde imperava o capitalismo. Foi uma reação teórica e política veemente contra o Estado intervencionista e de bem-estar. Seu texto de origem é *O Caminho da Servidão*, de Friedrich Hayek, escrito já em 1944. Trata-se de um ataque apaixonado contra qualquer limitação dos mecanismos de mercado por parte do Estado, denunciadas como uma ameaça letal à liberdade, não somente econômica, mas também política (ANDERSON, 2010, p.01).

Sob o jugo da liberdade do mercado, Hayek identificava as causas da crise nas pressões e conquistas do movimento operário e suas organizações, sobretudo, a sindical. Neste sentido, um conjunto de medidas haveria de ser implementado para garantir o restabelecimento da acumulação capitalista. Como questões de primeira ordem estavam:

manter um Estado forte, sim, em sua capacidade de romper o poder dos sindicatos e no controle do dinheiro, mas parco em todos os gastos sociais e nas intervenções econômicas. A estabilidade monetária deveria ser a meta suprema de qualquer governo. Para isso seria necessária uma disciplina orçamentária, com a contenção dos gastos com bem-estar, e a restauração da taxa “natural” de desemprego, ou seja, a criação de um exército de reserva de trabalho para quebrar os sindicatos. Ademais, reformas fiscais eram imprescindíveis, para incentivar os agentes econômicos. Em outras palavras, isso significava reduções de impostos sobre os rendimentos mais altos e sobre as rendas. Desta forma, uma nova e saudável desigualdade iria voltar a dinamizar as economias avançadas, então às voltas com uma estagflação, resultado direto dos legados combinados de Keynes e de Beveridge, ou seja, a intervenção anticíclica e a redistribuição social, as quais haviam tão desastrosamente deformado o curso normal da acumulação e do livre mercado. O crescimento retornaria quando a estabilidade monetária e os incentivos essenciais houvessem sido restituídos (ANDERSON, 2010, p.02).

Conforme já foi dito, coube aos governos, Thatcher ,na Inglaterra (1979) e Reagan, nos Estados Unidos (1980), a missão histórica de sua materialização nos países de capitalismo avançado.

Inicialmente, Thatcher assumiu a tarefa de contrair a emissão monetária, a elevação das taxas de juros, a redução de impostos sobre os rendimentos altos, a extinção dos controles nos fluxos financeiros, a ampliação do desemprego, o combate à organização operária, as privatizações de todas as ordens e, por fim, o corte nos gastos sociais. As estratégias adotadas foram muitas, porém a simples realidade do desemprego vivenciada por grande parte da sociedade inglesa, dotando o capital de uma superpopulação relativa pronta para a exploração, levou o enquadramento da classe trabalhadora aos objetivos e metas almejadas pelo capital. Reagan, por sua vez, prioriza a redução de impostos para os capitalistas, determina a elevação das taxas de juros e enceta a luta ideológica e política para

salvaguardar o capitalismo, em detrimento das idéias comunistas proposta pela União Soviética (ANDERSON, 2010).

Percorridas décadas de sua implementação, o neoliberalismo advoga em sua essência,

Deixar que os fatores da produção desenvolvam-se livre e abertamente, além dos territórios e fronteiras, de tal maneira que o florescimento do capitalismo propicie o florescimento da liberdade. Tudo deve ser condicionado à dinâmica da economia, do mercado, dos fatores da produção, da livre iniciativa, da corporação, da acumulação, da reprodução ampliada do capital, de tal modo que tudo o que possa ser social, político e cultural seja visto como encadeado, influenciado ou determinado pela dinâmica da economia (IANNI, 1998, p.113).

Como peça angular do paradigma neoliberal, os Estados nacionais são indispensáveis – vetores extra-econômicos na manutenção e preservação da produção capitalista – como domínio político e social: *“O triunfo atual do “mercado” não poderia ser feito sem as intervenções políticas repetidas das instâncias políticas dos Estados capitalistas mais poderosos”* (CHESNAIS, 2001, p.10).

Diferentemente das teorias que refratam a inexistência e/ou negligenciam a influência do Estado no atual estágio, pode-se situá-lo em um lugar decisivo no capitalismo contemporâneo. Tem-se Estados nacionais fortes, capazes de impulsionar e possibilitar a produção capitalista e, mais que isso, capazes de estabelecer as condições objetivas para a acumulação capitalista.

Para tanto, o capital, estrategicamente, apostou na efetivação de uma revolução conservadora (CHESNAIS, 2001), estruturada na liberalização, desregulamentação e privatização das relações do Estado e do grande capital. Destarte, os Estados nacionais criaram o ambiente propício para o intercâmbio do capital entre países, adequando-os à plena necessidade de o capital mundializar-se.

Diante desse projeto modificador das relações sociais capitalistas, os estados, para além das ações de cunho eminentemente econômico, imprimiram estratégias de teor político, de redefinição de suas funções políticas e econômicas, nesse novo período de regime de acumulação capitalista concentrado e mundializado. A lógica

impetrada é a da preservação das condições necessárias para a produção capitalista.

Com base nessa expectativa, alguns momentos axiais foram necessários para a plena adaptação dos Estados nacionais ao projeto de mundialização do capital, conforme estratégia pleiteada pelo paradigma neoliberal. Esses momentos, embora possuam um leque de espaços de articulação e decisão, podem ser aqui, sumariamente, destacados: o Consenso de Washington (1989), que funda o pensamento neoliberal e potencializa o ajustamento dos países à nova racionalidade pleiteada pela liberalização e desregulamentação da economia e dos Estados Nacionais; o Tratado de Maastricht (1992) que, para além de todas as deliberações, proporciona a constituição da União Européia e o livre trânsito dos países que a ela se integram; o Tratado de Marrakech (1994), momento importante para o ordenamento da economia mundial, manifesto pelo surgimento da Organização Mundial do Comércio, na tentativa de constituição do Acordo do Livre-Comércio Norte-Americano – ALCA (1994).

A materialização do paradigma neoliberal vem sendo realizada a partir de um processo profundo de reformas dos Estados nacionais, alicerçados na internacionalização da produção e dos mercados destituídos de regulamentações e marcados pela mundialização do capital ora caracterizada.

Montes (1996 apud BEHRING, 2003) assim define o neoliberalismo:

Retirada do Estado como agente econômico, dissolução do coletivo e do público em nome da liberdade econômica e do individualismo, corte dos benefícios sociais, degradação dos serviços públicos, desregulamentação do mercado de trabalho, desaparecimento de direitos históricos dos trabalhadores, estes são os componentes regressivos das posições neoliberais no campo social, que alguns se atrevem a propugnar como traços da pós-modernidade (2003, p.38).

Como parte integrante desse paradigma, tem-se a mundialização da economia, a maximização do mercado e seus múltiplos condicionantes, em detrimento da desestruturação do Estado que leva à sua minimização, no tocante ao provimento das necessidades humanas.

Dessa forma, vemos o poder ideológico e político da ofensiva neoliberal na quebra dos dispositivos legais, objetivando implantar a política de ajuste estrutural,

garantindo o atrelamento da economia nacional e sua subserviência aos acordos estabelecidos com os agentes internacionais.

Evidencia-se assim o reordenamento dos Estados nacionais ao projeto e à ideologia neoliberal, através de seus sustentáculos, o Fundo Monetário Internacional e o Banco Mundial, ambos com suas políticas de ajustes estruturais que provocam as mais latentes formas de degradação de grandes parcelas da humanidade, de modo particular, aquelas que não possuem o acesso ao poderoso montante da riqueza social, contraditoriamente produzida por esses.

A partir da implementação da cartilha neoliberal, cristalizada no Consenso de Washington, temos um desmonte e a balcanização dos direitos sociais conquistados historicamente pelos movimentos sociais, tendo em vista a acumulação desenfreada do capital.

Com o projeto hegemônico neoliberal em curso, verifica-se a fragmentação dos direitos sociais, a desregulamentação e desestruturação dos serviços sociais por parte do Estado. Do ponto de vista econômico, os investimentos são transmitidos para os agentes internacionais através do superávit primário, e os ajustes se configuram em cortes nos investimentos públicos, provocando a ausência de atendimento na área da saúde, da educação, da habitação e da assistência, dentre outras, ao mesmo tempo em que a responsabilidade por esses serviços são transferidas para quem deles necessita.

Mesmo nos países em que o sistema de proteção social revestia-se de eficácia e realizava um atendimento ampliado, diga-se, às custas dos países periféricos, o paradigma neoliberal vem imprimindo uma devastadora intervenção sobre os serviços, privatizando-os, transferindo-os do Estado para o mercado.

Esta implementação da reforma dos Estados nacionais vem provocando um significativo esfacelamento dos direitos sociais, acompanhada de pauperização e negligenciamento das necessidades sociais em detrimento dos interesses da acumulação capitalista.

Evidencia-se a subserviência dos Estados nacionais ao receituário neoliberal, sobretudo diante dos programas de ajustamento estrutural que impuseram o pagamento da amortização da dívida externa, por meio da criação de um superávit primário.

Nesse sentido, retiram-se as dotações orçamentárias destinadas a investimentos sociais dos Estados nacionais e transfere para o pagamento da

dívida. Consequentemente, com os recursos minimizados, o que se evidencia é a focalização, descontinuidade, desfinanciamento e desestruturação do legado dos direitos sociais.

No âmbito dessa discussão, devem-se considerar, ainda, questões teóricas que se ignoradas, contribuem para legitimar o *status quo* e distanciar o horizonte revolucionário. Ou seja, joga-se a favor do pretense esfacelamento da perspectiva de construção coletiva em prol de outra sociabilidade, devido à reoxigenação do sistema sociometabólico do capital.

Com isso, reafirma-se a capacidade que historicamente o capital demonstrou em superar as crises constantes, assim como, de reafirmar seu poder político e ideológico, frente aos movimentos de resistência ao sistema.

Acresce-se a essa resposta, no plano ideocultural, a dimensão e afirmação do paradigma neoliberal e a constatação de que a crise vivenciada pelo capital é reflexo da interferência e regulação do Estado. Sendo assim, cancelam-se as formas de regulação proposta e tem-se a reificação do mercado como escopo máximo da vida social, onde a liberdade (leia-se liberdade para vender sua força de trabalho) é a chave para a conquista individual de melhoria nas condições de vida.

Sobre os efeitos desse discurso falacioso, podemos concretamente destacar que cabem ao trabalhador, possuidor dessa plena liberdade, o trabalho precário e desumano, com intensificação das jornadas de trabalho e baixos salários. Desprovido de meios de produção e destituídos da possibilidade de venda de sua única mercadoria – sua força de trabalho – o trabalhador também não goza das políticas públicas, cada vez mais mergulhadas na onda neoliberal de minimização. A este respeito, Tavares destaca que

[...] a liberdade do neoliberalismo em nada favorece os trabalhadores: imobilizados pela insegurança e pelo medo de não ter a quem vender a sua força de trabalho, tornam-se defensivos e individualistas, com o que a luta pela emancipação do trabalho é deslocada para uma competição intraclasse, na qual o máximo almejado é sobreviver como mercadoria (2009, p. 8).

O impacto das políticas de ajuste estruturais impostas aos países ditos do “terceiro mundo” representa um solavanco de proporções inimagináveis para essa

parcela da humanidade, ou seja, para a classe trabalhadora. Ao analisar os reflexos das políticas de ajuste estrutural na África, a partir da década de 1980, Mike Davis apresenta:

Em Cartum, a liberalização e o ajuste estrutural, de acordo com pesquisadores locais, fabricaram 1,1 milhão de “novos pobres”, a maioria vinda das fileiras dizimadas do setor público. [...] Na Nigéria de Balogun, a extrema pobreza, cada vez mais urbanizada em Lagos, Ibadan e outras cidades, entrou em metástase e passou de 28% em 1980 para 66% em 1996 (2006, p.159).

O receituário neoliberal implementado nos países do “terceiro mundo” com base nas infindáveis e inesgotáveis dívidas externas e na subserviência dos seus mercados combalidos, revelam a face mais devastadora do capital em seu processo de mundialização. Assim, apresenta-se uma sociabilidade em que imperam a plena produção da riqueza social e a impossibilidade dos seus produtores usufruírem ou terem acesso aos bens que atendam às suas necessidades básicas.

Os rebatimentos da vulgata neoliberal na esfera da produção são desastrosos para os trabalhadores e simplesmente encantadores para os capitalistas. Combinado com a reestruturação produtiva nas últimas décadas pós 1970 tem-se um conjunto de medidas de organização do trabalho que reafirmará a expropriação da mais-valia.

De acordo com Dias,

Após tentar desconstruir os espaços fabris clássicos, produtores de socialização operária ampliada, o neoliberalismo busca “reinventar” as formas tipo trabalho doméstico, qualidade artesanal, etc. Na realidade trata-se da reintrodução do trabalho a domicílio: agora, face a face no computador e, a um só tempo, artesanal; trabalho visto como emancipatório. Em suma um criador, um trabalhador “autônomo”. Trata-se, é bom que se diga, de uma “autonomia para o capital” e não para o trabalho (1998, p.50).

Se por um lado os elementos aqui expressos são importantes no caminho do desvendamento dos contornos que a organização do trabalho assume, por outro,

ainda são insuficientes para apreender a complexidade que a circunscreve. Na sequência, estaremos tratando mais detalhadamente de aspectos que, aliados aos já expostos, podem elucidar a trama que a envolve.

2.1.2. O ÁPICE DA SUBSUNÇÃO DO TRABALHO AO CAPITAL

A trajetória até aqui apresentada dá-nos condições para indicar a polêmica produzida em torno das transformações do trabalho, cujas interpretações carregam questionamentos, tensões e dissensos. A realidade contemporânea mostra pistas de que as implicações e conseqüências provocadas pela organização do trabalho nos últimos tempos é diversa, agregando rigidez e flexibilidade na extração de mais-valia absoluta e relativa.

A lógica de uma nova acumulação generalizada, cada vez mais diversificada nos modelos de produção e na organização do trabalho, mas que convive com os modelos de tipo industrial, com a centralidade do trabalho dependente, assalariado, com lógicas mais desenfreadas de exploração e com extorsões cada vez mais sólidas de mais-valia absoluta e relativa (VASAPOLLO, 2003).

Diferentemente da polarização existente entre ruptura ou continuidade de organização do trabalho pautado no taylorismo/fordismo, entendemos que o tempo presente apresenta indícios que descartam as análises do Pós-fordismo e suas expressões congêneres.

(...) em relação à tese do surgimento de um 'novo paradigma de organização industrial' (Piore e Sabel, 1984) ou um novo 'conceito' ou 'modelo' de produção (ver Kern e Schumann, 1989) alternativos ao modelo fordista, podemos constatar que o taylorismo não acabou, sobretudo se considerarmos a mão-de-obra feminina (Hirata, 1988) ou as indústrias dos países subdesenvolvidos (R.Q. Carvalho e H. Schmitz, 1989); no entanto, mesmo nos países como a França, em que o desenvolvimento da automação foi considerável nesses últimos anos, o fordismo e a produção em massa padronizada em

massa padronizada parecem ser ainda inteiramente atuais (S. Volkof, 1987). (LESSA, 2007, p.302 apud HIRATA, 2002, p.230).

A análise do real e da perspectiva que dela fazemos não nos permite afirmar que estamos vivenciando um novo paradigma de organização industrial, sobretudo aquele inserido na lógica da pós-grande indústria, como apregoa Ruy Fausto e outros teóricos. Não nos parece que a transição do padrão taylorismo-fordismo ao toyotismo seja argumento suficiente para a defesa da pós-grande indústria. Prova disso é que algumas das modalidades de produção imperantes na chamada empresa horizontal guardam as características daquele padrão supostamente superado, tal como mostramos no caso *Apple*. Sendo assim, faz necessário retomar essa discussão, tratada anteriormente em linhas gerais.

Haveria em Marx uma teoria do capitalismo de pós-grande indústria? É este questionamento que Ruy Fausto²² persegue em suas análises, desde a década de 1980, e que o autor aponta como não sendo uma tarefa fácil (FAUSTO, 1989). Ao ressaltar o questionamento de Fausto, não estamos querendo fazer do pensamento marxista uma camisa de força. Se e quando a teoria marxista não mais der conta da realidade, não serão os marxistas a ignorar que as categorias econômicas são transitórias.

Após um estudo desenvolvido em *O Capital* nos *Grundrisse*, traçando uma análise comparativa, Fausto desenvolve uma reflexão dos elementos que caracterizam o processo material de produção, assim expresso:

“Temos assim três formas do capitalismo, no plano do processo material de produção. A essas três formas correspondem configurações distintas no plano formal, ou níveis diferentes de desenvolvimento dessas formas. Na primeira forma, o desenvolvimento da exploração da mais-valia relativa só pode ser limitado (mas dada a resistência, ainda possível, com base na natureza da organização material da produção, o prolongamento da jornada é também limitado). Na segunda forma, temos o pleno desenvolvimento da exploração da mais-valia relativa (mas, com essa forma, também a exploração da mais-valia absoluta pode se expandir). Na terceira forma, tem-se a "negação" do trabalho como fundamento do valor, e do tempo de trabalho como medida da grandeza de valor. Esses três momentos são formas sucessivas do modo de produção capitalista. Até certo ponto, poder-

²² As reflexões expostas sobre o Ruy Fausto e Francisco Teixeira estão medularmente estruturadas nos trabalhos de Aquiles Melo referenciadas no final do trabalho.

se-ia dizer que esses três momentos têm algo a ver com os três momentos lógicos que se pode reconhecer na estrutura do modo de produção capitalista. O princípio da “produção simples” é subjetivo, como é também subjetivo o princípio da manufatura. O segundo momento lógico é o da essência do sistema, o da produção capitalista enquanto produção capitalista. Seu princípio é objetivo, como é objetivo o princípio da grande indústria. Finalmente, o terceiro momento lógico é o da interversão das relações de apropriação, o qual revela o fundo (Hintergrund) do sistema” (FAUSTO, 1989, p.55-56).

Desta forma, o processo material de produção após o segundo momento lógico, seria o da essência da produção capitalista, ou seja, a grande indústria passaria para um terceiro momento denominado de pós-grande indústria. Ora, dentre os momentos tratados pelo autor o único que não possui referencialidade no trabalho constitui o momento atual. Assim sendo, qual o elemento que o caracteriza?

Fausto responde que, para ele, seria a ciência o produtor da riqueza. *A ciência se objetiva enquanto ciência na matéria. Surge assim uma espécie de ciência objetivada na maquinaria da pós-grande indústria.*²³

A conclusão a que Fausto chega, ao decretar a entrada do estágio pós-grande indústria, pauta-se na reflexão de que a riqueza social não tem mais referencialidade no trabalho, “*a ruptura entre trabalho vivo e trabalho morto é relativizada, à máquina passa a ser uma espécie de força de trabalho (intelectual) no sentido de que ela não necessita mais (quase) nenhum trabalho para ser vivificada*”²⁴.

Pelo exposto, a entrada da pós-grande indústria inaugura um período em que se elimina a subsunção real do trabalho ao capital. Assim, a subordinação material desaparece.

Não há mais intervenção da liberdade, da propriedade, da riqueza ou da satisfação no plano material, isto é, no interior do processo de produção. (...) Teríamos assim a sucessão: a subordinação formal, subordinação real, subordinação formal novamente (FAUSTO, 1989, p. 60).

²³ FAUSTO, Ruy. A “pós-grande indústria” nos Grundrisse (e para além deles). Revista de Cultura e Política. São Paulo: Lua Nova, nº.19, Nov. 1989, p. 57.

²⁴ Idem, p.58.

Se essas considerações já demonstram claramente o sentido impresso por Fausto em suas análises, as conclusões a que chega esse estudioso são mais inquietantes e problematizadoras. Ora, no período da grande indústria a riqueza é produzida pelo trabalho, pela expropriação da mais-valia, pelo trabalho não pago, pelo sobretrabalho. Objetivamente, essa relação só foi reafirmada pelas transformações na organização do trabalho. Então, o fato de a ciência potencializar o trabalho humano justifica negar a função social do trabalho vivo? Qual o novo elemento no período da pós-grande indústria que seria capaz de produzir riqueza sem qualquer átomo de trabalho vivo? Na concepção de Fausto eis o que significa o não-trabalho.

A riqueza não é mais produzida pelo trabalho, mas pelo não-trabalho. Isto num duplo sentido. Em primeiro lugar, a riqueza material já não depende essencialmente do trabalho. Em segundo lugar, a riqueza passa a ser essencialmente a ciência (a arte, etc.) e esta é produzida no tempo de não-trabalho. Assim, a substância da riqueza não é mais o trabalho, mas é o não trabalho. Ela é cristalização do “trabalho” científico, mas o trabalho científico entra no “tempo livre”. [...] O tempo de não-trabalho é a substância da riqueza. A riqueza aparece “do outro lado do espelho”, do lado do tempo livre. O tempo de não-trabalho é a medida da riqueza enquanto riqueza objetiva, e ela é tempo livre enquanto riqueza subjetiva (FAUSTO, 1989, p. 63-64).

Na proposta teórica de Fausto, as idéias se invertem no que concerne às análises de Marx. Não podemos deixar de fazer menção à aproximação dessa tese com as reflexões apontadas pelos teóricos que defendem o fim da centralidade do trabalho.

Reservadas as particularidades e horizontes teórico-metodológicos trilhados, procede referenciar o pensamento de Teixeira e Frederico (2008), que defendem a existência de um período pós-grande indústria, caracterizado por uma nova forma de produção de mercadorias, denominada por estes de cooperação complexa.

De acordo com Teixeira e Frederico (2008), a reestruturação produtiva registrada no último quartel do século XX apresenta contornos novos ao trabalho. No seu entender, as configurações do capitalismo são, contemporaneamente diferentes daquelas descritas nas páginas de *O Capital*. Para além da grande indústria, uma

nova forma de produção de mercadorias emergiria. O autor sintetiza esse período como cooperação complexa.

Uma questão norteadora persegue as suas reflexões: como compreender as mutações da organização do trabalho à luz das categorias de Marx? Este pensamento serve de fundamento para explicar o movimento real? Para Teixeira e Frederico (2008) a resposta é sim, porém faz-se necessário reatualizar, no sistema categorial de Marx, elementos que possam explicar o trabalho nos marcos contemporâneo.

Nessa direção, o autor indaga se o desenvolvimento da grande indústria foi capaz de criar as condições materiais que libertariam a valorização do valor do tempo e do *quantum* de trabalho empregado na produção da riqueza. Diferentemente dos teóricos do fim da centralidade do trabalho, Teixeira responde, com base em Marx, de forma negativa.

Para Marx (1984), quanto mais se desenvolve a produtividade das forças produtivas, advindas principalmente, do incremento da tecnologia e da ciência à produção, maiores são as dificuldades de valorização do valor. E, para a valorização do capital, necessariamente a relação entre tempo de trabalho necessário e de mais-trabalho é condição *sine qua non* para o processo de produção, fato que o leva a concluir sobre a impossibilidade de plena automatização do processo produtivo.

Não há possibilidade de valorização do capital sem a exploração do trabalho vivo. Embora tenhamos, na sociedade contemporânea, capitalistas que exclusivamente se utilizam da valorização do capital através da circulação e comercialização das mercadorias, alguém tem que produzi-las.

Devido a imprescindibilidade do trabalho vivo, o capital precisa buscar sempre formas que possibilitem a extração de mais-valia, reduzindo o tempo socialmente necessário para a produção e ampliando a produtividade. Nessa direção, a grande indústria atinge limites intransponíveis ao investir no trabalho morto, através do incremento das inovações tecnológicas e da aplicação da ciência à produção, em detrimento do trabalho vivo.

Segundo Teixeira e Frederico (2008), o capital opera próximo ao limite, enquanto que a economia de trabalho vivo tende a ser menor em relação aos gastos com capital constante. A partir do momento em que a grande indústria possui dificuldades efetivas de materialização da valorização do capital impõe-se, na

concepção do referido autor, a urgência de se criar uma nova forma de produção de mercadorias – emergindo assim a cooperação complexa.

Nesse sentido, essa nova forma de produção de mercadorias, diferentemente das anteriores, não nasce para descerrar novas fronteiras para o desenvolvimento de um novo e longo ciclo de inovações tecnológicas, tal como assim o foi na grande indústria. Pelo contrário, ela surge para acomodar o desenvolvimento das forças produtivas, realizado por aquela forma, com as relações capitalistas de produção; sua função, portanto, é a de impedir um colapso do sistema. Se se pode falar assim, nasce para inaugurar um período de acumulação de capital em que não há mais desenvolvimento, isto é, expansão do emprego, criação de mercados até, então, inexistentes, incorporação de novas áreas geográficas ao mercado capitalista etc. Tudo isso já foi desenvolvido pela grande indústria (TEXEIRA; FREDERICO, 2008, p.108).

O capital contemporâneo traz à cena a busca devastadora pela produção de mais-valia; porém, diante dos limites postos pela grande indústria, há necessidade de repor a divisão do trabalho em novas bases. O alicerce que dará condições objetivas a essa reposição, certamente passa pela recomposição das formas de existência do capital – produtivo, mercadoria e dinheiro – que, no período da grande indústria, encontravam-se distintos.

Há, portanto, uma intensificação na homogeneização das formas de existência do capital²⁵ no sentido de potencializar a sua valorização. Ampliam-se novas maneiras de produção de mercadorias, pelas quais, *“uma mesma empresa opera em todos os ramos de produção a um só tempo, o que lhe permite evitar que seus concorrentes se aproprie de parte do valor por ela produzido”* (TEXEIRA; FREDERICO, 2008, p. 110).

E acrescentam,

De um ponto de vista mais abstrato, pode-se dizer que a evolução do capitalismo aparece como um ciclo que, fechando-se em si próprio, começa com a quebra da unidade das diferentes formas de existência do capital, para, em seguida, reconstruir a unidade inicialmente desfeita. É como se a sua evolução histórica imitasse e reproduzisse a sua lógica de acumulação. Com efeito, assim como

²⁵ É sabido, que esta característica não é um episódio específico da reestruturação produtiva advinda na década de 1970, mas reflexo do capitalismo monopolista inaugurado no último quartel do século XIX.

no circuito de reprodução do capital, o dinheiro é o ponto de partida e de chegada [D - M - D']; na sua evolução histórica, a cooperação é o começo e o fim desse processo: C-M-GI-C'; onde C representa a cooperação simples; M, a manufatura; GI, a grande indústria e C', a cooperação complexa. Da mesma forma que D' difere do D inicial apenas quantitativamente; C', quando comparada com C, assume a mesma forma formal. Com a diferença de que C' expressa muito mais do que uma simples ampliação da escala de produção de mercadorias. Mais do que isto, C' expressa uma reposição das determinações das formas pretéritas de produção de mercadorias, mais complexas e ricas de conseqüências sociais. Se se preferir, trata-se de uma volta que é atualização do princípio de cooperação enquanto método de produção de mais-valia. É um retorno à cooperação simples para repô-la em sua forma atualizada" (TEXEIRA; FREDERICO, 2008 p.111)

Impera, assim, uma forma atualizada da cooperação simples para a produção de mais-valia, ao tempo em que emerge uma produção mais flexível e enxuta, com máquinas aptas para desempenharem diferentes atividades, com trabalhadores polivalentes e qualificados.

Deste modo, para Teixeira e Frederico, a cooperação complexa seria,

um complexo de transformações que exige, antes de tudo, uma re-posição da divisão social do trabalho. Uma re-posição fundada numa forma de acumulação, na qual a valorização dos capitais privados se realiza como capital geral, como capital industrial, que é unidade das diferentes formas de existência do capital - capital-dinheiro, capital produtivo e capital-mercadoria. Essa re-posição exige, por sua vez, uma reestruturação na organização do processo de trabalho; uma nova divisão técnica do trabalho, consentânea com a lógica que precede e rege a nova divisão social do trabalho. Para isso, o capital precisa gozar da maior liberdade possível, sem a qual não poderá afirmar-se como sujeito fora e dentro do processo de trabalho. Daí a necessidade de desmantelamento das estruturas do Estado Social." (Idem, 2008, p.84)

Segundo os autores acima referenciados, a cooperação complexa é a forma limite do capital, o ápice do seu desenvolvimento histórico. Neste novo período, inscrevem-se formas históricas diferenciadas de existência desse tipo de cooperação.

Emerge a sociedade de “fábricas de consensos”, nas quais a desconstrução da luta de classes é o alvo prioritário. Diante do novo perfil de trabalhador – polivalente e com alto grau de responsabilidade e engajamento, busca-se convencê-lo da descartabilidade de sindicatos e partidos políticos como instrumentos mediadores entre o trabalhador e o empregador.

Soma-se às novas formas, a sociedade de “produtores independentes”, pelas quais se agregam vários métodos de produção de mais-valia, entre os quais, alguns reeditam modos anteriores à grande indústria, como a cooperação simples e a manufatura.

A racionalidade imposta ao trabalhador pauta-se em *trabalhar para ganhar dinheiro, sem se importar com a natureza do trabalho, o lugar em que é realizado e como deve ser efetivado*²⁶. O trabalhador deve adaptar-se às novas exigências impostas pelo capital. Ao invés do emprego, entra em cena a lógica da empregabilidade, sinônimo de disponibilidade para ocupar trabalhos diversos. Desta forma, tem-se o trabalho em domicílio, terceirizado, temporário, por conta própria, ou organizado em associações, cooperativas e similares, o que revela a plena liberdade do capital.

Por fim, temos a sociedade de “fábricas” sem muros que, graças às formas terceirizadas de trabalho, torna desnecessário ao capital a exigência de um local fixo para consumir a força de trabalho. Adiciona-se a esse elemento, a “desterritorialidade” espacial da produção, ou seja, com o avanço das tecnologias de telecomunicações e da informática, a facilidade para venda e compra de mercadorias tornou-se algo inimaginável há algum tempo. Dentre outros ganhos decorrentes desses avanços, hoje as empresas vendem antes de produzir²⁷.

Teixeira e Frederico (2008) concluem que a forma assumida pela cooperação complexa é o tipo ideal de produção de mercadorias no capitalismo atual. Por meio dela é que o capital adentra em todos os poros da vida social.

Essa polêmica, aqui apresentada, expressa a complexidade que se tornam apreender as mutações na organização do trabalho atualmente. Contudo, tendo como base o que até aqui expomos, entende-se que a mutação na organização do

²⁶ TEXEIRA F.; FREDERICO C. Marx no Século XXI. São Paulo, Cortez, 2008, p. 131.

²⁷ Idem, p.136.

trabalho, advinda das transformações societárias na década de 1970 e corrente nos dias atuais, assume contornos que agregam elos de continuidade e de mudança.

O cenário restauracionista de domínio do capital pós - década de 1970 impõe à organização do trabalho uma conformação e determinações que sinalizam para um complexo processo que agrega modelos de produção potenciadores, em níveis exponenciais da extração de mais-valia.

Nesta direção, Vakaloulis (2000) destaca que a produção capitalista sempre combinou “rigidez” e “flexibilidade”. Diante do argumento de que teríamos uma abrupta ruptura entre as formas propugnadas pelo fordismo e o surgimento do pós-fordismo e da pós-grande indústria, o autor nos faz ver que a flexibilidade não está substituindo a produção em massa.

Nas suas palavras:

O que parece nesse caso plausível, é uma permutação inédita de “flexibilidade” e “rigidez” que prolonga as tendências essenciais do capitalismo. O capital torna-se móvel, hipermóvel, tendendo na direção de uma existência nômade crescente. Ele representa uma relação social global, efeito combinado da transnacionalização de conjunto de seus circuitos (capital-produtivo, capital-moeda, capital-comercial). O espaço social que ele recobre é ambíguo, polarizante e quase irrepresentável. Ele reforça o grau de sua concentração/centralização e aprofunda os efeitos ligados aos mecanismos do desenvolvimento desigual (2000, p.52).

Se a posição de Vakaloulis estiver correta, a flexibilidade não parece estar substituindo a produção em massa, tampouco teríamos uma formação idêntica às configurações da grande indústria. O que se revela é uma combinação entre flexibilidade e rigidez que, imbricadamente, é utilizada no sentido de potencializar a subsunção do trabalho ao capital.

Nesse sentido, tem-se a combinação de formas de acumulação do capital que incorporam as formas típicas da grande indústria e diversas modalidades de exploração da força de trabalho, pautadas na informalidade. Com base na terceirização, incentiva-se o surgimento de associações, cooperativas e outras categorias de trabalho externas à fábrica, nas quais o trabalho se desenvolve em condições precárias, mediante baixos salários e sem proteção social.

Ao tratar sobre os impactos das ações de restauração capitalista, na esfera da produção após a crise da década de 1970, Motta destaca que:

No âmbito das relações e dos processos de trabalho, ocorrem mudanças substantivas – seja através da re-edição de antigas formas de exploração, como o salário por peça, o trabalho em domicílio etc., transformando, entre outros, os espaços domésticos não mercantis em espaços produtivos por força das tercerizações; seja instituindo novos processos de trabalho que externalizam e desterritorializam parte do ciclo produtivo, instaurando novas formas de cooperação, onde se incluem e se ajustam, num mesmo processo de trabalho, atividades envolvendo altas tecnologias, superespecialização e precarização (2009, p. 60).

Todavia, esses trabalhadores não exercem suas atividades por conta própria como querem os defensores do trabalho flexível. Eles são alvo dos grandes monopólios que encontram na política da flexibilização um mecanismo para potencializar a valorização do capital (TAVARES, 2004).

Segundo esta pesquisadora, diante das condições objetivas postas pela subsunção do trabalho ao capital,

[...] embora, historicamente, no cenário montado pelo capital, às vezes quase todos os trabalhadores tenham papéis definidos e, em outras, como agora, grande parte seja transformada em meros figurantes. Isso, no entanto, não altera a lei fundante do capital: 'o motivo que impulsiona e o objetivo que determina o processo de produção capitalista é a maior autovalorização possível do capital, isto é, a maior produção de mais-valia, portanto, a maior exploração possível da força de trabalho pelo capitalista' (TAVARES, 2002, p.50).

As conformações atuais do trabalho assumem a face da intensificação do processo de proletarianização, de exploração excessiva, degradante, desumana e destrutiva para o trabalhador. De acordo com Vasapollo,

As tendências atuais, com o aumento do número dos trabalhadores assalariados à margem da produção material propriamente dita (o

aumento do número de empregados, dos flexibilizados, dos precarizados, dos temporários e dos de gêneros atípicos, o incremento das taxas de trabalho intelectual ou do falso trabalhador autônomo na composição do “operário coletivo”) estão longe de testemunhar a “desproletarização” da classe operária ou da classe trabalhadora em geral (2003, p.58).

Paralelamente, contradições inerentes à reprodução do capital são visíveis na vida social: enquanto o capital potencializa seu poder de concentração e centralização, a classe trabalhadora vivencia uma situação de pauperização, em muitos casos, absoluta.

Uma grande massa expropriada da possibilidade de vender a sua única mercadoria — a força de trabalho — se vê acometida de estar à margem das possibilidades de obtenção das condições mínimas de sobrevivência, agravando, portanto, a questão social, neste início de século XXI.

De acordo com Motta, estas modificações nas relações e processo de trabalho afetaram efetivamente os trabalhadores na quadra histórica presente:

A produção em massa de produtos padronizados, que marcou o regime fordista, cede lugar à produção seletiva, preferencialmente de produtos de luxo, consumida por não muito mais que 30% da população mundial, composta pelas classes médias e proprietárias. Torna-se inútil para a produção uma parte da população destituída dos meios de produção e da condição de vendedores de força de trabalho. Essa população excedente, não por acaso, se transforma no foco das políticas denominadas de transferência de renda ou de renda mínima e ingressa, mesmo que residualmente, nos mercados consumidores internos (2009, p. 61).

Os impactos provocados são múltiplos, a vida social parece que dá um giro e muda a ordem das coisas,

Amparada pela naturalização da mercantilização da vida, essa reforma social e moral busca, entre outros objetivos, transformar o cidadão sujeito de direitos num cidadão- consumidor; o trabalhador num empreendedor; o desempregado num cliente da assistência social; e a classe trabalhadora em sócia dos grandes negócios (MOTA, 2009, p.63).

A esses aspectos soma-se a crise destrutiva que vivencia o mundo dos homens, a contradição entre a enorme potencialidade produtiva existente e a impossibilidade de realizar essa produção e socializá-la entre toda a humanidade (TONET, 2009). As expressões dessas contradições revelam-se na vida cotidiana de bilhões de seres humanos que buscam ter acesso a condições elementares de sobrevivência, como o direito à vida, à alimentação, à moradia e à saúde.

Fundamentados nas considerações ora apresentadas podemos então aprofundar a análise sobre a centralidade do trabalho nos marcos contemporâneo, é o que tangenciaremos a seguir.

CAPITULO III – A CENTRALIDADE DO TRABALHO NOS MARCOS CONTEMPORÂNEOS

As diferentes interpretações apresentadas pelos teóricos do fim da centralidade do trabalho, reservadas as suas devidas particularidades, coadunam-se no sentido de, pela via da semântica, afirmar a liberdade do trabalho na ordem capitalista, muito embora as mediações do processo histórico ratifiquem tão somente a liberdade do capital. A partir dessa interpretação, diferentes autores advogam na direção genérica e superficial da negação da centralidade do trabalho no mundo dos homens. Assim, apregoam o fim do trabalho abstrato, e mais ainda, para alguns cientistas sociais, o fim do trabalho concreto.

Se essas afirmações, tão difundidas nos dias atuais, estão coerentes com a realidade, por que o capital não cancelou sua vinculação orgânica com a produção, ou seja, com as diversas formas de trabalho produtivo?

Certamente, uma conclusão imediata é exposta ao abordarmos esta questão: as implicações político-ideológicas expressam a ofensiva do capital – no plano subjetivo e no teórico no sentido de impor uma cultura de crise que conforma os indivíduos à submissão de um sistema ávido por acumulação. E, para tanto, encontra na expropriação e espoliação intensa da força de trabalho o meio necessário para a produção da riqueza social.

Parece-nos ser atual a seguinte análise desenvolvida no século XIX:

A função verdadeira, específica do capital é, pois, a produção de mais-valia, e esta, como ver-se-á mais adiante, não é outra coisa que a produção de trabalho excedente, apropriação – no curso do processo de produção real – de trabalho não pago, que se objetiva como mais-valia (MARX, 1978, p. 9).

É o que se nos apresenta a realidade. Desta forma, o capital só realiza o processo de produção de riqueza na expropriação do sobretrabalho, ou seja, na exploração da força de trabalho.

Guardadas as devidas proporções históricas e particularidades, um desafio se apresenta: esta argumentação proposta por Marx corresponde às transformações do

tempo presente? Seria o trabalho hoje central na vida dos homens? O capital do século XXI, de fato, continua utilizando a expropriação da força de trabalho para a produção da riqueza social?

A esses questionamentos convém que se responda com o próprio movimento real, que traz os nexos estruturantes desse processo histórico.

Não é ficção que a Nike se utiliza de cerca de 85 mil trabalhadores e trabalhadoras, esparramados em tantas partes do mundo, que recebem salários degradantes; não é ficção também que o primeiro segredo da Toyota foi procurar envolver a classe trabalhadora japonesa no projeto da “Família Toyota (seu lema na década de 1950 era: “proteja a empresa para proteger sua vida”).(...)Ou ainda poderíamos lembrar a falência do Projeto saturno, da General Motors (EUA), em fins dos anos 1970 e início dos anos 1980, que fracassou porque tentou autonomizar e robotizar sua planta produtiva, abandonando e desconsiderando sua classe trabalhadora (ANTUNES, 2005, p.26).

As reflexões até aqui expostas apontam para a fragilidade teórica existente nas teorias erigidas nos últimos anos sobre a negação da centralidade do trabalho. Apontamos sumariamente que parte das reflexões não expressa o real. No que se refere à insistência do capital em ser o senhor do tempo dos trabalhadores, a questão continua em aberto, pois não é tratada pelos teóricos do fim da centralidade do trabalho. Buscaremos aqui traçar algumas indicações que apontam para o fato de que o capital não se desvinculou do trabalho, porque a produção de riqueza social no modo de produção capitalista só é possível nos marcos da extração da mais-valia, ou seja, pela exploração do trabalho.

Isso significa dizer que a referência aqui apresentada estrutura-se na defesa de que o trabalho constitui a base fundante do mundo dos homens; que o trabalho é central nas relações sociais capitalistas ou em qualquer época histórica e independentemente do modo de produção.

Porém, quais as bases reais que nos possibilitam apreender este significado histórico que o trabalho tem assumido?

Como se pode ver, ao longo desta pesquisa, as respostas teóricas não são construídas por caminhos fáceis. Em sendo assim, parece-nos que a mediação necessária para responder ao que nos perguntamos, seria redefinir o

questionamento a ser realizado. Se o capital libertou o mundo dos homens do trabalho, através da sociedade pós-industrial ou pós-grande indústria, sociedade informativa etc., por que bilhões de trabalhadores continuam vendendo a sua força de trabalho para garantir a sua limitada sobrevivência?

O que ocorre contemporaneamente é a redefinição de um processo de trabalho mais complexo e contraditório, no qual as linhas divisórias existentes entre o trabalho e o trabalhador coletivo tornam-se mais difíceis de ser visualizadas, assim como não são nítidos os contornos entre pequenos patrões e capitalistas, o que tende a transfigurar-se trabalho em capital.

As modificações postas são expressões potenciadas da subsunção do trabalho ao capital. Contudo, permeado por um processo contraditório, heterogêneo e complexo, o trabalho constitui-se no único recurso da obtenção dos meios de produção e subsistência para a existência humana.

Essas transformações operadas pela simbiose entre grande indústria e acumulação flexível (HARVEY, 2005) modificaram as bases de valorização do capital, através de modernas formas de extração da mais-valia. São refrações desse novo cenário a potencialização do trabalho informal, via terceirizações, que, por sua vez, possibilitam uma interação cada vez mais presente entre a informalidade e a produção capitalista, a ampliação de produtores independentes de mercadorias, e a eliminação do trabalho regido por proteção social, dentre outros fatores. É sobre essas configurações que assume o trabalho na atualidade que trataremos a seguir.

3.1. PRODUÇÃO DE RIQUEZA SOCIAL: A REAFIRMAÇÃO DO TRABALHO ABSTRATO PRODUTIVO

Retornemos à questão inicial, se o capital libertou o mundo dos homens do trabalho, por que temos bilhões de trabalhadores vendendo sua força de trabalho para conseguir os meios de subsistência e sobrevivência?

Ao pensarmos nessa questão, um primeiro elemento de imediato se apresenta: simplesmente por que o capital não pode e não tem condições de produzir riqueza fora da extração e da expropriação da mais-valia, ou seja, da exploração do trabalho.

Independentemente dos avanços científicos e tecnológicos advindos em todo o transcurso da humanidade, o trabalho é fundamental no mundo dos homens, eterna necessidade humana, como nos ensina Marx.

No transcurso desse trabalho, dialogando com autores de perspectiva diversa e também conexas, nosso principal objetivo foi demonstrar que o tempo presente é marcado pela validade do trabalho na produção e reprodução social. Ao fazer isso, também estamos reafirmando a atualidade do pensamento de Marx, acerca da centralidade do trabalho, o qual carece de raízes mais sólidas.

Voltemos, pois, ao próprio Marx, para tratar sobre a centralidade do trabalho nos tempos atuais. Superando as premissas hegelianas²⁸, aceitas incontestavelmente em sua época e centrando sua análise a partir do trabalho, elemento fundante do ser social, Marx elabora e funda uma nova ontologia, calcada na práxis – trabalho. Por meio da análise acerca das condições materiais da vida social, ele busca apreender o movimento real, analisando a vida social em suas raízes.

Segundo Marx (2005), para o homem, porém, a raiz é o próprio homem. Portanto, a análise crítica deve centrar-se no homem, na sua relação com a sociedade e nas condições objetivas estruturantes e estruturadoras da vida social.

Sendo assim, a partir de um longo estudo, Marx desenvolve os pontos axiais de sua ontologia, com base na atividade transformadora – o trabalho. É através do trabalho que se tem o salto ontológico do ser natural para a constituição do ser social. Com base na relação dialética do homem com a natureza é que se tem a origem do gênero humano.

Segundo Marx,

Como criador de valores de uso, como trabalho útil, é o trabalho, por isso, uma condição de existência do homem, independente de todas as formas de sociedade, eterna necessidade natural de mediação do metabolismo entre homem e natureza e, portanto, da vida humana (1996, p.172).

²⁸ Marx supera a perspectiva de captar o movimento do real como objeto de contemplação, ou seja, do pensamento, assim como destacava Hegel; supera a compreensão que a história é produto do espírito humano, que há uma essência insuperável (propriedade privada, mercado, estado) que uma vez atingida, impossibilita qualquer desenvolvimento significativo futuro, reproduzindo uma perspectiva de não alteração da sociabilidade capitalista (LESSA, 2004; MARX, 2007).

O trabalho, para Marx, é a interação orgânica do homem com a natureza. O homem transforma a natureza e ao mesmo tempo se transforma, produzindo, a partir dessa relação, sua historicidade, sociabilidade, consciência, universalidade e liberdade. É através do trabalho que o homem cria a sua própria existência, constitui-se enquanto ser social.

Marx, em *O Capital*, destaca,

Antes de tudo, o trabalho é um processo entre o homem e a natureza, um processo em que o homem, por sua própria ação, media, regula e controla seu metabolismo com a Natureza. Ele mesmo se defronta com a matéria natural como uma força natural. Ele põe em movimento as forças naturais pertencentes à sua corporalidade, braços e pernas, cabeça e mão, a fim de apropriar-se da matéria natural numa forma útil para sua própria vida. Ao atuar, por meio desse movimento, sobre a Natureza externa a ele e ao modificá-la, ele modifica, ao mesmo tempo, sua própria natureza. Ele desenvolve as potências nela adormecidas e sujeita o jogo de suas forças a seu próprio domínio. (...) Pressupomos o trabalho numa forma em que pertence exclusivamente ao homem. Uma aranha executa operações semelhantes às do tecelão, e a abelha envergonha mais de um arquiteto humano com a construção dos favos de suas comeias. Mas o que distingue, de antemão, o pior arquiteto da melhor abelha é que ele construiu o favo em sua cabeça, antes de construí-lo em cera. No fim do processo de trabalho obtém-se um resultado que já no início deste existiu na imaginação do trabalhador, e portanto idealmente (1984, p. 149-150).

O homem realiza o trabalho, que é uma interação orgânica com a natureza, para atender necessidades objetivas de sobrevivência. Neste sentido, a sua atividade é condicionada a uma finalidade antecipada, e o homem partindo desta finalidade, age teleologicamente direcionado, ou seja, sua ação é dotada de sentido, essa é a diferença entre o pior arquiteto e a melhor abelha. Diferentemente da abelha, o homem pensa anteriormente a ação, projeta idealmente a ação.

Destarte, essa ação teleológica é realizada através da objetivação das múltiplas possibilidades prévio-idealizadas pelo homem, isto é, o homem constrói teleologicamente as alternativas concretas para atender necessidades objetivas de sobrevivência e possui a liberdade de efetivá-las através da objetivação. A resultante entre a prévia-ideação e a objetivação constitui a práxis- trabalho.

Cabe ressaltar que o trabalho só se constitui, enquanto tal, diante dessa capacidade teleológica de dimensão reflexiva de seus atos e da objetivação e concretização das alternativas prévias idealizadas.

Portanto, o trabalho possui uma tendência à universalização e à exteriorização, pois é através dessa interação do homem com a natureza que este se torna ser social; é uma atividade teleologicamente orientada. Antes da objetivação, o homem prevê as múltiplas determinações e possibilidades de sua ação, e possibilita uma linguagem articulada, expressando as suas representações sobre as condições objetivas e subjetivas que o cercam.

A partir do momento em que o homem opera mudanças na natureza para atender necessidades objetivas, ele se transforma, e sua atividade lhe possibilita outros horizontes, novas habilidades. Além de satisfazer imediatamente suas necessidades, tem-se a exteriorização da sua atividade que viabiliza a generalização e universalização, produzindo novas mediações e novas possibilidades, que se tornam conhecimento socialmente compartilhado, produzindo objetivações diversas daquelas iniciais.

A atividade humana é portadora de transformações objetivas: produz objetos que atendem necessidades e que, por sua vez, são determinadas historicamente. Esses objetos possuem uma causalidade posta, visto que se constituem na síntese da prévia-ideação e da objetivação, possuindo uma relação diversa do objetivo inicial, diante das diversas condições impostas pela realidade (LESSA; TONET, 2004).

Sendo assim, o trabalho configura-se na atividade auto-criadora do ser social, na incidência primária de um complexo desenvolvimento de objetivações. Ao mesmo tempo em que o ser social, mediado pela práxis, realiza o intercâmbio com a natureza para atender suas necessidades, tem-se a constituição de um complexo processo de universalização de sua atividade produtora de novas necessidades e obviamente de novas objetivações.

O ser humano,

ao atuar(...) sobre a Natureza externa a ele e ao modificá-la, ele modifica, ao mesmo tempo, sua própria natureza.” E esta transformação da natureza e dos indivíduos permite a constante construção de novas situações, de novas relações sociais, de novos

conhecimentos e habilidades, num processo de acumulação constante (e contraditório). É este processo de acumulação de novas situações históricas e de novos conhecimentos – o que significa, de novas necessidades e possibilidades de desenvolvimento – que faz com que o movimento do ser social seja ontologicamente (isto é, no plano do ser) distinto da natureza. O desenvolvimento humano não é o desenvolvimento biológico do animal *Homo sapiens*, mas sim a evolução das relações que os homens estabelecem entre si para garantir a sua reprodução social, o desenvolvimento das formações sociais (LESSA, 2007, p. 145-146).

Assim, as sociedades complexificam-se através do processo dialético exercido pela práxis/trabalho, bem como tem-se o desenvolvimento da humanidade, o aprofundamento de mediações e, principalmente, das (re) definições do processo de (re)produção social. Nesse contexto, ocorrem modificações substanciais nas condições objetivas e subjetivas das sociedades. Estas transformações corroboraram para novos modos de produção, novas maneiras do homem se organizar para atender as suas necessidades.

Ao longo da história dos homens, o processo (re)produtivo das sociedades torna-se complicado, na medida em que ocorre o desenvolvimento das forças produtivas e o das relações de produção, proporcionando um complexo processo que termina dando origem a relações entre os homens que não mais se limitam ao trabalho enquanto tal, mas, constituem a reprodução social.

Dentro desse processo, percebemos que a sociedade caminhou para a reprodução social pautada na produção de excedentes, provocando um antagonismo entre dois pólos: aqueles que detêm o excedente e aqueles que o produzem. Assim, surgem distintas relações de produção e sociais, a partir do modelo comunal, escravista, asiático, feudal e, posteriormente, capitalista.

Mandel (1975) destaca que é através da produtividade do trabalho que se tem o desenvolvimento e o progresso da civilização. Nesse sentido, quanto maior a produtividade do trabalho, maior a luta pela posse desse excedente.

O excedente constitui o sobreproduto social que historicamente vem sendo apropriado pela classe que possui os meios de produção para a realização do trabalho. Sendo assim, a aparição, regularização e generalização da produção de mercadorias possibilitaram a modificação radical da forma como os homens se organizam em sociedade (MANDEL, 1975).

A sociedade não é simplesmente o agregado dos homens e mulheres que a constituem, não é um somatório deles, nem algo que paira acima deles, por outro lado, os membros da sociedade não são átomos, nem mônodas, que reproduziriam a sociedade em miniatura. Não se pode separar a sociedade dos seus membros: *não há sociedade sem que estejam em interação os seus membros singulares, assim como não há seres sociais singulares (homens e mulheres) isolados, fora do sistema de relações que é a sociedade.* O que chamamos sociedade são os modos de existir do ser social; é na sociedade e nos membros que a compõem que o ser social existe: *a sociedade, e seus membros, constitui o ser social e dele se constitui* (NETTO; BRAZ, 2006, p. 37).

Marx (1984) expõe que, no sistema capitalista, com a intensificação da divisão social do trabalho, evidencia-se a emersão da sociedade de classe, na qual o trabalho manual e intelectual separa-se até se oporem como inimigos.

Na medida em que o processo de trabalho é puramente individual, o mesmo trabalhador reúne todas as funções que mais tarde se separam. Na apropriação individual de objetos naturais para seus fins de vida, ele controla a si mesmo. Mais tarde ele será controlado. O homem isolado não pode atuar sobre a Natureza sem a atuação de seus próprios músculos, sob o controle de seu próprio cérebro. Como no sistema natural cabeça e mão estão interligados, o processo de trabalho une o trabalho intelectual com o trabalho manual. Mas tarde separam-se até se oporem como inimigos (MARX, 1984, p. 105).

Com efeito, nesse desenvolvimento da humanidade, podemos destacar que as condições histórico-sociais e as objetivações no processo de (re) produção social motivaram o homem a produzir realidades que o levaram a não se reconhecer na interação orgânica com a natureza, produzindo assim, a alienação (LESSA; TONET, 2004).

Para Marx (1978), a alienação possui suas bases fundantes no trabalho explorado, na propriedade privada e, especialmente, na apropriação do sobreproduto social. Com base no contexto político, econômico, social e cultural de meados do século XIX, diretamente associado ao desenvolvimento do capitalismo, Marx desvenda o processo de estranhamento e de coisificação do trabalhador no

processo de trabalho. E, analisando os pressupostos da economia política, desenvolve sua análise acerca do trabalho alienado, destacando que,

O trabalhador torna-se tanto mais pobre quanto mais riqueza produz, quanto mais a sua produção aumenta em poder e extensão. O trabalhador tornar-se uma mercadoria tanto mais barata, quanto maior o número de bens produz. Com a valorização do mundo das coisas aumenta em proporção directa a desvalorização do mundo dos homens. O trabalho não produz apenas mercadorias; produz-se também a si mesmo e ao trabalhador como uma mercadoria, e justamente na mesma proporção com o que produz bens (MARX, 1963, p.159).

Conseqüentemente, o trabalho reverte-se em um ser estranho ao trabalhador, o mesmo não se reconhece na atividade transformadora. Para Marx, esse fato ocorre devido alguns aspectos. Inicialmente, por que o trabalhador se relaciona ao produto do seu trabalho como a um objeto estranho. Ou seja, que este objeto possui um caráter de exterioridade que o mesmo não se reconhece no objeto produzido. O produto do seu trabalho não atende a necessidades objetivas do trabalhador, mas se constitui em meio de atendimento de outras necessidades, e sendo assim, essa alienação se processa da seguinte forma:

Quanto mais o trabalhador produz, tanto menos tem de consumir; quanto mais valores cria, tanto mais sem valor e mais indigno se torna; quanto mais refinado o seu produto, tanto mais deformado o trabalhador; (...) quanto mais brilhante e pleno de inteligência o trabalho, tanto mais o trabalhador diminui em inteligência e se torna servo da natureza (MARX, 1963, p.161).

A existência da alienação, no produto do trabalho, condiciona a própria alienação no processo de produção, na atividade na qual o trabalhador está inserido produtivamente. Com efeito, o trabalhador também não se reconhece no processo de produção, devido a atividade constituir-se em um instrumento para atender às suas necessidades. Desta forma, o seu trabalho é apropriado por outro, ou seja, a sua atividade não lhe pertence. Esse trabalhador submete-se à expropriação de sua força de trabalho, através da realização de uma dada atividade que ele mesmo não

reconhece, assim como não percebe o processo de expropriação no processo de produção.

Acresce-se que a alienação ocorre tanto na vida genérica como na vida individual, visto que, o homem encontra-se inserido em uma totalidade social eivada por essa dimensão alienante. O trabalho, nesse contexto, constitui-se em meio de vida, pois perde seu caráter de finalidade para atender a necessidades postas. Outro aspecto constitui-se na alienação do homem relativamente ao homem, isto é, existe uma relação de alienação entre os homens para que continuem a desempenhar as atividades e atribuições que o sistema capitalista lhes impõe.

Marx (1978) destaca que este processo de alienação não é natural, mas fruto do próprio homem; é produto da história, representa a complexificação das mediações postas pelo homem em relação à natureza e às diversas mediações constituídas em meio à reprodução social. Através da dimensão materialista histórico-dialética, o autor desenvolve os nexos existentes entre o complexo processo de alienação.

É nesse processo de exploração da força de trabalho e na sua transformação em mercadoria que a relação capital-trabalho condiciona a reprodução, a acumulação e valorização do capital, originando-se assim a subsunção do trabalho ao capital.

Como a referência é o marco presente, pode-se sinalizar que o desenvolvimento capitalista vem procurando incessantemente a ampliação de formas de extração de mais-valia. A acumulação capitalista agrega formas de extração que combinam processos alternantes de mais-valia absoluta e relativa. Nunca o capital teve tanta liberdade na exploração do trabalho, porém contraditoriamente, nos últimos tempos, impõem-se limites estruturais, diante das seqüelas provocadas pelo próprio transcurso do sistema produtor de mercadorias.

Essa quadra histórica aprofunda uma tendência destrutiva para a vida social, centrada na órbita do capital, que, para além de representar uma dimensão econômica, “é um modo multifacetado de reprodução sociometabólica que o abarca totalmente e que afeta profundamente cada aspecto da vida, desde o diretamente material e econômico até as relações culturais mais mediadas (MÉSZÁROS, 2004, p.102).

Evidencia-se, nesse contexto, um significativo momento de destituição do caráter civilizatório do capital. Esgotam-se as condições de desenvolvimento social

em nome da incansável e impossível possibilidade de questionamento do agudo movimento do capital e sua valorização. Nessa oportunidade, Meszaros (2009) adverte para o caráter da destrutividade do sistema capitalista, tanto militarmente como por meio da destruição em curso da natureza.

Nessa direção, Marx, ao tratar sobre a produção capitalista, destaca que

O verdadeiro limite da produção capitalista é o próprio capital; é o fato de que, nela, são o capital e a sua própria valorização que constituem o ponto de partida e a meta, o motivo e o fim da produção. O meio empregado – desenvolvimento incondicional das forças sociais produtivas – choca constantemente com o fim perseguido, que é um fim limitado: a valorização do capital existente (CHESNAIS, 2010, p. 01 apud MARX, 1973, III, p. 248).

Em sendo assim, os limites da produção capitalista encontram-se no próprio processo de constituição da valorização do capital, ou seja, no próprio capital. Isso significa dizer que, com base nas determinações histórico-concretas do capital, agudizam-se os processos incansáveis e ininterruptos de valorização que conformam o atual estágio de esgotamento de seu desenvolvimento.

As respostas para o capital, embora o tenham restaurado, assim como apresenta Ruy Braga, não superaram os limites históricos do longo processo de desenvolvimento capitalista. Ao contrário, vêm gerando uma restauração de processos devastadores e insustentáveis de barbárie na vida social, principalmente no âmbito do trabalho.

De acordo com Mészáros,

O sistema do capital é essencialmente antagônico devido à estrutura hierárquica de subordinação do trabalho ao capital, o qual usurpa totalmente — e deve sempre usurpar — o poder de tomar decisões. Este antagonismo estrutural prevalece em todo lugar, do menor “microcosmo” constitutivo ao “macrocosmo” abarcando as relações e estruturas reprodutivas mais abrangentes. E, precisamente porque o antagonismo é estrutural, o sistema do capital é — e sempre deverá permanecer assim — irreformável e incontrolável (2000, p.5)

Em decorrência do grande índice de desemprego que assola milhares de trabalhadores em todo o mundo, e pelo caráter estrutural que este assume, emergem iniciativas nas quais potencia-se ainda mais a subsunção do trabalho ao capital.

Assim, o objetivo do capital nesse período de transformações societárias, pautadas em ajustes estruturais, é acumular. Independente da forma e das conseqüências, o seu intuito é a valorização do capital.

Acumular continua sendo o propósito capitalista, razão por que são necessários os ajustes. Sob outra ótica, o capital não existiria. Portanto, tendo em vista a manutenção do sistema, promovem-se alterações na ordem, desde que a lógica permaneça. “A sociedade tem que ser modelada de maneira tal a permitir que o sistema funcione de acordo com as suas próprias leis” (Polanyi, 1980:72). Assim, o impulso da lei do valor ora convoca, ora liberta trabalhadores, ora os assalaria, ora usa sua força de trabalho na clandestinidade (TAVARES, 2004, p.41).

Nesse contexto convém demarcar esta última frase da citação, *o impulso da lei do valor “ora convoca, ora liberta trabalhadores, ora os assalaria, ora usa sua força de trabalho na clandestinidade”*. Este complexo movimento de exploração traduz o atual cenário vivenciado pela organização do trabalho, uma simbiose de configurações na produção de mais-valia, que ao invés de cancelar a eminência da grande indústria a reatualiza. E, para além dela, agregam-se formas diversas de extração do sobreproduto social, sem que isso signifique superação da lei geral da acumulação capitalista.

As expressões práticas deste processo na vida social são devastadoras, principalmente, quando nossa referência é a classe trabalhadora. Ao passo que se ampliam as bases de sustentação da acumulação capitalista necessariamente na mesma proporção ampliam-se as bases da exploração do trabalho. As refrações desta exploração na contemporaneidade, ou seja, da subsunção do trabalho ao capital é alvo das nossas preocupações a seguir.

3.2. AS EXPRESSÕES DA SUBSUNÇÃO REAL DO TRABALHO AO CAPITAL NA ATUALMENTE

Na mesma direção das indagações e análises desenvolvidas no transcurso deste trabalho, parece-nos salutar a seguinte indagação: Se o trabalho é uma categoria anacrônica aos nossos tempos, por que o capital transforma os trabalhadores em pequenos empresários (personificação do capital) ou em prestadores de serviço e continua acumulando capital através do seu trabalho?

Nos últimos tempos, o capital, no intuito de possibilitar o processo de valorização do valor, vem incorporando formas diversas de extração de sobretrabalho que fogem de uma padronização única e fechada para defini-lo. Por isso, na seção anterior, foi dito que a organização do trabalho assume uma complexa simbiose de formas na produção de mercadorias e extração de mais-valia.

Ora, com o desenvolvimento das forças produtivas tem-se uma maior capacidade produtiva, no tocante à égide do sistema produtor de mercadorias, ocasionando, conseqüentemente, menos horas destinadas ao intercâmbio orgânico com a natureza.

Por conseguinte, outras configurações são observadas na organização do trabalho, como a redução do tempo necessário para a produção e a ampliação da mais-valia fora do intercâmbio orgânico com a natureza, através dos serviços. Na mesma direção, observa-se uma redução do número relativo e absoluto dos proletários; cresce a potencialização da extração de mais-valia, seja absoluta ou relativa; dá-se a ampliação da informalidade do trabalho; tem-se a intensificação da incorporação do trabalho feminino e, por fim, evidencia-se a quebra das formas organizativas, fomentada por meio de um ideário, pelo qual se dissemina a impossibilidade de luta coletiva e de que os movimentos contestatórios por parte dos trabalhadores além de não apresentarem melhorias nas condições de vida e trabalho, os levariam conseqüentemente a perda de postos de emprego.

Com base no movimento de quebra dos dispositivos de luta e de organização da classe trabalhadora, o capital impõe uma submissão do trabalhador às amargas medidas desestruturadoras e desregulamentadoras das condições de trabalho, que

embora possuam uma forte tendência de amoldamento da classe trabalhadora à ordem do capital, de longe não esgotam as formas de resistência e lutas sociais.

Em um contexto em que o sistema produtor de mercadorias impõe que a realização da mais-valia, via consumo, seja cada vez mais rápida, produção e venda devem ser concomitantes e as mercadorias devem proporcionalmente ter um tempo de vida útil limitado, como estratégia para retroalimentar a rotação do capital.

Por isso, em seu sentido e tendências mais gerais, o modo de produção capitalista converte-se em inimigo da durabilidade dos produtos; ele deve inclusive desencorajar e mesmo inviabilizar as práticas produtivas orientadas para a durabilidade, o que o leva a subverter deliberadamente sua qualidade. A “qualidade total” torna-se, ela também, a negação da durabilidade das mercadorias. Quanto mais “qualidade” as mercadorias aparentam (e aqui a aparência faz a diferença), menor tempo de duração elas devem efetivamente ter. Desperdício e destrutividade acabam sendo os seus traços determinantes (LESSA, 2007, p. 51).

Parece-nos que estas duas dimensões “desperdício e destrutividade” são traços importantes para se caracterizar a produção capitalista. Não é episódico, nos tempos de hoje, a avalanche de produtos descartáveis que são jogados no mercado, visto que a dinamicidade e inutilidade das mercadorias, em tempos cada vez mais curtos, é algo mais que visível.

Uma consequência histórica pode ser abstraída dessa perspectiva: qual a fórmula que possibilita o consumo desenfreado e a descartabilidade das mercadorias em tempos tão curtos? Óbvio que as respostas estão longe de serem tratadas neste trabalho; mas, sumariamente, podemos aqui esboçar que dois elementos são indispensáveis para uma resposta que expresse a aproximação do real. A primeira consiste na socialização da produção, ou melhor, na produção ampliada com o tempo socialmente necessário reduzido. A segunda impõe a necessidade de preços baixos dos produtos.

Mas, diante desse contexto, outra pergunta viria à tona - como uma mercadoria se expressa de forma barateada ao buscarmos a realização no consumo? Para este fim, necessariamente o capital encontra a resposta: na potencialização da exploração do trabalho no processo produtivo e na socialização

dos custos de produção impostas àqueles que se encontram no mercado em condição de vendedores da força de trabalho.

A capacidade produtiva reduz de forma gradativa o tempo socialmente necessário para a produção de mercadorias. Mas, contraditoriamente, não há a efetivação do tempo livre ou socialização da riqueza socialmente produzida na vida dos trabalhadores, principalmente, por que o objetivo precípua do capital não é o provimento das necessidades sociais, mas sim das necessidades do capital, ou seja, da sua reprodução ampliada.

Na mesma direção, é palpável a eliminação dos gastos com proteção social. Destitui-se os trabalhadores da seguridade social e transfere este campo para a mercantilização e balcanização de serviços a serem ofertados pelo mercado.

A confirmação deste cenário desolador é demonstrada pelas formas degradantes, desumanas, insalubres, precarizadas, com baixos salários que parte significativa dos trabalhadores no mundo, são impelidos a submeterem-se no intuito de conseguir o mínimo necessário para a reprodução social.

Evidencia-se, nos tempos atuais, um gradativo aumento de extração de mais-valia fora do intercâmbio orgânico com a natureza, sobretudo através dos serviços. O capital reatualiza-se e, por vezes, criando funções e profissões que são inseridas no processo de valorização do capital. *Praticamente todas as profissões foram convertidas em produtores de mercadorias: da educação à saúde, da religião ao lazer, o capital encontrou novas mediações para a geração de mais-valia*²⁹.

Porém cabe ressaltar que, embora essas profissões sejam erguidas com o objetivo de contribuir com o processo de valorização do capital, não produzem um átomo sequer de conteúdo material da riqueza social (LESSA, 2007). Dessa forma, mesmo havendo um aumento no setor de serviços, isso não atesta, em nenhuma hipótese, o fim do trabalho produtor de riqueza social; ao contrário, só demonstra o caráter destrutivo imposto pelo sistema do capital à vida social e confirma a lógica contraditória da acumulação capitalista.

Em decorrência da redução do tempo socialmente necessário para a produção de mercadorias, graças ao avanço das capacidades produtivas é evidenciado, também, uma, relativa diminuição dos proletários, se considerada a pobreza absoluta. Outros fatores, como os programas de renda mínima podem reduzir a

²⁹ LESSA, S. Trabalho e Proletariado no Capitalismo Contemporâneo. São Paulo, Cortez, 2007, p. 315.

pobreza, o que não significa menos desigualdade. “O Brasil permanece sendo um país atrasado e injusto, embora seja muito menos pobre do que há meio século” (ARCARY, 2010, p.14).

Neste sentido, destaca Branco,

O decréscimo do capital variável na composição orgânica do capital significa a expulsão, temporária ou estrutural, de trabalhadores do processo de trabalho, mesmo que seu número absoluto cresça. Com a expulsão dos trabalhadores, o modo de produção capitalista cria o que Marx chamou de exército industrial de reserva, uma população de trabalhadores excedente não em relação aos meios de subsistência, como sustentava Malthus, mas em relação aos meios de produção.

Ora, o atual estágio do capital, impõe uma tendência já consagrada desde o século XIX, no qual o progresso da produção capitalista ocasiona uma gradativa diminuição do investimento em capital variável em detrimento do capital constante. Diante disso, evidencia-se um agudecimento dos marcos dessa relação, com uma característica impar, a redução da força de trabalho no processo de transformação da natureza nos bens necessários para subsistência e meios de produção.

Essa constatação, em nada anula a importância do trabalho, assim como, não expõe consequentemente à eliminação das bases da lei do valor, e, por conseguinte, da eliminação das consequências inerentes ao capitalismo, dentre elas a pobreza vivenciada por parcela significativa dos trabalhadores. Contudo, esse fato presente em grande parte do mundo vem sendo utilizado por diversos teóricos como um dos argumentos que vaticinam o fim do proletariado e consequentemente do trabalho, à semelhança das teses defendidas por Gorz (1982) e Off (1995).

Estes autores demonstram a redução do proletariado diante das transformações provocadas pela reestruturação produtiva nas últimas décadas, porém suas análises ultrapassam os limites do real ao decretarem o fim dessa classe.

Essa suposta redução do proletariado é originária em decorrência de uma tendência à expansão de formas “autônomas” de trabalho, que redundam na chamada crise do assalariamento. Devido às transformações operadas na organização do

trabalho com a pretensa “liberdade do trabalho”, o assalariamento estaria em vias de extinção.

Na verdade, o assalariamento tem se expandido, sob formas mascaradas de autonomia. Isso tanto pode ser visto na indústria – através das formas já mencionadas, via salário por peça – quanto nos serviços. Nestes, até profissionais, antes ditos liberais, foram obrigados a ter pelo menos uma relação assalariada, entre outras. É, por exemplo, o caso de médicos, dentistas, advogados etc. Têm razão Tavares (2004) quando afirma a generalização do trabalho abstrato, sob relações que obscurecem o assalariamento, o que dá lugar a afirmações equivocadas, como o fim do trabalho.

Diferentemente dos teóricos que pregam a crise do assalariamento, o que se verifica é a ampliação exponencial do assalariamento através de diversos regimes de trabalho, ou seja, o trabalho assalariado continua sendo a base da sociedade capitalista. Ao desenvolver uma pesquisa acerca do assalariamento, Carleial apresenta um quadro importante para as reflexões aqui tratadas:

(...) Os EUA em 1960,(enquanto indicadores de assalariamento) 83,89% dos ocupados estavam sob a forma de assalariados e em 1999, 92,34% estavam nesta condição. A França, apresentava em 1970, 76,27% dos ocupados na condição de assalariado e em 1998, 87,66%. O Japão em 1960, possuía mais da metade dos ocupados (53,88%) na condição de assalariado e em 1995, 81,19%; a Espanha em 1976, detinha 68,84 dos ocupados como assalariado e em 1999, 78,43%. (...) As transformações recentes sejam sob quais títulos queiramos referi-las: ohnismo, globalização, reestruturação produtiva etc em nada abalou a base da organização capitalista (2000, p. 13-14).

Pelo exposto, independente da gestão do trabalho, o assalariamento continua sendo o meio pelo qual a classe trabalhadora se submete à exploração do trabalho. Os índices são reveladores ao apontarem um aumento do assalariamento após a implementação da reestruturação produtiva, demonstrando que a venda e compra da força de trabalho continua sendo a *condition sine qua non* de subsunção do trabalho ao capital.

É evidenciado que temos uma ampliação do assalariamento nos últimos tempos, sobretudo devido a ampliação dos serviços; porém é percebida uma

redução do proletariado, na sua versão clássica. Hoje, nos países mais desenvolvidos, menos de 20% da força de trabalho está empregada na transformação da natureza (Lessa, 2007. p.315).

Diante desta análise, muitos apontam o fim do trabalho e a abortada missão histórica delegada ao proletariado. No entanto, faz-se necessário compreender que inversamente os elementos apresentados reafirmam a distinção existente entre trabalho produtivo e improdutivo, assim como a linha clara e precisa que separa os que produzem e valorizam o capital daqueles que só valorizam o capital. A redução do proletariado em nada diminui a importância do trabalho, muito menos anula sua centralidade no mundo dos homens, mas apenas reafirma a distinção entre assalariados e proletários nos tempos atuais (LESSA, 2007).

Acresce-se a estes elementos que a produção de riqueza atual assume configurações diversas, potencializando a extração de mais-valia, seja ela absoluta ou relativa.

Como afirma Marx (1978), a mais-valia é uma relação social, consubstanciada pela exploração da força de trabalho, que se constitui na única mercadoria capaz de gerar um valor indefinidamente superior no processo produtivo, e esta relação social só é possível pelas próprias particularidades do sistema capitalista. No transcurso do desenvolvimento do sistema, um processo devastador imposto à classe trabalhadora teve que ser erguido,

Assalaria-se a força de trabalho e, portanto, se retira dela a capacidade de consumo independente dos produtos, precisamente com o objetivo de fazê-la produzir; e é privada do controle sobre o produto criado precisamente com o objetivo de assalariá-la de novo; e é afastada da organização do processo de trabalho precisamente para ser mantida em desapossamento em ambos os termos da relação e se reproduzir como produtora assalariada (BERNARDO, 2009, p.30).

Para João Bernardo (2009), existe um fio condutor importantíssimo para a análise que estamos desenvolvendo. Segundo o referido estudioso, o processo de mais-valia³⁰ é reflexo não de aspectos técnicos, científicos, mas da contradição

³⁰ Para João Bernardo, a Mais Valia se constitui quando “O tempo de trabalho incorporado na força de trabalho é menor do que o tempo de trabalho que a força de trabalho é capaz de despendar no processo de produção (2009, p. 27).

da luta de classes, da pressão e reivindicação desenvolvida pela classe trabalhadora.

O tempo presente combina a exploração da força de trabalho tanto por meio da mais-valia relativa, devido o crescimento exponencial da capacidade produtiva através da automação do processo de produção pelo incremento técnico-científico, como por meio, da mais-valia absoluta.

É a mais-valia relativa que garante a reprodução alargada do capital, a expansão do modo de produção. O que não significa, porém, que seja essa a forma de atuação constante do capitalismo, em todos os períodos, regiões e situações. Ao contrário, a desigual repartição da mais-valia entre os capitalistas (...) explica que sejam tão variadas as suas possibilidades de resposta às reivindicações dos trabalhadores (BERNARDO, 2009, p.139).

Os elementos tratados anteriormente no caso da empresa Foxconn é exemplar neste aspecto. Reitera-se o processo de extração de mais-valia relativa através de denso e duplo movimento de desvalorização da força de trabalho e o reforço das suas capacidades de trabalho (BERNARDO, 2002). Mas também evidencia-se a extração de mais-valia absoluta, por meio da reatualização de formas de produção pré-capitalistas. Nesse horizonte, tem-se o trabalho em domicílio, a produção independente de mercadorias, o trabalho forçado e a cooperação de trabalhadores em arranjos produtivos.

Indistintamente, o capital objetivando atender plenamente seus interesses, assim como garantir a continuidade das amarras de exploração do trabalho, ajusta formas de extração de mais-valia, seja ela absoluta e/ou relativa, respondendo às reivindicações e pressões dos trabalhadores.

Nesse sentido, a extração de mais-valia absorve efetivamente a ampliação do sobretrabalho, “pela mais-valia relativa, aumenta-se indiretamente o período de criação do novo valor que está para além do tempo de trabalho necessário e, na mais-valia absoluta, esse período é aumentado diretamente” (BERNARDO, 2009, p.140).

Temos como exemplo o caso da transnacional Benetton, empresa destinada ao vestuário de moda. Sua marca se expressa nas roupas Jeans's West, Merceries, Sisley, Tomato, My Market e Benetton. A empresa agrega a mais-valia relativa e absoluta, através da minimização dos custos de produção e ampliação da

flexibilidade, por meio da descentralização produtiva e de novas tecnologias de informação e microeletrônica,

Ele agora emprega 1.500 trabalhadores e coloca trabalho fora (“puts work out”) cerca de 10.000 trabalhadores. Os trabalhadores diretamente empregados trabalham em pequenas plantas, de cerca de 50 a 60 empregados, onde o sindicato é ausente ou impedido de entrar; b) em sua estrutura de mercado, Benetton possui 2.000 pontos de vendas, mas não é proprietário de nenhum deles. Ele lhes fornece direito de exclusividade. Esta estratégia reduz efetivamente não apenas o preço da venda do produto, pela supressão do atacadista, mas também externaliza riscos resultantes da flutuação da demanda; c) os computadores são utilizados para acompanhar o curso da produção e vendas, e para analisar rapidamente as tendências de mercado. Estoques são mantidos em um mínimo de roupas não pintadas, que são tingidas quando necessárias” (LUPATINI, 2010, p.6 apud MURRAY, 1983, p. 18-9).

A Benetton se utiliza de uma rede moderna e sofisticada de exploração do trabalho, pautada em um modelo não tão sofisticado e moderno, o trabalho domiciliar e/ou em pequenas empresas que são responsáveis pela produção, sob a égide de condições precárias e desumanas de trabalho, com baixos salários e ausência de direitos sociais.

Ora, o movimento do capital não é uniforme, assim como a extração de mais-valia absoluta e relativa são estáticos e inalteráveis: em patamar mundial, a mais-valia responde a contradição da luta de classes, expressando o estágio de desenvolvimento do capital, e também, as reivindicações e pressões da classe trabalhadora. Chossudovsky em estudo realizado nas fábricas em Bangladesh resgata esta disparidade de formas de extração de mais valia,

Os dados colhidos no âmbito da fábrica em Bangladesh permitem a identificação aproximada da composição dos custos e da distribuição dos lucros na indústria de roupas para exportação: o preço de fábrica de uma dúzia de camisas é de US\$ 36 a US\$ 40 (FOB). Todos os equipamentos e matérias-primas são importados. O preço de varejo das camisas nos Estados Unidos é de aproximadamente US\$ 22 a unidade ou US\$ 266 a dúzia (...). As mulheres e crianças que trabalham nas fábricas de roupas de Bangladesh recebem aproximadamente US\$ 20 por mês, pelo menos cinquenta vezes abaixo do salário mensal dos empregados do mesmo setor na América do Norte. Menos de 2% do valor total da mercadoria cabe aos produtores diretos (os empregados) na forma de salários. O produtor “competidor” independente do Terceiro Mundo tem um lucro industrial de 1%. O resto obtido da subtração do preço de compra na fábrica do preço final de venda no varejo (US\$ 266 – US\$ 38 =

US\$ 228) é dividido essencialmente em três componentes: 1.) lucro comercial dos distribuidores internacionais, dos atacadistas e varejistas (...); 2. custos reais de circulação (...); 3. impostos (...). Embora o preço de varejo seja sete vezes o de fábrica, o lucro não vai necessariamente para os pequenos varejistas nos países desenvolvidos. Grande parte do excedente gerado no comércio atacadista e varejista é apropriada, na forma de pagamentos de aluguéis e juros, pelos poderosos interesses comerciais, imobiliários e bancários (1999, p.77-8).

Diante do exposto, torna-se perceptível que a produção é transnacionalizada, fundamenta-se na descentralização produtiva e, principalmente, nas disparidades de extração de mais-valia. Pode-se aqui observar que o trabalho necessário dos trabalhadores situados nos países ditos de “Terceiro Mundo” são diferenciados daqueles que habitam os países desenvolvidos. Esta relação demonstra a contradição que envolve a obtenção de sobretrabalho; suas configurações são produto das relações sociais contraditórias, da organização, da reivindicação e luta da classe trabalhadora.

Em sendo assim, a produção capitalista alicerça-se na potencialização já consagrada do modelo da grande indústria, além de reatualizar modelos tradicionais de organização do trabalho com novas roupagens que permitem defender uma perspectiva de “liberdade e autonomia do trabalho”.

Nas últimas décadas registram-se no âmbito da produção capitalista uma aposta no trabalho informal³¹ em detrimento do trabalho formal, levando aos fios cada vez mais (in)visíveis da informalidade e precarização do trabalho (TAVARES, 2004).

Mediante uma suposta igualdade formal, o trabalho assalariado é transformado, sob modalidades diversas, em trabalho autônomo ou em pequena empresa. E com esse simples artifício a relação empregado/empregador é metamorfoseada numa negociação entre agentes econômicos que se encontram em iguais condições na esfera da circulação de mercadorias (TAVARES, 2004, p.17).

Sob a feição da participação e do colaboracionismo, as plantas industriais e o setor de serviços instauram mecanismos de cooperação e autogestão, na égide dos

³¹ Trabalho Informal expressa, “*toda relação entre capital e trabalho na qual a compra da força de trabalho é dissimulada por mecanismos que descaracterizam a relação formal de assalariamento, dando a impressão de uma relação de compra e venda de mercadoria*” (TAVARES, 2004, p. 49).

chamados arranjos produtivos locais - associações, grupos produtivos locais e cooperativas.

Nas atividades propostas pelos arranjos produtivos locais, observa-se uma gama de atividades que potencia o máximo a extração de mais-valia, sem o controle explícito do capital, o próprio trabalhador assume esta tarefa. Por meio de diversas modalidades de trabalho, substanciadas nas experiências de cooperação entre grupos e arranjos familiares se aposta *que “cada vez mais trabalhadores ingressem no mercado de trabalho pela via da informalidade, uma vez que isso reduz o custo variável da produção, o que se constitui numa alternativa para a superação da crise”* (TAVARES, 2010, p.30-31).

Com o discurso da autogestão, autonomia, empoderamento, liberdade, empreendedorismo e emancipação, o capital impõe uma rotina de exploração do trabalho na qual o próprio trabalhador personifica o capital, assumindo, contraditoriamente, as funções de explorado e de explorador de si mesmo.

Deliberadamente, esta tendência, largamente difundida, demonstra a liberdade do capital frente aos custos do trabalho. Cancela-se quaisquer que sejam os direitos e proteção social impostos à produção e ampliam-se exponencialmente os lucros e valorização do capital.

Portanto, o que estamos a afirmar é que o capital insistentemente encontra formas de extração de mais-valia, que lhe poupe de custos sociais, e lhe garantam maior nível de valorização do capital. Pouco importa ao capital a forma como esta extração de mais-valia é desenvolvida, se por meio de rigidez ou flexibilidade, o que vale para o sistema produtor de mercadorias é qual à medida que lhe permite acumular mais capital.

Assim sendo, o trabalho informal é acionado enquanto mecanismo indispensável à acumulação capitalista contemporânea. A forma de exploração camuflada pelos discursos de autonomia e liberdade se dá pelo *“assalariamento por peça, ou por produção, como é mais conhecido* (TAVARES, 2010, p.32).

Nesta forma de exploração, *“dado o salário por peça, é naturalmente do interesse pessoal do trabalhador aplicar sua força de trabalho o mais intensamente possível, o que facilita ao capitalista elevar o grau normal de intensidade”*.³²

A este respeito, Marx destaca:

³² LESSA, 2007, p. 160 Apud MARX 1985.

Como qualidade e intensidade do trabalho são controladas aqui pela própria forma do salário, esta torna grande parte da supervisão do trabalho supérflua. Ela constitui, por isso, a base tanto do moderno trabalho domiciliar anteriormente descrito como de um sistema hierarquicamente organizado de exploração e opressão. Este último possui duas formas fundamentais. O salário por peça facilita, por um lado, a interposição de parasitas entre o capitalista e o trabalhador assalariado, o subarrendamento do trabalho. o ganho dos intermediários decorre exclusivamente da diferença entre o preço do trabalho que o capitalista paga e a parte desse preço que eles realmente deixam chegar ao trabalhador. Esse sistema chama-se na Inglaterra caracteristicamente de sweating-system (sistema de sudor). Por outro lado, o salário por peça permite ao capitalista concluir com o trabalhador principalmente – na manufatura com o chefe de um grupo, nas minas com o quebrador de carvão etc., na fábrica com o operador de máquina propriamente dito – um contrato de tanto por peça, a um preço pelo qual o próprio trabalhador principal se encarrega da contratação e pagamento de seus trabalhadores auxiliares. A exploração dos trabalhadores pelo capital se realiza aqui mediada pela exploração do trabalhador pelo trabalhador (MARX, 1985, p. 141).

Diante das péssimas condições de vida e trabalho, cabe ao trabalhador veloz e desesperadamente buscar condições mínimas de reprodução social. Sob o véu da “liberdade do trabalhador” frente ao capital, *“é interesse pessoal do trabalhador prolongar a jornada de trabalho, pois com isso sobe seu salário diário ou semanal”*

³³.

Por si só, este argumento legitima o movimento tendencial de proliferação de arranjos produtivos locais, e o amplo incentivo dado por organizações internacionais da envergadura do Banco Mundial e Fundo Monetário Internacional.

A consequência deste fator não altera em nada a lei do valor pensada por Marx, ao contrário aprofunda o processo de alienação e extração da mais-valia:

Isso naturalmente nada altera na relação geral entre capital e trabalho assalariado. Primeiro, as diferenças individuais se compensam na oficina em seu conjunto, de modo que, em determinado tempo de trabalho, ela fornece o produto médio e o salário global pago será o salário médio do ramo de atividade, segundo, a proporção entre salário e mais-valia permanece inalterada, pois ao salário individual do trabalhador isolado corresponde a massa de mais-valia individualmente fornecida por ele. Mas a maior liberdade que o salário por peça oferece à individualidade tende a desenvolver, por um lado, a individualidade, e

³³ Idem

com ela o sentimento de liberdade, a independência e autocontrole dos trabalhadores; por outro lado, a concorrência entre eles e de uns contra os outros (MARX, 1985, p.141-142 – Lessa- p.161)

Diante disso, podemos apreender que o trabalho informal para além de algo esporádico e/ou norteado para ações assistenciais é funcional a acumulação capitalista (TAVARES, 2010).

Na mesma proporção, cresce a exploração do trabalho em sua modalidade mais cruel, o trabalho escravo. Para Tavares, o trabalho escravo é uma expressão presente nos tempos atuais, e aponta suas expressões tendo como expoente o Brasil.

O desenvolvimento capitalista não destruiu todas as formas de trabalho pré-capitalistas. Dentre as atividades que não se inscrevem nem como trabalho produtivo nem como improdutivo, continuam existindo ocupações com características feudais e até escravistas. Neste século XXI, o Brasil que investe em energia nuclear ainda registra práticas escravistas. E essa modalidade de trabalho não está restrita a espaços econômicos atrasados, como é razoável supor. Ao contrário, dentre os responsáveis por essa prática há muitos latifundiários produzindo com alta tecnologia para o mercado consumidor interno ou para o mercado internacional (OIT BRASIL, 2005). No Brasil, a pecuária é uma das principais atividades que utilizam o trabalho escravo para tarefas como derrubada da mata, com o objetivo de abrir ou ampliar áreas de pastagens. Mas a escravização não se restringe às atividades rurais. Se não como produtor de matéria-prima, mas de matéria auxiliar, o trabalho escravo se articula, às vezes, à indústria de ponta, a exemplo das carvoarias, cuja maior parte da produção se destina às siderúrgicas, segmento imprescindível à indústria automobilística (TAVARES, 2008 p. 7-8).

O pensamento liberal preceitua que as determinações de melhorias das condições de trabalho e vida do trabalhador são atreladas as melhorias e condições do acúmulo de lucros dos ramos produtivos e de serviços. Nada mais ilusório e utópico do que essa falsa democratização entre capitalista e trabalhador. O que de fato é visto é a entrada dos produtores independentes de mercadorias no mercado, em proporções de desigualdades abissais com os capitalistas.

Consubstanciado pelo paradigma neoliberal, e o desmonte que este implementa no âmbito dos direitos sociais, e, sobretudo na adequação dos princípios e objetivos do capital, evidencia-se um fenômeno importante no âmbito do trabalho, ao passo que o trabalho formal, regido por proteção social e direitos torna-se um peso para a concretização dos objetivos da ampliação do capital percebe-se um movimento de erguimento das formas de informalidade,

Na medida em que o aumento da produtividade e a desregulamentação das relações de trabalho contribuem para a disponibilidade crescente da força de trabalho à procura de emprego e para fragilizar as negociações coletivas, o trabalho formal, estável, em tempo integral e socialmente protegido tende a ser uma categoria do passado (TAVARES, 2002 p.52).

Ao tratar dessas novas formas de exploração da força de trabalho, especialmente inspiradas nas experiências da Terceira Itália, diferente do apregoado pela corrente da especialização flexível que destaca a autonomia do trabalho e a resignificação das relações de produção em contraponto a produção capitalista, Tavares destaca:

Em tempo de especialização flexível, defendemos a hipótese de que já não é preciso reunir trabalhadores mediante uma relação de assalariamento para que o trabalho se torne cooperativo. Sem que seja necessário manter simultaneamente empregados muitos trabalhadores, agora eles são reunidos sob a forma de pequenas empresas, distribuem as operações entre diferentes braços, encurtam o tempo de trabalho necessário para a fabricação de um produto global, e com essa grandeza de massa de trabalho atendem às demandas diferenciadas de bens de consumo, com a flexibilidade exigida pelo mercado e sem a forte “rigidez” salarial da produção fordista. Os APLs podem ser a nova forma, o que não altera em nada a essência do modo de produção capitalista, tão pouco elimina as contradições inerentes ao seu desenvolvimento (2008, p.18).

Desta forma, transfere-se para este “novo trabalhador” a função de vigilância e controle das atividades desenvolvidas pelos seus pares. Subjacente a essas ações

encontra-se o escopo das estratégias do capital para o perfil exigido de trabalhador nos marcos do tempo presente.

Exige-se um trabalhador que vise incessantemente a produtividade do capital e ao mesmo tempo seja o senhor de sua própria exploração, controlador da sua produtividade e desempenho.

Acresce-se a essa tendência, o crescimento exponencial de contingentes de mulheres inseridas enquanto força de trabalho na produção capitalista e no âmbito dos serviços.

(...) na Itália, aproximadamente um milhão de postos de trabalho, criados nos anos [19]80, majoritariamente no setor de serviços, mas com repercussões também nas fábricas, foram ocupadas por mulheres (Stuppini, 1991:50). Do volume de empregos em tempo parcial gerados na França entre 1982 e 1986, mas de 80% foram preenchidos pela força de trabalho feminino (Bihr, 1991: 89). Isso permite dizer que esse contingente tem aumentado em praticamente todos os países e, apesar das diferenças nacionais, a presença feminina representa mais de 40% do total da força de trabalho em muitos países capitalistas avançados (ANTUNES, 2007, p.54).

Em razão disso, a exploração da força do trabalho incide com fôlego na vida da classe trabalhadora, reafirmando, dentre as muitas outras divisões, a divisão sexual do trabalho, de acordo com Helena Hirata (2002).

Assim como destacamos anteriormente, as formas de extração de força de trabalho são históricas, produto do modo como os indivíduos se relacionam para o provimento de suas necessidades. Nesta direção, Hirata (2002) desenvolve uma análise com base no estudo da divisão sexual do trabalho resgatando essa processualidade histórica no que diz respeito às relações de gênero.

A autora em suas reflexões aponta para o fato que a sociabilidade contemporânea reafirma em sua organização do trabalho, a divisão sexual do trabalho sob a base da reafirmação da propriedade privada, do patriarcalismo, do mando e relações de poder, que se expressa no que diz respeito à inserção das mulheres no âmbito do trabalho em suas formas mais agudas de precarização, baixos salários, ampliação de jornada de trabalho e informalidade.

Não é casual que a quadra histórica registre uma dificuldade objetiva de organização coletiva da classe trabalhadora. As reconfigurações do trabalho

afetaram enormemente as formas de organização e luta da classe trabalhadora. A precarização, o trabalho parcelizado, temporário, autônomo, subcontratado, tercerizado impõe uma lógica falseada de liberdade do trabalho que carrega consigo a percepção de desvinculação ontológica de pertencimento de classe, e determina subjetivamente a consciência de classe dos trabalhadores.

É lugar comum, hoje, a dificuldade de aglutinar trabalhadores em prol de pautas reivindicativas de melhores condições de vida e trabalho, são comuns as diminuições e esvaziamentos do número de trabalhadores nos espaços sindicais, nas greves, manifestações e mobilizações efetivas da luta de classes.

Esses fatos aqui expostos não anulam o fim da luta de classes, nem de longe asseveram o esgotamento da organização coletiva. Mas imprimem uma lógica real do processo de organização da produção que, por um lado, é marcada, pela cultura da crise, que prega o credo do individualismo³⁴, da suposta impossibilidade de construção coletiva, do trabalhador autônomo, do trabalhador do mês, do sócio e do parceiro. E, por outro lado, fomenta o associativismo, o familiarismo, enquanto alternativas de geração de renda. Como se pode ver, a contradição que está na base do sistema é geradora de muitas outras e reveladora da maleabilidade e das incoerências da relação capital. Fragmenta-se a classe, mas preserva-se o método da cooperação.

Quando nossa referência parte para a organização político-sindical dos trabalhadores, as mudanças substantivas são gritantes. Ergue-se um discurso de um novo tipo de trabalhador, que encontra o provimento de suas inquietações e interesses na relação com o seu empregador e não mais nos sindicatos e partidos políticos³⁵(TEIXEIRA, 2010).

Nessa direção, Antunes (2007) destaca que a crise sindical está influenciada por tendências provocadas pela reestruturação produtiva. O neoliberalismo impõe uma nova conformação para a organização do trabalho: uma crescente

³⁴ O individualismo burguês, princípio liberal que está na base do bem-estar geral, prometido por Smith (1993), é levado ao extremo pelo neoliberalismo.

³⁵ Como expressa a campanha publicitária da NISSAN em 1986: “Aqui se tem uma fábrica onde administradores e trabalhadores igualmente vestem casacos brancos e dividem a mesma cantina, onde administradores e trabalhadores são igualmente jovens (...). uma companhia onde nunca houve greve, onde os sindicatos não são proibidos, mas desnecessários porque os trabalhadores desfrutam de boas condições e se identificam com os objetivos da companhia. É uma fábrica da nova era, da nova tecnologia, do novo consenso. É uma fábrica que está anos luz distante da militância dos trabalhadores da indústria automobilística da década de setenta” (TEXEIRA, 2010, p. 16 apud HOLLOWAY, 1987).

individualização das relações do trabalho, esfacelando o caráter coletivo de pertencimento de classe; o processo de desregulamentação e flexibilização do mercado de trabalho; o esgotamento dos modelos sindicais vigente nos países avançados que optaram pelo sindicalismo de participação; uma tendência crescente de burocratização e institucionalização das entidades sindicais; culto do individualismo exacerbado e da resignação social com forte recorte de negação de construção coletiva e projeções societárias anticapitalistas. Essas determinações histórico-concretas afetam substantivamente as condições de organização política da classe trabalhadora.

As causas que possibilitam o processo de esfacelamento e obstacularização da organização política dos trabalhadores encontram-se nas modificações da gestão do trabalho, nas modalidades de externalização de parte dos processos de trabalho (Serviços, trabalho em domicílio, tercerizações etc), o gradativo aumento do exército industrial de reserva (MOTA, 2009).

Em geral, percebe-se que as expressões que o trabalho assume nos últimos tempos, para além de possibilidade de revisão das bases que funda a lei geral de acumulação capitalista a reafirma, ou seja, evidencia-se a plena subsunção do trabalho ao capital.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em páginas atrás, resgatamos uma análise marxiana, na qual destacamos que o movimento do capital é insaciável. Ora, em todas as afirmações aqui expostas defendemos o caráter incontrolável do capital diante da vida social. Se esta afirmação corresponde ao real, então podemos concordar com as conclusões de Mészáros (2002), que no estágio atual, as forças destrutivas da ordem da produção do capital já não se constituem enquanto potencialidades ameaçadoras para a humanidade, mas sim como uma realidade onipresente.

Em todos os poros da vida social podem-se capturar as forças produtivo-destrutivas do capital. Constatase que através da combinação entre rigidez e flexibilidade na produção, ampliam-se as bases de exploração da força de trabalho, reiterando o trabalho abstrato como ponto axial do sistema produtor de mercadorias. Atualmente os contornos impressos na organização do trabalho demonstram o crescimento exponencial do incremento técnico-científico na produção, assim como, dos trabalhadores assalariados fora do intercâmbio orgânico com a natureza. Principalmente, diante da flexibilização e ampliação dos serviços.

No entanto, esta constatação não anula a importância e a centralidade do trabalho, nem cancela a função social dos proletários enquanto produtores do conteúdo material da riqueza social, o que lhes garante uma posição impar nas condições objetivas de superação do sistema capitalista.

A ampliação do trabalho assalariado à margem da produção material implica uma tendência de avanço tecno-científico no processo produtivo, que por sua vez, diminui o tempo socialmente necessário para a produção e a ampliação dos bens de produção e subsistência.

Ou seja, independente do avanço que se tenha não há possibilidade de cancelamento do trabalho, eterna necessidade do homem, pois sem ele não há desenvolvimento humano. Porém nos marcos do capitalismo, os avanços produzidos pelo trabalho não são nem de longe postos no sentido de desenvolvimento da genericidade humana. Ao contrário, *“neste sistema, “expansão” só pode significar expansão do capital, a que deve se subordinar tudo o mais, e não*

o aperfeiçoamento das aspirações humanas e o fornecimento coordenado dos meios para sua realização” (MESZAROS, 2002,p.131).

Seria possível aqui dizer que o fato de reduzir o tempo necessário estaríamos em pleno processo de liberdade do homem frente a longas horas de trabalho, ou seja, uma ampliação do tempo livre. Porém não é isto que ocorre no tempo presente, sobretudo, devido não ser interesse do capital a garantia de melhores condições de vida ou trabalho para aqueles que vendem sua força de trabalho. Mas, ao contrário, tem-se a defesa dos seus próprios interesses, redução do tempo necessário equivale em maior absorção de sobretrabalho, portanto, maior acumulação capitalista e uma maior superpopulação relativa.

Na égide da mundialização do capital, a organização do trabalho assume configurações diversas para garantir uma ampliação da acumulação e reprodução do capital, nas quais se combina rigidez e flexibilidade através de extração de mais valia absoluta e relativa. Com a feição de “formas novas”, o trabalho absorve experiências pré-capitalistas, de caráter domiciliar, cooperação simples, produção independente de mercadorias e atividades de similitude à escravidão.

Para Teixeira e Frederico as novas formas de organização do processo de trabalho estão possibilitando a plena liberdade do capital, ao invés da liberdade do trabalho,

Se, antes, essa esfera se apresentava como o reino ideal de compra e venda da força de trabalho, agora, ela se torna um verdadeiro paraíso para o capital porque, doravante, os parceiros dessa relação, o capitalista e o trabalhador, foram transformados em vendedores de mercadorias propriamente ditas. O trabalhador não se confronta mais com o capitalista como um mero vendedor de capacidade de trabalho; não mais entra no mercado de mãos vazias, mas, sim, traz uma mercadoria que foi produzida antes de ingressar na esfera da circulação. [...] A exploração, que podia ser sentida quando do consumo da força de trabalho pelo capitalista, perdeu sua base tangível, porque o trabalhador não mais caminha atrás do seu comprador, que o conduz até o local da produção para aí consumir seus nervos e cérebro (2008, p.133).

Diferentemente do que propõem os teóricos do fim da centralidade do trabalho, as mutações ocorridas no centro da organização do trabalho, atestam que

de fato há um aumento da produtividade que vem possibilitando uma redução da jornada de trabalho. Porém, estes fatores não são materializados na concretização do reino da liberdade, ao contrário, evidencia-se de forma plena a manutenção do reino da necessidade.

Ora, o que o capital e seus seguidores estão a defender é uma sociabilidade na qual reine a liberdade do mercado. As defesas com base na crise de centralidade do trabalho estão inseridas neste terreno movediço. Não por acaso expressam conotações de diversas matizes, nas quais seus fundamentos se coadunam com a lógica do mercado e seus fetiches.

Crescem as análises que pregam o relativismo e/ou ecletismo teórico-metodológico, emergem reflexões que advogam pela centralidade da subjetividade do ser em detrimento da totalidade social. Em sua essência, essas análises expressam o atual cenário de barbárie social, configuram-se como legítimos defensores da ordem burguesa, afirmam deliberadamente que a liberdade só é possível através, e, por meio, do mercado (TONET, 2002).

Na quadra histórica presente, o aumento da produtividade e diminuição do tempo socialmente necessário para produção propiciam a propaganda da liberdade do trabalho frente ao capital, enquanto na prática potencializam-se formas de extração de mais-valia a níveis inimagináveis.

Alardeiam-se o estímulo às experiências que apostam em organizações produtivas nas quais o eixo central é o trabalho informal, protagonizadas por “produtores independentes” de mercadorias, que, pelo menos aparentemente, se insiram no mercado como vendedores de trabalho materializado. Não é episódico, que nas últimas décadas, venha crescendo a criação de associações, cooperativas, arranjos produtivos locais, com base em práticas domiciliares, pautadas no familiarismo e na informalidade, sobretudo, defendidas por organismos internacionais como o Banco Mundial e o Fundo Monetário Internacional.

É notório, que a ênfase em eliminar postos de trabalho é algo avassalador nos últimos tempos, sobretudo, no sentido de eliminar o dispêndio de capital em trabalhos que não geram mais-valia, ou seja, nos trabalhos improdutivos. A fórmula para atingir esse fim é simples, se aposta no trabalho voluntário e torna cada indivíduo em trabalhador sem ter nenhuma relação contratual ou formal que lhe garanta um salário ou coisa do tipo.

É assim que o capital transforma a sociedade num imenso exército de “trabalhadores sem contracheques”. É dessa maneira que ele consome a força de trabalho dos consumidores daqueles tipos serviços “faça você mesmo”. Exemplo disso são os postos de gasolina de auto-atendimento. Neles, é o próprio consumidor que abastece o seu carro. O mesmo acontece nos estabelecimentos, onde o próprio motorista emite o ticket e com ele abre e fecha a cancela. Nas viagens de avião, hoje, é o passageiro que faz o seu próprio check-in. De casa, ele pode usar o seu computador e, assim, fazer o serviço que caberia aos atendentes das companhias aéreas (TEIXEIRA e FREDERICO, 2008, p.133)

A guisa de conclusão, podemos aqui apontar a validade do trabalho como elemento central no mundo dos homens, as modificações ocorridas no âmbito do trabalho apontam efetivamente que o capital não tem possibilidades concretas de cancelar o trabalho do mundo dos homens.

Podemos sinalizar que os contornos evidenciados na organização do trabalho apontam que diferentemente das análises pensadas pelos teóricos do fim da centralidade do trabalho, o desenvolvimento tecnológico e científico não cancelam o trabalho vivo, assim como, as relações de produção continuam com a mesma essência da temporalidade de Marx, qual seja, a apropriação privada da riqueza socialmente produzida com base na socialização da produção, através de formas desumanas, degradantes, precarizadas e destituídas de direitos.

Concordamos com Lessa ao afirmar que,

O desenvolvimento das novas tecnologias capitalistas apenas resultou na produção de mais e mais capitalismo, não abalou a propriedade privada burguesa, nem alterou as relações de produção capitalistas. O trabalho manual e o trabalho intelectual continuam se opondo “como inimigos” de classe pela função social que cabe a cada um deles: ao primeiro, o controle do trabalho, ao segundo, a produção do “conteúdo material da riqueza social” pela transformação da natureza. O trabalho improdutivo e o trabalho produtivo continuam como momentos inerentes à reprodução do capital: eles nem se fundiram, nem se “imbricaram”, nem suas fronteiras se evanesceram. O trabalho abstrato improdutivo continua sendo o conjunto das práxis sociais imprescindíveis à reprodução do capital e, que, contudo, não produzem mais-valia. A produção continua determinando a distribuição e o consumo. A divisão sexual do trabalho se mantém e, em alguns casos, se aprofundou (2007, p.312).

A perspectiva que orienta esta análise conduz a afirmar que as transformações societárias orquestradas na organização do trabalho após a década de 1970, não anularam o trabalho enquanto categoria central no mundo dos homens.

Ao contrário, evidencia-se, como já dissemos, a afirmação do trabalho abstrato, com base em uma organização do trabalho que mescla a rigidez produtiva, nos moldes do taylorista/fordista, com a flexibilidade produtiva, base do toyotismo. Em sendo assim, o que está em jogo não é o cancelamento do trabalho, mas a sua reafirmação em patamares mais perversos, sob o jugo do capital.

Em outros termos, afirmamos que embora se ateste um avanço tecnológico-científico em patamares significativos, isso em nada altera a lei geral da acumulação capitalista. A exploração do trabalho continua sendo o mecanismo para a produção do conteúdo material da riqueza social.

Por fim, é importante destacar que as promessas do capital, sobretudo do trabalho livre, do tempo livre e melhores condições de vida, tão difundidas atualmente, são simplesmente expressões que tentam mascarar a plena barbárie social que vivenciamos (MÉSAROS, 2004). Se alguma liberdade houvesse nesta ordem burguesa não seriam os trabalhadores a usufruir dela. Em sendo assim, as promessas capitalistas só são possíveis em uma sociabilidade no qual o livre desenvolvimento de um seja condição do livre desenvolvimento de todos (MARX, ENGELS, 2006).

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AGLIETTA, Michel. *Régulation ET crises Du capitalisme*. 3ed. Paris, Odile Jacob, 1997.

ANDERSON, Perry. **Balanço do neoliberalismo**. Disponível em: <locuss.org/joomlalecuss/index.php?option=com/> Acesso em: 16 jul. 2010, 08:30:10.

ANTUNES, Ricardo. **Adeus ao trabalho?** São Paulo: Cortez/Unicamp, 12^a Ed, 2007.

_____. **O sentido do trabalho**: ensaios sobre a negação do trabalho. São Paulo, Boitempo, 1999.

_____. **O caracol e sua concha**: ensaios sobre a nova morfologia do trabalho. São Paulo: Boitempo, 2005.

ARCARY, Valerio. Um Brasil menos desigual? Mobilidade social baixa e evolução lenta da escolaridade média. Revista@mbiente.educação. São Paulo. V.2 , n. 1, jun/jul. 2010.

ARRIGHI, Giovanni. **O longo século XX**. Rio de Janeiro, Contraponto, 1996.

BARAN. P. A; SWEEZY, P. M. **Capitalismo monopolista**. Rio de Janeiro, Zahar, 1978.

BAUDRILLARD, Jean. **A sociedade de consumo**. Lisboa, Perspectiva, 2007.

BAUMAN, Zygmunt. **A Modernidade Líquida**. Rio de Janeiro, Jorge Zahar Editor, 2001.

BEHRING, Elaine Rossetti. **Brasil em contra-reforma**: desestruturação do Estado e perda de direitos. São Paulo: Cortez, 2003.

BERNARDO, João. **Economia dos conflitos sociais**. São Paulo, Expressão Popular, 2009.

BIHR, A. **Da grande noite à alternativa**. São Paulo, Boitempo, 1998.

BRAGA, Ruy. **A nostalgia do fordismo: Modernização e crise na teoria da sociedade salarial**. São Paulo. Xamã, 2003.

_____. **A restauração do capital**. Um estudo sobre a crise contemporânea. São Paulo. Xamã. 1996.

BRAVERMAN, H. **Trabalho e capital monopolista**. Rio de Janeiro, Guanabara, 1987.

CASTEL, R. **As metamorfoses da questão social. Uma crônica do salário**. Petrópolis: Vozes, 2008.

CARLEIAL, Liana. **Assalariamento: conceitos, dimensões e "pistas" para entender a crise**. In: ENCONTRO NACIONAL DA SOCIEDADE DE ECONOMIA POLÍTICA-SEP, 5, jun. Fortaleza, 2000. CD-Rom.

CHESNAIS, F. **A mundialização do capital**. São Paulo, Xamã, 1996.

_____. **Mundialização: o capital financeiro no comando**. Outubro, São Paulo, n. 5, p. 07-28, 2001.

_____. **O capitalismo tentou romper seus limites históricos e criou um novo 1929, ou pior**. Disponível em:<
<http://www.cartamaior.com.br/templates/>> Acesso em: 14 jul. 2010, 14:20:30.

CHOSSUDOVSKY, M. **A globalização da pobreza: impactos das reformas do FMI e do Banco Mundial**. São Paulo: Moderna, 1999.

DAVIS, Mike. **Planeta Favela**. São Paulo, Boitempo, 2006.

DIAS, Edmundo Fernandes. **Reestruturação produtiva: forma atual da luta de classes.** Outubro, São Paulo, n. 1, p. 45-52, 1998.

FAUSTO, Ruy. A “pós-grande indústria” nos Grundrisse (e para além deles). Revista de Cultura e Política. São Paulo: Lua Nova, nº.19, Nov. 1989.

GAMBINO, Ferruccio. **Crítica ao fordismo da escola regulacionista.** Outubro, São Paulo, n. 4, p. 25-44, 2000.

GORZ, André. **Adeus ao Proletariado.** Rio de Janeiro, Forense, 1982.

GOUNET, T. **Fordismo e toyotismo na civilização do automóvel.** São Paulo, Boitempo, 1999.

HABERMAS, J. **Teoria de La accion comunicativa.** Madrid, Taurus, 1987.

HAVEY, David. **A condição pós-moderna: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural.** São Paulo, Loyola, 2005.

HIRATA, Helena. **Nova divisão sexual do trabalho?** São Paulo, Boitempo, 2002.

HOBSBAWN, Eric J. **Era dos extremos: o breve século XX: 1914-1991.** 2ª Ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

HOLLOWAY J.; PELAEZ, E. **Aprendendo a curvar-se: pós-fordismo e determinismo tecnológico.** Outubro, São Paulo, n. 2, p. 21-29, nov. 1998.

HUBERMAN, Leo. **História da riqueza do homem.** Rio de Janeiro, 22º ed. Zahar, 1981.

IANNI, Octávio. **Neoliberalismo e Nazi-Facismo.** São Paulo, Revista Crítica Marxista, v. 1, tomo 7 Xamã. 1998.

IASI, Mauro Luis. **As metamorfoses da consciência de classe: o PT entre a negação e o consentimento.** São Paulo, Expressão Popular, 2006.

LESSA, Sérgio. **Trabalho e proletariado no capitalismo contemporâneo**. São Paulo: Cortez, 2007.

_____. **O processo de produção/reprodução social**: trabalho e sociabilidade. Capacitação em Serviço Social e Política Social, Módulo 2, p. 20-33, CEAD – UNB, 1999.

LESSA, Sérgio; TONET, Ivo. **Introdução à filosofia de Marx**. Maceió, UFAL, 2004. (Mimeo).

LOJKINE, J. **A revolução informacional**. São Paulo, Cortez, 1995.

LOWY, Michel. **A teoria do desenvolvimento desigual e combinado**. Outubro, São Paulo, n. 1, p. 73-81, 1998.

LUPATINI, Marcio. **Acumulação de capital e recriação de formas “pretéritas” de exploração**: a particularidade da atividade de vestuário. Disponível em:< www.unicamp.br/cemarx/anais_v.../gt3/.../Marcio_Lupatini.pdf - Similares> Acesso em: 20 Ago. 2010, 23:43:34.

MANDEL, Ernest. **Iniciação à teoria econômica marxista**. Porto, Afrontamento, 1975.

MARX, Karl. **Manuscritos econômico-filosóficos e outros textos escolhidos**. Os pensadores. São Paulo, Abril Cultural, 1978.

_____. **Manuscritos econômico-filosóficos**. São Paulo, Boitempo, 2009.

_____. **Manuscritos econômico-filosóficos**. Lisboa: Edições 70, 1963.

_____. **Crítica da filosofia do direito de Hegel**. São Paulo, Boitempo, 2005.

_____. **O capital**: crítica da economia política. São Paulo, Abril Cultural, 1984, L. Primeiro, Tomo 1.

_____. **O capital**: crítica da economia política. São Paulo: Nova Cultural, 1985. L.I, v. 2.

_____. **O Capital** – Livro I – Capítulo VI (Inédito). São Paulo: Ciências Humanas, 1ª ed. 1978.

MARX, K; ENGELS, F. **A ideologia alemã**: uma crítica da mais recente filosofia alemã em seus representantes Feuerbach, B. Bauer e Stirner, e do socialismo alemão em seus diferentes profetas (1845-1846). São Paulo: Boitempo, 2007.

_____. **Manifesto Comunista**. São Paulo: Martin Claret, 2006.

MELO, Aquiles. **Para além da grande indústria?** Uma crítica das “novas” formas de produção de mercadorias. Disponível em: <www.sep.org.br/artigo/1313_c467df680869ef2d4b4f54e8d50194d3.pdf> Acesso em: 14 jun. 2010, 20:05:40.

MÉSZÁROS, István. **Economia, política e tempo disponível**: Para além do capital. Revista Margem Esquerda: Ensaios marxistas. São Paulo: Boitempo, nº 01 – 2ª Reimpressão, p. 93 -124, 2004.

_____. **A crise estrutural do capital**. São Paulo, Revista Outubro, n 3 , Xamã, 2000.

MOTA, Ana Elisabete. Crise contemporânea e as transformações na produção capitalista. In: CFESS. **Serviço Social: Direitos e Competências Profissionais**. Brasília: CFESS/ABEPSS, 2009.

NETTO, Jose Paulo; BRAZ, Marcelo. **Economia política**: uma introdução crítica. São Paulo, Cortez, 2006.

OFFE, Claus. **Trabalho como categoria sociológica fundamental?** In OFFE, C. Trabalho & sociedade. Vol 1, Rio de Janeiro, Ed. Tempo Brasileiro, 1984.

_____. **Trabalho e sociedade** – Problemas estruturais e perspectivas para o futuro da sociedade do trabalho. Vol 1. Rio de Janeiro, Ed. Tempo Brasileiro, 1989.

_____. **O capitalismo desorganizado.** São Paulo, Brasiliense, 1995.

PACTO NACIONAL PELA ERRADICAÇÃO DO TRABALHO ESCRAVO. **Apple expõe cadeia produtiva com graves problemas.** Disponível em:<<http://www.reporterbrasil.com.br/pacto/noticias/view/243>>. Acesso em: 30 Mai. 2010.

PINASSI, Maria Orlanda. Da miséria ideológica à crise estrutural do capital: uma reconciliação histórica. **Margem Esquerda:** ensaios marxistas, nº 04, Boitempo editorial, 2004, p. 141 -154.

PRIEB, Sérgio A. Massen. **A Redução do trabalho vivo e a tese do fim da centralidade do trabalho em Schaff e Gorz:** uma crítica marxista. São Paulo, tese defendida na UNICAMP em 2002.

SHAFF, A. **A sociedade informática.** São Paulo, UNESP, 1990.

SMITH, Adam. **A riqueza das nações.** Lisboa, Fundação Caloreste Gulbenkian, 1993.

TAYLOR, Frederick W. **Princípios de administração científica.** São Paulo: Editora Atlas, 1963.

TAVARES, Maria Augusta. **Trabalho Informal:** Os fios (invisíveis) da produção capitalista. São Paulo, Revista Outubro, n.7, 2002.

_____. **Os fios (in)visíveis da produção capitalista.** São Paulo, Cortez, 2004.

_____. **Liberalismo e Neoliberalismo:** semelhantes, mas diferentes. In: Jornada Internacional de Políticas Públicas (JOINPP), São Luis, 2009. CD-Rom.

_____. **Arranjos produtivos locais:** a velha informalidade travestida de inovação.2008 Disponível em:<www.sep.org.br/.../1304_aa1b46e14654f00f528f457ab4e8eb98.pdf>. Acesso em: 15 jun. 2010, 20:15:45.

_____. **O trabalho informal e suas funções sociais.** Rio de Janeiro, Revista Praia Vermelha, v. 20, nº 1, p- 21-36, Jan-Jun 2010.

TEXEIRA, FRANCISCO J. SOARES. **O mundo preto e branco do pós-fordismo.** Disponível em:<<http://www.estudosdotrabalho.org/artigo-francisco-teixeira-mundo-preto-branco-pos-fordismo.pdf>>. Acesso em: 02 Abr. 2010, 01:10:15.

_____. **Globalização, ideologia e luta de classes.** Estudos de Sociologia (São Paulo), Araraquara, v. 12, p. 61-96, 2002.

TEIXEIRA, Francisco; FREDERICO, Celso. **Marx no século XXI.** São Paulo, Cortez, 2008.

TONET, Ivo. **Democracia ou Liberdade.** 2002 - Disponível em:<<http://www.ivotonet.xpg.com.br/>>. Acesso em: 26 Outr. 2010, 15:13:35.

_____. **Expressões socioculturais da crise capitalista na atualidade.** In: CFESS. Serviço Social: Direitos e Competências Profissionais. Brasília: CFESS/ABEPSS, 2009.

VAKALOULIS, Michel. **Acumulação flexível e regulação do capitalismo.** Outubro, São Paulo, n.4, 45-53, 2000.

VASAPOLLO, Luciano. **Paradoxos do presente e lições de Marx.** Outubro, São Paulo, n.8, 47-68, 2003.